

Diário do Legislativo de 28/12/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 153ª Reunião Especial - Ciclo de Debates Proteção Ambiental na Bacia do Rio das Velhas

1.2 - 154ª Reunião Especial - Ciclo de Debates Proteção Ambiental na Bacia do Rio das Velhas

1.3 - 212ª Reunião Extraordinária

1.4 - 213ª Reunião Extraordinária

1.5 - 1ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - EXTRATO DE CONVÊNIO LEI Nº 12.705 de 23/12/1997

ATAS

ATA DA 153ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 9/11/2001

Presidência dos Deputados Fábio Avelar e José Milton

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa para o primeiro Pánel - Destinação da reunião - Registro de Presença - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Paulo Maciel - Palavras do Sr. Apolo Heringer Lisboa - Palavras do Sr. Miguel Ribon Júnior - Palavras do Sr. Edésio Teixeira de Carvalho - Palavras do Sr. Luiz Artur Castanheira - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Composição da Mesa para o segundo Pánel - Palavras da Sra. Regina Maria de Fátima Camargos - Palavras da Sra. Rosa Maria Ferreira - Palavras do Sr. Apolo Heringer Lisboa - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Ivo José - Adelino de Carvalho - Agostinho Silveira - Ambrósio Pinto - Anderson Aduato - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Milton - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado João Paulo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa para o Primeiro Painel

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Paulo Maciel, Secretário Municipal do Meio Ambiente, representando o Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Célio de Castro; Apolo Heringer Lisboa, Coordenador do Projeto Manuelzão; Miguel Ribon Júnior, Diretor de Proteção à Biodiversidade do IEF; Edésio Teixeira de Carvalho, integrante do Projeto Manuelzão; e Luiz Artur Castanheira, Chefe da Divisão de Unidade de Concentração do IBAMA.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Ciclo de Debates Proteção Ambiental na Bacia do Rio das Velhas: Situação Atual e Perspectivas, com a realização de dois painéis. O primeiro, que se inicia agora, terá como tema "Conceituação e Gestão das APAs e Outras Unidades de Conservação" e como subtemas "Gestão e Financiamento das APAs", "Aspectos Legais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Código Florestal" e "Responsabilidade do Estado na Administração das APAs da Bacia do Rio das Velhas".

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência gostaria de registrar a presença de várias autoridades, dos Deputados João Paulo, Ambrósio Pinto, Hely Tarquínio, Agostinho Silveira, Anderson Aduato e Ivo José, que, aliás, será um dos coordenadores de alguns blocos na parte da tarde; bem como das seguintes autoridades: Dra. Míriam Queiroz Lacerda Costa, Promotora de Pedro Leopoldo; Ernane Geraldo de Araújo, Promotor de Sete Lagoas; Luiz Henrique da Costa, Promotor de Ouro Preto; Cláudia Amaral Xavier, Promotora de Esmeraldas; Nemícia Nilo Mota Torres, Promotora de Jaboticatubas; Joseli Ramos Pontes, Promotora de Lagoa Santa, minha querida terra natal; Dr. José Leonil Marques de Souza, Promotor de Buenópolis; Dr. Márcio José de Oliveira, Promotor de Conceição do Mato Dentro; Dr. Carlos Eduardo Dutra Pires, Promotor de Corinto; Dr. Ronaldo de Carvalho Guerra, Coordenador do Comitê Manuelzão em Ouro Preto; Dr. Gilberto José Ferreira Bastos, Vereador de Itabirito e Coordenador do Comitê Manuelzão local; Dr. Gustavo Fantini de Castro, Promotor de Pirapora; Heloísa Mascarenhas Correia, que representa a Secretária Adjunta de Direitos Humanos; Dr. Luiz Nogueira, Superintendente da COPASA-MG, a quem pedimos seja o porta-voz ao seu Presidente, Dr. Marcelo Siqueira, de nossos cumprimentos pela inauguração da importante obra de inauguração do rio das Velhas, a ETE Arrudas; Dr. Inácio Paulo Fernandes, Coordenador do Comitê Manuelzão de Lagoa Santa; Lea Fátima de Oliveira, Vereadora de Capim Branco e membro do Comitê Pró-Recuperação do Ribeirão da Mata, Projeto Manuelzão; Vereadora Francisca de Paula Martins - Chiquinha - Vereadora de Matozinhos, também membro do Comitê Pró-Recuperação do Ribeirão da Mata, Projeto Manuelzão; Nancy Souto atuante Vice-Prefeita de Raposos, também coordenadora do Comitê Manuelzão local; Vereadores de Sabará, nossos amigos Daniel e Luiz Nestor; Marilene Figueiredo e Rogério Medeiros, que representam a EMATER de Funilândia; Dr. Eric Souto, assessor da Prefeitura de Nova Lima, neste evento representando o Prefeito Dr. Vítor Penido; as atuantes Marília Bouchardet e Valéria, que representam a área do meio ambiente em nossa querida COPASA; demais funcionários da COPASA - Dr. Manuel Justino e o Dr. Geraldo Reis Couto, Chefe da COPASA em Nova Lima. Quero dizer que é uma satisfação contar com a presença maciça dos Promotores de todas as regiões do nosso Estado. É uma satisfação muito grande recebê-los aqui. Gostaríamos de registrar também a presença dos Drs. Larissa Souto Maior de Oliveira, Promotora de Vespasiano; Cláudio Monteiro Gontijo, Promotor de Santa Luzia; Maria de Lourdes Santa Gema, Promotora de Nova Lima; Ênio Resende de Souza, Coordenador Técnico da Área de Meio Ambiente, representando a diretoria da EMATER; e Jarbas, a quem quero cumprimentar pela brilhante participação no Programa do Deputado Ronaldo Vasconcelos, Ecologia e Cidadania, em uma entrevista sobre a legislação ambiental. A Presidência registra a presença também da Ivana Eva e do Prof. Marcus Vinícius Poliano, ambos da coordenação do projeto Manuelzão. Registramos a presença da Associação Natureza Viva, de Rio Acima, da Sra. Ana Cristina, da Secretaria de Educação de Neves; do Diretor de Tecnologia da FIESP, Mário Williams, da Associação Brasileira de Cimento Portland; do Procurador de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio do Meio Ambiente em Minas Gerais, Dr. Jarbas Soares Júnior. Anunciamos a honrosa presença do Vereador Márcio, Presidente da Câmara Municipal de Santa Luzia.

Palavras do Sr. Presidente

Algumas décadas atrás, peixes como surubins, curumatãs, pias e dourados faziam a alegria dos moradores das margens do rio das Velhas. Abundantes, eram fonte de sustento e de renda para centenas de famílias e garantiam o turismo da pesca, representando um importante fator econômico para dezenas de municípios.

Voltando mais no tempo, antes das mudanças estruturais trazidas pela construção de Belo Horizonte, quando Sabará funcionava como destacado entreposto comercial das Minas Gerais, o rio das Velhas era também um considerável meio de transporte de passageiros e, principalmente, de cargas.

O viajante inglês Sir Richard Burton, saindo de Sabará, fez o percurso até o oceano Atlântico em uma canoa. O comerciante Henrique Dumont, pai do aviador Santos Dumont, comprou na França o Saldanha Marinho, um vapor de 30t que usava para transportar madeira pelo rio das Velhas. Sabará chegou a ter dois portos e estaleiros, nos quais se construíam pequenas embarcações.

Os efeitos colaterais do progresso deixaram para trás a navegabilidade e a fartura dos peixes. Assoreado, poluído, castigado pelo desmatamento de suas margens, pelo uso inadequado do solo, pelo lixo e esgoto urbanos, pela carga tóxica das mineradoras e das indústrias, pelos resíduos dos agrotóxicos, o rio das Velhas é hoje um retrato do descaso e da falta de consciência dos valores ambientais.

A mortandade de peixes por envenenamento talvez seja a face mais visível de sua degradação. Casos mais drásticos passaram a ser registrados seguidas vezes a partir de 1979, principalmente nos Municípios de Curvelo, Santo Hipólito, Lassance, Várzea da Palma, Corinto, Augusto de Lima, Inimutaba e Presidente Juscelino. A cena é sempre a mesma: centenas de espécimes boiando imprestáveis nas águas sujas, para tristeza dos raros pescadores que ainda restam.

Junto com os peixes e com parte significativa da economia regional, morre também a identidade cultural das populações ribeirinhas: a grande maioria dos antigos pescadores, antes donos de sua vida e de seu trabalho, transformaram-se em frustrados empregados de pequenas propriedades agrícolas.

Percorrendo cerca de 760km, o rio das Velhas, afluente mais importante do São Francisco, banha 51 municípios da região central do Estado, de Ouro Preto a Pirapora, abrangendo uma população de aproximadamente 4 milhões de pessoas. A Região Metropolitana de Belo Horizonte, justamente a que recebe os maiores benefícios do rio, como fonte de abastecimento de água, é a que mais o castiga com a descarga de elementos poluidores, originados principalmente das sub-bacias do Arrudas e do Onça.

O que fazer para mudar esse quadro?

Felizmente, há muitos ambientalistas, instituições públicas membros da sociedade civil e das comunidades empenhados na causa ambiental, particularmente na recuperação do rio das Velhas. Prova disso é o número de pessoas e entidades que se engajaram neste evento, desde sua concepção e organização até as exposições e debates que teremos a seguir.

Destaque-se o trabalho exemplar do Projeto Manuelzão, coordenado pelo Prof. Apolo Lisboa, que, há mais de quatro anos, vem lutando pela revitalização da bacia do rio das Velhas, dentro da concepção de que meio ambiente está intimamente vinculado à saúde, qualidade de vida, cidadania, e de que só é possível concretizar a tarefa proposta com a aglutinação de esforços dos órgãos governamentais, das entidades ambientalistas, das instituições acadêmicas, das empresas privadas e dos setores organizados da população.

Por parte da Assembléia Legislativa, este ciclo de debates dá seqüência a uma série de ações destinadas à defesa e preservação dos recursos hídricos, dentro do movimento Minas em Defesa das Águas, promovido em parceria com mais de 70 instituições do setor público e da sociedade civil.

Entre as iniciativas desse movimento, podemos citar a realização de outros ciclos de debates sobre o tema, a participação em manifestações públicas, visitas às regiões do Estado onde se localizam os comitês de bacias hidrográficas, a atuação da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Assembléia em municípios com problemas ambientais, a reestruturação e o revigoramento da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco - CIPE-São Francisco - e da CIPE-Rio Doce, congregando Deputados de Minas, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Espírito Santo.

No caso específico da revitalização da bacia do rio das Velhas, compartilhamos a convicção de que a busca da qualidade da água equivale à busca da qualidade de vida, num processo que passa pela educação, pela cooperação, pela implantação de políticas públicas, pela fiscalização dos agentes poluidores, pelo envolvimento da comunidade, pela prática da cidadania.

Quando esse trabalho conjunto contar com a adesão de todos os agentes envolvidos e a natureza puder fazer a sua parte, teremos de volta os surubins, os curumatãs, os pias e os dourados. E as condições ambientais que propiciarem o retorno dos peixes refletirão as condições de vida dos seres humanos na área de influência do rio.

Agradecemos a presença dos expositores, debatedores e demais participantes e a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização deste evento, com a esperança de que o rio das Velhas, que em sua denominação indígena primitiva significava "rio das velhas tribos descendentes", volte a dar alegria e a ter um sentido especial para as novas tribos: as que habitam, ao longo de 51 municípios, as áreas ribeirinhas e o espaço urbano contemporâneos. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Paulo Maciel

Bom-dia a todos. Cumprimento o Deputado Fábio Avelar, parabenizando-o por esta iniciativa; o Prof. Apolo, do Projeto Manuelzão; o Prof. Edésio; e o Dr. Miguel, do IEF.

Há poucos minutos, dizia que a APA é uma questão ainda muito mal resolvida no Brasil. A primeira APA, se não me engano, foi da Mantiqueira, criada em 1985. As APAs foram inspiradas nos parques regionais franceses, que têm situação de manejo semelhante. Só que, no Brasil, elas não evoluíram, nos sistemas de gestão, o suficiente para atingir os resultados que a sociedade precisa.

Lembro-me de que, em 1989, trabalhava na FEAM e criamos a APA Andorinhas, que tinha por objetivo o desenvolvimento sustentável da região e também se contrapor à devastação que lá acontecia, naquele momento.

Após a implantação da APA, estivemos na nascente do rio das Velhas, na cachoeira das Andorinhas e conseguimos paralisar o garimpo de ouro e também a extração de quartzo que havia. Esse foi o primeiro embate que tivemos em uma APA, o que já demonstrou a gravidade e dificuldade que teríamos para implementação desse sistema em Minas Gerais e no Brasil. Alguns dos problemas sociais acabaram com o passar do tempo, fazendo com que o processo de degradação seja talvez um pouco menor hoje - não estou acompanhando mais - e o local volte às suas condições.

Esse embate entre a preservação e o "uso sustentável" do recurso natural é o grande conflito que acaba fazendo com que a APA não cumpra seu papel, aliado ao processo dificultoso de implantação de seu zoneamento.

A APA do Mingu, em Rio Acima, também foi criada visando proteger o manancial de abastecimento de Rio Acima. Talvez seja a única APA em Minas Gerais que tenha um zoneamento ambiental publicado. Embora tenha atingido seu objetivo de proteção do manancial, porque não permitiu até o momento a expansão da ocupação urbana nas bacias de captação da cidade, por outro lado não evoluiu em gestão, ou seja, no envolvimento dos proprietários rurais e da comunidade com o processo de preservação.

A APA bem trabalhada, do ponto de vista de gestão, deve trabalhar o desenvolvimento ambiental e sustentável dos produtores rurais e das pessoas que ali habitam. A APA não é uma unidade de conservação de uso direto, que deve preservar, sem trabalhar o desenvolvimento social. Esse é o grande desafio.

No rio das Velhas, há APAS importantes que precisam ser trabalhadas. Citar a APA Carst de Lagoa Santa, estratégica para a bacia do rio das Velhas; a APA Sul, em que há as nascentes que abastecem a Região Metropolitana de Belo Horizonte, e vários conflitos de extração mineral são discutidos. A APA Morro da Pedreira foi criada em 1989, momento em que uma empresa extraía mármore desse morro, patrimônio natural daquela região. Na época, conseguimos paralisar essa extração. O objetivo da APA sempre é proteger algum bem natural, e conseguiu atingir esse objetivo.

A APA São José, em Tiradentes, conseguiu paralisar a extração no Morro Careca. Paralisamos também alguns garimpos de ouro, mas não conseguimos possibilitar o desenvolvimento social das pessoas da região, porque o processo do turismo ecológico poderia ser uma alternativa de renda para a população.

Em 2001, foi criada a última APA, no rio das Velhas, a Capitão Eduardo, no Município de Belo Horizonte, ainda em processo de discussão. Acho que as APAS são um processo interessante de gestão. Alguns ambientalistas acham que todo o Estado deveria ser uma grande APA, mas existem regiões ambientalmente mais sensíveis que outras.

Parabenizo a Assembléia Legislativa, a Comissão de Meio Ambiente e o Deputado Fábio Avelar por essa iniciativa. Este seminário pode trazer à tona essa discussão adormecida. O processo de desenvolvimento sustentável do rio das Velhas e dessas regiões do nosso Estado pode ser reiniciado.

O comitê do rio das Velhas está em pleno funcionamento. Estamos implantando a nossa unidade técnica transitória da agência de bacias. Nosso "site" www.cbhvelhas.hpg.com.br pode ser consultado e traz informações sobre as normas do Comitê, do Plano Diretor, e dos diagnósticos da bacia.

Temos um plano de metas que está sendo cumprido, apesar das dificuldades. A despoluição do rio das Velhas já é uma realidade. Ações efetivas têm sido desenvolvidas; a estação de tratamento do esgoto do rio Arrudas já está em funcionamento, retirando 70% da matéria orgânica. O programa de despoluição da bacia da Pampulha está em andamento e há outros programas de despoluição de sub-bacias. Estamos desenvolvendo dois programas em parceria com o Projeto Manuelzão, do ribeirão da Mata e do ribeirão Sabará, dois cursos d'água bastante poluídos do rio das Velhas.

É muito importante trocarmos informações. O nosso "site" tem o ícone "Converse com o comitê", no qual todos podem dar sugestões e acompanhar as nossas reuniões ordinárias.

O Sr. Presidente - A Presidência gostaria de dizer que este evento é o primeiro de uma série e está sendo realizado em parceria com o Projeto Manuelzão.

O programa citado pelo nosso Presidente, Minas em Defesa das Águas, dentro da Frente Parlamentar Jorge Hannas, tem uma série de itens e segmentos em que procuramos atuar.

O Presidente citou em seu pronunciamento a CIPE Rio Doce, a CIPE Rio São Francisco, comissões parlamentares interestaduais que fazem parte do movimento Minas em Defesa das Águas. Temos também um trabalho inicial que era um segmento da privatização de Furnas e teve papel muito importante. Há outras frentes coordenadas pelo Deputado Anderson Adauto: a questão do sistema energético brasileiro, o modelo de saneamento no Brasil e no Estado de Minas Gerais e o trabalho conjunto com o Projeto Manuelzão, na área de influência da bacia do rio das Velhas.

Palavras do Sr. Apolo Heringer Lisboa

Agradeço ao Deputado Fábio Avelar, que foi parceiro do Projeto Manuelzão. Cumprimento toda a Mesa e todos os que participam desse movimento em defesa do meio ambiente. Os Promotores têm atuado muito.

As APAS colocam uma discussão muito importante. É preciso haver um corredor ecológico de preservação da cachoeira das Andorinhas até Barra do Guaicuí. As áreas de preservação precisam ser integradas, tanto as áreas particulares de patrimônio natural de reserva, como também as APAS, para que a vida possa circular ao longo da bacia.

A visão de APA tem de ser compatível com a visão de bacia hidrográfica. Fazer um monte de guetos lembra-me do que fizeram com os índios maxacalis, que tinham água boa e um pradinho. Os fazendeiros entraram e separaram as duas aldeias, privando os índios do convívio com uma área mais ampla, que dava sustentabilidade e autonomia para a tribo. Uma maneira de matar os índios é isolar as áreas. O mesmo se dá com todos os animais e seres vivos.

Esse corredor ecológico de preservação da cachoeira das Andorinhas até Barra do Guaicuí é importante para os animais circularem livremente e as plantas serem preservadas. O próprio rio é um corredor ecológico. O rio das Velhas precisa ser mantido em ótimas condições, e o peixe é um indicador biológico de que a vida está sendo respeitada ao longo da bacia. Por isso o peixe é o nosso símbolo de mobilização, representando a presença fundamental dos bioindicadores no monitoramento de qualidade da água.

O rio das Velhas com água boa, cheia de peixes em sua biodiversidade indica que a região está sendo respeitada regularmente. A água traz a notícia do meio ambiente, ela monitora não só a vida aquática, como também a terrestre.

A questão da lógica da bacia hidrográfica é muito importante. Na discussão sobre a revitalização da bacia do rio São Francisco, estão prevalecendo critérios partidários, de amizade ou municipalistas. Não podemos ficar com o raciocínio municipalista. No caso de bacias hidrográficas, tem de prevalecer o salvamento da bacia.

Para salvarmos a bacia hidrográfica do rio das Velhas, precisamos dizer o que pensamos, mesmo que as pessoas achem errado, porque aí surge o debate. Mineiro não gosta de falar muito para não ter problema, mas há uma máxima no Manuelzão, que é "esquentar os argumentos e esfriar os ânimos". O bom debate é aquele em que os argumentos são otimizados e os ânimos esfriados. Há pessoas que não gostam de debater por insegurança. Isso não nos permite avançar.

Para salvar a bacia do rio das Velhas, temos de trabalhar na bacia em educação e mobilização. Há duas prioridades que não são absolutas, uma é a recuperação, a outra é a preservação. Na recuperação, temos de priorizar a Região Metropolitana de Belo Horizonte, ligada ao rio das Velhas, porque é nessa região que o rio é mais agredido, comprometendo a vida do rio das Velhas e a economia dos municípios a jusante.

Não queremos defender um município ou outro, queremos defender a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Devem ser priorizados o tratamento de esgotos, o gerenciamento, a destinação final para o lixo, o assoreamento e essas canalizações de córrego que estão desfigurando a nossa bacia hidrográfica, impedindo a circulação dos peixes e aumentando a velocidade da água, gerando enchente, aumentando o preço das obras, o que leva a inviabilizá-las. Precisamos priorizar essa região em curto prazo.

Por isso, parabenizamos publicamente a COPASA pela inauguração da ETE Arrudas, que é um grande feito de todos nós e que faz com que nos sintamos vitoriosos. Insistimos com a COPASA para cumprir o cronograma, a fim de, em seis meses, inaugurar o nível secundário de tratamento e iniciar o mais rápido possível a ETE do Onça. O terreno já está comprado, e devemos acelerar isso, porque a luta é contra o tempo. É preciso que seja controlada, nos próximos quatro ou cinco anos, a agressão ambiental à Região Metropolitana de Belo Horizonte. Assim fazendo, vamos acabar ou diminuir muito com a mortandade de peixes, o que vai melhorar o oxigênio na água. Melhorando a qualidade da água e o peixe sobrevivendo, estaremos salvando dezenas de espécies naturais da bacia, que podem ser exterminadas para sempre se não agirmos com certa pressa. Temos de começar isso, mesmo que dure 100 anos. Existem pessoas que, há 30, 40 anos, pegavam peixe e nadavam em Santa Luzia.

Precisamos dar o prazo de cinco anos para o tratamento de esgoto na bacia hidrográfica do rio das Velhas, na RMBH. Não é possível dilatar mais esse prazo, senão as espécies vão desaparecer, pois a mortandade de peixe vai vencendo a resistência não de um indivíduo, mas da espécie. E existem quase 100 espécies de peixe ainda sobrevivendo na bacia do rio das Velhas, segundo diagnóstico que fizemos em três levantamentos, incluindo o rio Cipó. Estamos fazendo o quarto agora.

Essa é a prioridade na recuperação, e há a prioridade na preservação. Temos de preservar prioritariamente a bacia do rio Cipó, que ainda tem toda a biota, os peixes, um reservatório genético. Ali está uma preciosidade que vai ajudar a repovoar o rio das Velhas. A bacia do Cipó não pode ser tratada da forma como está sendo. O turismo vem avançando e está havendo degradação, mas é uma conversa fiada que não resolve nada.

Nesse sentido, o IBAMA é fundamental. Na bacia do Cipó, temos o Parque Nacional do IBAMA e a APA Morro da Pedreira. É fundamental também mobilizar os Prefeitos dessa região e formar o Comitê do Cipó, que está com reunião marcada para 15 de dezembro, em Cardeal Mota. É necessário aprofundarmos essa questão. Estamos fazendo gestão junto ao IBAMA aqui, de Brasília. Não é possível mais trabalhar desintegradamente a questão do Cipó.

Outra questão referente às APAs é a aceitação do uso múltiplo do território da bacia hidrográfica. A mineração tem o direito de existir, não é preciso que ninguém defenda isso mais. Mas ela tem de respeitar o direito dos outros existirem também. Há o direito do turismo, dos mananciais de água. Ela tem de respeitar o direito das pessoas terem o meio ambiente agradável e compatibilizar os diversos usos. Só fazer "marketing" não resolve. Não adianta investir em quem trabalha com meio ambiente, em semana do meio ambiente nas escolas, ajudar a professora a comprar papel e florzinha e degradar o meio ambiente. Se qualquer empresa que degradou o meio ambiente fizer a autocrítica pública dos seus crimes, ela é plenamente aceita pelo Projeto Manuelzão como parceira. Porém, sem a autocrítica, não dá para aceitar trabalhar com quem acha que vai nos comprar. É muito importante uma atitude ética, firme, em relação ao uso múltiplo do espaço da bacia hidrográfica, respeitando sobretudo a biodiversidade. Não queremos meio ambiente só para uso econômico, mas para a vida. E a biodiversidade é a forma de monitorar esse trabalho.

Para encerrar, queria dizer que muitas vezes os moradores desfazem de um pequeno córrego, dizendo que não adianta ficar protegendo aquilo, que tem de proteger aquele rio grande. Isso é um absurdo. Todo grande rio começa com pequenas nascentes. Elas formam os córregos. Toda nascente, todo pequeno córrego tem de ser protegido de forma dura e radical. Não podemos permitir que destruamos as coisas porque são pequenas.

É esse raciocínio de destruir o que é pequeno que às vezes leva a política do nosso País a destruir o povo brasileiro. Do mesmo jeito que existe uma nascente pequena - que vai produzir um rio e levar a nossa água para o oceano Atlântico, vai influir no clima e na qualidade da água do mundo -, todos somos pequenas nascentes de idéias e de atividades. Temos de acreditar no nosso poder, não deixar que acabem conosco dizendo que somos apenas uma pessoa ou que somos pequenos. Essas nascentes de idéias constituem a cidadania e a nascente de atividades. E esse rio de cidadania vai levar ao mundo uma contribuição positiva do Brasil. A mudança do mundo começa na nossa casa, no nosso bairro, na nossa bacia hidrográfica.

Não podemos esperar que George W. Bush mude o mundo para nós. Não podemos esperar que o Blair mude o mundo para nós. Essas pessoas são mais ligadas ao uso do poder econômico, à produção e ao contrabando de armas, à questão do petróleo. Não respeitam os seres humanos, não respeitam os países pobres, não nos respeitam como gente. Querem é ganhar dinheiro. E temos de ser nascedouros de idéias e de atividades, construindo a cidadania. Não podemos separar a luta pelo meio ambiente da luta pela revitalização do mundo inteiro, da mudança das políticas, para que o planeta Terra seja salvo da degradação moral, da corrupção e da poluição. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Miguel Ribon Júnior

Bom-dia a todos! Agradeço o convite do Deputado Fábio Avelar, agradeço à comissão organizadora e cumprimento o Paulo Maciel, o Prof. Edésio o Prof. Apolo e os demais presentes, inclusive alguns conhecidos que estou percebendo no Plenário. Vou tentar, em 20 minutos, passar algumas informações a respeito de nossas APAs estaduais, municipais, sobre a Lei nº 13.803, do ICMS ecológico, e sobre o conceito de APA.

Queria fazer um pequeno resgate. Originalmente, Minas Gerais possuía 85% do seu território protegidos pelos biomas mata Atlântica e cerrado. Atualmente, a mata Atlântica, em Minas Gerais, não chega nem a 10%; e o cerrado, nem a 30%. Isso é um dado preocupante para nós do Sistema Estadual do Meio Ambiente.

Nesse quadro estão apresentadas as unidades de conservação de uso sustentável em níveis federal, estadual e municipal. As APAs federais são quatro e há uma floresta federal. As APAs estaduais são 12, e há 1 floresta estadual. As áreas de proteção especial são 20. As APAs municipais são 54, e há 1 área de proteção especial, totalizando 93 unidades de conservação de uso sustentável. Isso corresponde ao percentual de 3,5% no Estado.

Essa é a relação das unidades de conservação de proteção integral, que totaliza, em níveis federal, estadual, municipal e particular, 147 unidades. Em nível federal, temos cinco parques e uma estação ecológica. Em nível estadual, 21 parques, 3 reservas biológicas e 7 estações ecológicas. São 31 parques municipais, 10 reservas biológicas, totalizando 41 unidades. E as reservas particulares do patrimônio natural, em nível federal, são 45, e as estaduais, 24, totalizando 79 RPPNs, tanto federais como estaduais, num total de 147 unidades de conservação, o que corresponde a 0,95%.

O mecanismo que ainda temos para proteger esses remanescentes de mata atlântica, de caatinga e de cerrado são a criação de unidades de proteção integral e de uso sustentado.

Vou passar para vocês a definição de uma área de proteção ambiental. Em geral, é uma área extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas e tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Gostaria de registrar essas premissas de gestão. E queria lembrar a vocês de uma publicação. E a autora do livro está presente, a Dra. Regina Camargos, ligada ao Sistema Nacional do Meio Ambiente, à FEAM. A publicação é "Unidades de Conservação em Minas Gerais - Levantamento e Discussão". Nessa edição, tirei quatro premissas de gestão, segundo o Mercadante, em 1996. As unidades de conservação devem ser concebidas e administradas como parte de um processo mais amplo de ocupação racional e de desenvolvimento social e econômico regional, desempenhando o papel vital que lhes cabe nesse processo.

Segunda: a criação de unidades de conservação deve ser antecedida de amplos estudos e de consulta às comunidades interessadas. Deve-se assegurar especialmente às populações residentes na área ou que dependam de seus recursos o acesso a eles ou a meios alternativos de existência em condições dignas.

A terceira premissa: a conservação do patrimônio natural e a utilização de modo sustentável são um dever e um direito de toda a sociedade.

Quarta: é necessário buscar novas e criativas formas de gestão e financiamento das unidades de conservação, que assegurem, nos casos possíveis, sua viabilidade econômica, envolvendo os proprietários, os particulares e a iniciativa privada.

Esse é um quadro das nossas 54 unidades de conservação de uso sustentável, ou seja, as APAs municipais.

Houve um aumento violento de criação de APAs municipais devido à lei do ICMS ecológico, ou seja, à Lei Robin Hood. A maioria dessas 54 APAs, mais ou menos 80%, possui o seu zoneamento. A preservação e a conservação de vida silvestre foram definidas. Agora, estamos em

processo de criação de seus conselhos gestores, o que é muito importante no caso das APAs municipais.

Aí estão as outras unidades de conservação de uso sustentável, e, no seguinte, as APAs municipais, que são 12. A primeira, cujo nome não saiu, tem uma área de 180.000ha, com predominância de mata atlântica e fica no Sul de Minas. É a APA Fernão Dias. Seu Conselho Gestor está em funcionamento, seu zoneamento ecológico está concluído, devendo agora ser homologado, e os recursos existem, devido a condicionantes da duplicação da BR-381, a Fernão Dias.

A segunda APA também tem o domínio de mata atlântica. Trata-se da APA Sede São José (estadual), nos Municípios de Coronel Xavier Chaves, Prados, Santa Cruz de Minas, Tiradentes e São João del-Rei. O conselho gestor está em formação, e seu zoneamento ecológico e econômico está concluído.

A terceira, com tipologia de cerrado e campo, seria a APA Águas Vertentes (estadual), nos Municípios de Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas, Serro e Felício dos Santos. Seu conselho gestor está em formação, e não existe ainda zoneamento ecológico e econômico. Mas já existem recursos previstos para esse zoneamento.

A quarta é o Seminário Maior de Mariana, com domínio de mata atlântica. Não existe conselho gestor, o zoneamento ainda não foi feito nem existem recursos previstos.

A próxima fica no Município do Ouro Preto: domínio de mata atlântica, APA Cachoeira das Andorinhas. Seu conselho gestor está em formação, e também não há zoneamento ecológico, mas existem estudos para sua concretização, e os recursos já estão previstos.

A próxima é a APA Lajedão, no Município de Matias Cardoso, de mata seca. Foi uma condicionante do Projeto Jaíba, a criação do sistema de áreas protegidas. Nesse caso, foram criados dois Parques Estaduais - o da Lagoa do Cajueiro e o do Verde Grande -, as duas APAs - Lajedão e Cedro Sabonetal - e uma reserva biológica de Serra Azul.

Lá, temos a Cedro Sabonetal, uma condicionante do Jaíba, no Município de Matias Cardoso. A próxima é a APA Sul, cujo Conselho Gestor está em funcionamento. O zoneamento está sendo discutido, e já existem recursos previstos.

A cachoeira do Tombo da Fumaça, a APA Fazenda Capitão Eduardo e a mata do Krambeck são três áreas que foram decretadas de preservação ambiental e requerem um novo enquadramento. Esse é o último quadro de APAs municipais.

Quero aproveitar este momento para falar com os senhores, que trabalham diretamente com a área de meio ambiente, sobre as RPPN. É um trabalho que estamos desenvolvendo com os proprietários. É uma categoria de unidade de preservação que vale a pena ser trabalhada. A diretoria do IEF está incentivando os proprietários a criarem RPPNs. São 24 RPPNs, com área total de 10.000ha. Quero chegar ao final deste ano com a criação de 30 RPPNs. Temos que investir nesse programa no Estado de Minas Gerais, principalmente entre os proprietários rurais.

Quero ainda tecer alguns comentários a respeito das APAs. As estaduais não contaram com recursos para sua implementação nem com a gestão de seus principais programas de gerenciamento, como, por exemplo, comunicação, divulgação, programas de proteção de atributos naturais e de sua própria infra-estrutura. Na APA Fernão Dias, por exemplo, existem todos esses programas de comunicação, divulgação, gerenciamento, proteção de flora e fauna e infra-estrutura. Existe, também, uma sede, no Município de Camanduiba.

Para finalizar, a respeito desse quadro de atributos naturais e paisagens alteradas, atuam os atores responsáveis pela gestão das APAs - Estado e sociedade -, com o objetivo principal de estabelecer diretrizes para o uso sustentável desse espaço. O alcance desse objetivo, consubstanciado em seus processos de planificação e gestão participativa, traduz-se, na verdade, no estabelecimento de um acordo de regras de manejo dos recursos naturais e de sua utilização adequada, de forma a não comprometer o meio ambiente, permitindo o exercício das atividades econômicas sob determinadas condições e técnicas.

Gostaria de passar nosso "e-mail" - ief@mg.gov.br -, para que vocês tenham acesso a informações sobre a criação de unidades de conservação, de proteção integral ou de uso sustentável em nível municipal. Vou deixar para continuar minha fala na fase dos debates. Estou à disposição da Mesa para os questionamentos.

Palavras do Sr. Edésio Teixeira de Carvalho

Vou ser o mais rápido possível. Gostaria de, mais uma vez, agradecer ao Projeto Manuelzão, que é uma criação extraordinariamente importante para o Estado de Minas Gerais e para o Brasil. Dou testemunho de que é extraordinariamente importante para mim também, pelas oportunidades que me dá de divulgar mais o meu pensamento sobre as questões de natureza ambiental. Vou dizer uma frase: estou disposto a discutir com vocês nos próximos 20, 30 ou 50 anos, se Deus der a todos nós vida longa.

Sobre a litodiversidade, assenta-se a biodiversidade. Não há saída conceitual alternativa para esse fato. Não há. O que é a litodiversidade? O Prof. Apolo me pediu para traduzir. Sei que os senhores sabem que "lito" significa "rocha". Então, é a diversidade das rochas.

O Prof. Paulo Maciel disse que alguns não concordam com o conceito atualmente adotado de APA. Sou um desses. Vamos imaginar que a APA seja uma folha de papel. Considero-a uma área de proteção ambiental e, por essa razão, não permito que certas atividades ali se desenvolvam. Com isso, estou automaticamente determinando que elas se desenvolvam em outra região, fora. Portanto, essa região envolvente é uma área de não-proteção ambiental. De maneira alguma, isso significa que esteja contrário a promovermos o zoneamento da APA Sul, porque isso seria, na minha opinião, um modelo para o Estado e o País.

Chamo a atenção de vocês para aquele mapa, que é o do Quadrilátero Ferrífero. Ali, em um traçado mais ou menos tosco, está lançada a APA Sul. Vejam bem. Ela está, portanto, contida sobre uma plataforma geológica muito variada. Para vocês terem uma idéia de como é variada essa plataforma, temos ali o itabirito, e, neste, não há como crescer o angico vermelho, porque o solo de itabirito é quase sempre uma canga. No xisto, não dá para crescerem árvores de grande porte. E saibam que não entendo desta parte da descrição da natureza que está ligada a outras áreas do conhecimento.

Vimos o seguinte, então: existe um condicionamento prévio da litologia, mediante os processos de formação do solo, para as coberturas vegetais. Ninguém se esqueça disso nunca; quem esquecer continuará a fazer coisas que não estão inteiramente corretas sobre a face da terra.

Vou contar duas pequenas histórias. Uma é a da onça isolada numa carapuça de mata, num alto de serra. Onde a onça bebe água? Onde há água, onde existe água. Está ali o Diretor do IEF, que não deve ficar bravo comigo, porque a diversidade de opiniões também é uma coisa preciosa para a humanidade. O Código Florestal, na região montanhosa de Minas Gerais, no vale do Paraíba e em tantas outras, está querendo

construir a vertente invertida em relação à que a geologia propõe. Você considera área de preservação permanente uma área que pode ser plana em algumas situações, à beira do rio. Ora, nessa área que pode ser plana, à beira do rio, posso perfeitamente controlar os processos de erosão consequentes ou relacionados com o plantio. E também no alto do morro, quando tenho espaço suficiente. Mas, na meia-encosta, não. A meia-encosta está toda destruída no vale do Paraíba e no vale do rio Doce, aqui, perto de Itabirito. Por quê? Porque é a área onde a lei mandou que as atividades se desenvolvessem. É claro que nem tudo é tão simples quanto isso, mas é preciso discutirmos a partir dessa base. Nesse ponto, os europeus colocaram o tragal; replantaram a meia-encosta, quando íngreme, e colocaram um pastinho de ovelhas ou um campo de girassóis no alto do morro. Eles estão fazendo a encosta que a natureza pede. A base do meu raciocínio a respeito da implantação das APAs é consultar a terra. Sobre isso, vou falar mais tarde.

A segunda história é a seguinte - aliás, foi o Projeto Manuelzão que me permitiu esta experiência extraordinária. Por intermédio do pessoal do Manuelzão, fui visitar algumas pessoas, num destes condomínios de montanha. E as pessoas queriam que eu verificasse e confirmasse para elas que o desmatamento de uma área do tamanho de um apartamento tinha sido responsável pelo secamento recentíssimo de nascente que, segundo eles, era perene, anteriormente. Procuramos, de todas as formas, encontrar uma explicação. O desmatamento informado não podia ser o responsável. É preciso que alguém tenha feito um poço tubular aqui por perto. Aí, aquelas pessoas disseram: "Fizemos um poço tubular".

Tenho um pouco de medo, Prof. Apolo, senhores da Mesa, do fervor ambiental baseado em pressupostos equivocados, o qual pode levar a proibições absolutamente destituídas de sentido.

Vou dizer uma coisa: o próprio Código Florestal estabelece que uma nascente é uma área de preservação permanente. Neste ponto aqui, em Itabirito, neste miolo branco, nos Municípios de Ouro Preto e Itabirito, existem algumas dezenas de nascentes associadas a processos de degradação ambiental do tipo da voçoroca. Essas nascentes são de origem espúria. Quando as soterramos, estamos caminhando no sentido da reabilitação.

E houve uma generalização da idéia de nada se pode fazer com elas. Só em São Paulo, há 28 mil nascentes desse tipo, "protegidas", entre aspas, pela lei. É evidente que dirão que, quando se faz um projeto, suspende-se a proibição. Ora, mas quando se faz um projeto? Estamos com 28 mil casos em um território; então, não se fazem projetos para todas as situações.

Aqui se vê um perfil geológico, atravessando a APA Sul. Aquele avermelhado é o gnaiss regional. Este é o das voçorocas. Isso nunca é um grande aquífero, mas é espetacular, porque sempre dá de 2.000 a 4.000 litros por hora, o que é uma maravilha para o uso difundido, de espécie, não para o concentrado.

Aquele azul é o xisto Nova Lima, que é muito ruim para o gado, por exemplo. Se o gado pisoteia ali, removendo uma película de solo, são de 250 a 500 anos para a recuperação. Felizmente, a mata ciliar não saiu do fundo dele; do contrário, o rio das Velhas estaria infinitamente pior.

Depois, vem o amarelo com o preto - aí é que é a grande questão. Aquele preto dobrado é a formação ferrífera, da unidade geológica itabirito caué, que apresenta os seguintes fatores geológicos de sustentabilidade: quanto ao solo, é fraco; não dá solo arável. Quanto aos recursos minerais, é muito rico em ferro. Quanto aos recursos hídricos, é excepcional aquífero. Quanto ao suporte físico, a situação é variável: às vezes, é excepcional - por exemplo, no plano regional, foi ele que manteve o Quadrilátero Ferrífero 500m mais alto que as áreas envolventes. Quanto à absorção de impactos ambientais, também é variável. A capacidade de absorver impactos ambientais é a capacidade de, por exemplo, filtrar bem um efluente do tipo de restos cadavéricos, esgoto doméstico, etc. Isso tem de ser estudado, e é preciso saber onde está, não só em superfície, mas em subsuperfície. O último item é a paisagem: são paisagens excepcionais. Então, tenho, dependuradas no itabirito, a grande riqueza mineral e as paisagens excepcionais, e é o maior aquífero regional; se houver algum problema com as águas de superfície, isso abastece Belo Horizonte por quantos séculos queiramos, porque é renovável. Era isso o que queria colocar, como um ponto de discussão inicial. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Luiz Artur Castanheira

Em primeiro lugar, quero pedir desculpas pela ausência do representante do IBAMA de Brasília, que, à última hora, por motivo de força maior, foi impedido de vir. Tão logo soube que haveria este debate, dirigi-me para cá, porque sempre me interessei muito pelo assunto, pois nasci e cresci na bacia do rio das Velhas.

Concordo com muitas coisas que foram ditas aqui, principalmente que a água, que tudo lava e permeia, além de ser o componente mais importante da nossa vida - temos 75% de água -, assim como de todos os seres vivos, é um dos grandes armazenadores e mobilizadores de energia do mundo. Como a energia que vem do sol, a água, com todo o movimento de marés, a evaporação e a precipitação - tão em falta neste ano, o que fez secarem nossas hidrelétricas, trazendo-nos este problema do "apagão" -, tem de ser pensada de um modo muito pluralista, em todos os seus aspectos. Com a área de proteção ambiental ou unidade de conservação, pretende-se proteger não só a biodiversidade, mas a água. Há alguns anos, como Chefe do Parque Nacional da Serra da Canastra, fui fazer uma palestra para as crianças de uma escola secundária, que me perguntaram o que o Governo escondia ali que era tão importante, se era um mineral muito valioso, pois dali tiraram os fazendeiros e não se podia plantar nem fazer nada naquela área. Disse-lhes que era o nosso bem mais valioso: a água. As crianças riram, dizendo que a água não vale nada; era um lugar cheio de nascentes e limpo. Mas, se andarmos hoje por Belo Horizonte, nestas favelas e nos grandes aglomerados urbanos, veremos que não há mais rios limpos, porque estamos desrespeitando, além da própria lei da natureza, leis, já antigas, feitas pelos homens. Da década de 70, por exemplo, temos a Lei nº 6.766, que fala sobre urbanização e loteamentos, mas hoje temos casas construídas em áreas não edificantes, temos beiras de rios totalmente construídas, etc. Ou seja, são coisas que estão previstas na legislação ambiental, mas, infelizmente, são desrespeitadas.

Temos de notar que as legislações ambientais sobre essas áreas de proteção são sobrepostas - temos legislações federais, estaduais e municipais - e que ainda há uma administração sobreposta - há áreas de APAs que estão cobrindo parte de municípios. No Município de Lagoa Santa, por exemplo, há ruas que estão dentro da APA. Ora, a responsabilidade pela administração daquela rua é federal? Não; é do município. Ou seja, tem de haver co-participação nessa gestão, e essas parcerias têm de envolver o Ministério Público, federal ou estadual; a Polícia Florestal, com a repressão a atos de degradação ambiental, a Federação e, principalmente, o planejamento urbano. Aliás, estamos vendo nascer um conceito muito importante: o conceito de "urbano". As cidades não devem mais ser planejadas considerando-se apenas o cinturão urbano e a área de dentro da zona marginal da cidade; o urbano tem de considerar a pessoa que mora nos campos da cidade. Apesar de, nos últimos 50 ou 60 anos, ter havido grande deslocamento de massas populacionais para as cidades, temos de pensar que não podemos mais inchá-las tanto assim, porque isso está virando o caos, como estamos vendo. Assim, planejar o urbano é planejar o cinturão rural em volta das cidades, e essa questão tem de ser levada bastante a sério.

Quanto às áreas de preservação permanente, a que o Prof. Edésio se referiu, a vegetação de preservação permanente, nessas áreas, tem também o intuito de evitar a degradação, por assoreamento, do rio e, por erosão, da terra, na bacia. Mas o Prof. Apolo lembrou de algo muito importante: a idéia de transformar o rio em um corredor ecológico. Assim, as margens do rio, com suas árvores frutíferas, etc., servem de apoio àquela vida que migra por ele - os pássaros, por exemplo. Na nascente do rio Carinhonha, no Parque Nacional Grande Sertão: Veredas, encontramos pássaros típicos do rio São Francisco. Ora, os pesquisadores que estão elaborando o plano de manejo estão chegando à conclusão de que eles chegaram ali vindo pela faixa, pelo corredor do rio. Infelizmente, hoje, em nosso Estado, na maioria das vezes, nem os topos de morros estão preservados, nem a meia-encosta nem a área de preservação permanente. Ao sobrevoarmos o rio São Francisco em Minas Gerais, veremos faixas de preservação permanente que estão um fiapo de mato; não dá nem 30m. E isso tem de ser respeitado; o proprietário

rural tem grande responsabilidade nisso. Não é dizer, simplesmente, que vai expandir sua fronteira agrícola, pois tem de produzir mais alimentos, e isso se sobrepõe a tudo. Não é assim; ele tem de preservar aqueles 30m. E o que são 30m? Nada. Em muitos casos, pode ser até maior a faixa de preservação permanente. Mas algo que deve ser notado é que, na faixa não edificante de beira de rio, vemos favelas nascendo da noite para o dia. No caminho para Santa Luzia, por exemplo, quando fizeram a estação do metrô, desapropriaram-se as pessoas e foi feito um conjunto habitacional até muito bonito, dentro das normas, etc. Mas, em três ou quatro anos, a favela pegou a margem da estrada e, hoje, está pegando a beira do rio das Velhas, naquele trecho que sai de Belo Horizonte e entra em Santa Luzia - na estrada velha de Bicas. E a coisa é muito rápida. Assim, temos de tentar fazer com que as pessoas fiquem mais no campo; não têm de vir para as cidades. Ou seja, melhorar as cidades do interior é também um passo a ser dado, além de tratar dos problemas de poluição e de mau tratamento dos esgotos nas cidades grandes. Era só.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Iniciaremos a nossa fase de debates, informando que as perguntas poderão ser dirigidas à Mesa por meio do formulário que está sendo distribuído ou oralmente. Solicitamos às pessoas que fizerem uso do microfone que sejam o mais breve possível e que se identifiquem para efeito de gravação. Está dispensada a formalidade dos cumprimentos, para que possamos agilizar os debates.

Debates

O Sr. Presidente - A primeira questão é para o Dr. Miguel Ribon Júnior, feita pelo Roberto Melo Franco: "Qual é o projeto de educação ambiental no entorno de APAs? Unidades de conservação estão sendo efetivadas hoje?".

O Sr. Miguel Ribon Júnior - Antes de responder a pergunta do Roberto Melo Franco, queria ressaltar a importância dos Promotores públicos presentes. O IEF, por meio dos seus 14 Regionais e 150 escritórios locais, em reuniões dos Regionais na própria sede, tem sempre comentado a importância do trabalho dos Promotores públicos em conjunto com o Instituto, que está sempre à disposição deles.

A respeito de programas de educação ambiental, geralmente eles são feitos pelos Gerentes de unidades de conservação. Com certeza, todas as nossas unidades de conservação e de proteção integral que possuem Gerente realizam atividades de educação com a comunidade do entorno da unidade, principalmente no caso dos parques e estações.

O Sr. Presidente - Passaremos outra pergunta para o Dr. Miguel Ribon Júnior, do Samuel Franklin Miranda, da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento: "Até quando assistiremos a centenas de caminhões transportando diariamente carvão vegetal do Norte de Minas, em frontal agressão ao cerrado daquela região?".

O Sr. Miguel Ribon Júnior - Deve haver uma política mais agressiva nas áreas do sistema de meio ambiente, principalmente por parte do IEF, que, com recursos humanos insuficientes, é incapaz de conter o tráfego da quantidade de caminhões que vêm do cerrado. Atualmente, há uma política agressiva para conter tanto a exploração como o transporte de carvão do Norte de Minas para a região siderúrgica de Sete Lagoas.

O Sr. Presidente - Uma pergunta para o Sr. Luiz Castanheira, feita pela Vice-Prefeita de Raposos, Nancy Souto: "A Prefeitura ou o CODEMA poderiam mover uma ação contra a MRV pela lama que assoreia ainda mais o rio em nossa cidade?".

O Sr. Marcos Landa - Gostaria de propor à Mesa que respondesse algumas perguntas escritas e também abrisse o Plenário para o debate, para que pudéssemos falar ao microfone.

O Sr. Presidente - Será aberto, imediatamente. Aliás, já temos uma inscrição para uma pergunta oral. Gostaria, apenas, que fosse informado à Mesa quem deseja fazer uso do microfone.

O Sr. Ronald de Carvalho Guerra - Bom dia para todos. A colocação que desejo fazer é muito específica da região de Ouro Preto. Dividirei essa colocação durante o dia, devido ao espaço curto. Primeiro, trataremos a questão da APA da Cachoeira das Andorinhas. Acho que estamos dando um passo muito lento, prevendo a formação do conselho. Essa APA foi um decreto de 1989. Estamos com 12 anos. Por residir na região, participamos exaustivamente das discussões. Acho que é muito tempo para tratar de assuntos que poderiam ser discutidos com mais eficácia, que cabe em todos os sentidos, ao poder público municipal, ao poder público estadual, no caso, a APA. Isso tem caminhado algumas vezes, mas é muito tempo. Sempre levanto a questão do lado social que isso representa. Entendo que as comunidades inseridas nessas APAs, como essa, que é bem rural, estão em plena condição de resgatar a administração da APA, buscando soluções para essas questões. O que acho que há é pouco apoio.

Ressaltarei só mais uma situação. Depois, falarei outras vezes. O Código Florestal é bem específico e fala das subvenções especiais. Há um capítulo que fala do apoio que deve ser dado às propriedades privadas restringidas na questão do uso de suas atividades econômicas. Nesse capítulo, ficam bem claros o apoio, a prioridade na área de crédito, de financiamento, na assistência técnica, na eletrificação rural, na telefonia. Isso passa longe da história de toda a região. Na verdade, não existe nenhum programa direcionado. Então, entendo que a comunidade local, as pessoas que vivem ali, questionando, nesses 12 anos, foram amadurecendo. Represento o Comitê do Projeto Manuelzão na região e sei o tanto que elas amadureceram, mas isso é muito lento. As vezes, fico pensando que passarei um grande período da vida lutando por isso, para que, talvez, meus filhos possam colher um pouco disso tudo. Acho que o momento é para discutir essas questões. É muito importante que se tenha uma certa agilidade. O zoneamento de todas as APAs é deixado em segundo plano nessa questão. A prioridade são as unidades de conservação integral, é muito importante que se tenham programas direcionados para a região. Acho que a comunidade tem maturidade suficiente para gerir todo esse processo. O que está faltando, no meu entender, é maturidade ou disponibilidade maior do Estado.

O Sr. Presidente - A Nancy perguntou se a Prefeitura ou o CODEMA poderiam mover uma ação contra a MRV, pela lama que assoreia, ainda mais, o rio da cidade. Algum Promotor ou o Dr. Jarbas poderia responder?

O Sr. Marcos Landa - Por ocasião do VI Encontro Nacional, debatemos a questão ambiental como luta nacional. Entendemos que a reforma urbana não se dá sem conscientização ambiental. Ouvi as exposições dos senhores, e, em momento algum, abordou-se a reforma urbana no plano diretor dos grandes centros.

Faremos uma consideração rápida e uma solicitação aos ambientalistas. Entendemos que, para que haja assentamento humano, precisamos ser amparados por técnicas ambientais e assessorados pela área ambiental. Infelizmente, ao procurar o IEF, o IGAM e outras entidades ligadas ao meio ambiente, temos recebido, apenas, respostas negativas. Foi necessário que, no caso de Timóteo, fizéssemos uma parceria com a UNILESTE, para proceder a um estudo preliminar sobre a questão ambiental em nossa área. O estudo apontou que o local onde estamos hoje não serve para assentamento urbano. Estamos discutindo na Prefeitura a escolha de um novo local. Nossa preocupação é que os ambientalistas vejam o assentamento humano como prioritário para fazermos o assentamento de moradias populares.

Temos um projeto com o Governo belga e instalaremos em Timóteo a primeira escola ambiental ligada ao movimento popular. Com isso,

queremos nos tornar parceiros das entidades aqui presentes. O Deputado Ivo José, que nos tem acompanhado, tem visto nosso trabalho com a questão ambiental e a de moradia. Solicitamos aos ambientalistas que ouçam os movimentos populares, porque não temos tanta demanda, mas também não temos conhecimento mais profundo sobre a questão ambiental e gostaríamos de embutir isso na reforma urbana. Obrigado.

O Sr. Edésio Teixeira de Carvalho - Lerei um parágrafo que escrevi: A civilização atual tem feito cidades como se as integrasse, apenas, às estruturas construídas. Salvo acidentes fisiográficos muito imperiosos, como a serra do Curral, sempre explicados na constituição geológica, as cidades do mundo são quase iguais, todas muito ineficientes. As cidades serão muito diferentes e a civilização poderá reluzir, de fato, quando as cidades se amoldarem à sua infra-estrutura geológica. Daí surgirá uma diversidade quase ilimitada de soluções determinadas pelo contexto, o que vale dizer geodeterminadas. Terão surgido os assentamentos de comportamento controlado e de metabolismo menos submisso que o observado. O que é isso? As cidades não funcionam porque não estão acopladas às suas bases geológicas e às questões sociais envolvidas. Estou à disposição para discutir o assunto.

O Sr. Presidente - Agradecemos à Promotora de Nova Lima, Maria de Lourdes Santa Gema, que responderá a pergunta da Nancy. Repetirei a pergunta: "A Prefeitura ou o CODEMA poderia mover uma ação contra a MRV, pela lama que assoreia ainda mais o rio em nossa cidade?"

A Sra. Maria de Lourdes Santa Gema - Fizemos parte da comissão instituída pelo Procurador-Geral de Justiça para apurar as causas e as conseqüências do dano ocasionado pelo rompimento da barragem. No dia 4/7/2001, foi feito um termo de ajustamento preliminar com relação às obras emergenciais. Posteriormente, no dia 15 de outubro, depois que tomamos conhecimento de um relatório da UFOP e da conclusão do Subgrupo I, instituído para fazer um levantamento sobre o dano ambiental, assinamos com a empresa, com a intervenção de um representante da OAB, um termo de ajustamento de conduta aditivo ao que havia sido assinado, visando à conclusão de todas as obras consideradas emergenciais. Até então, nossa maior preocupação era a recuperação do dano ocasionado. Estamos em fase de acompanhamento de todas as obras acordadas com intervenção do CREA e da FEAM. Somente após esse levantamento, tentaremos a assinatura de outro termo de ajustamento, visando à recuperação definitiva da área degradada. Em princípio, acredito que seria precipitado o ajuizamento de uma ação civil pública antes de sabermos se a empresa tem ou não condições de cumprir tudo o que foi acordado. Espero ter respondido à pergunta.

O Sr. Presidente - Obrigado. Pergunta do Promotor de Ouro Preto, Dr. Luiz Henrique, ao Prof. Edésio: "O entorno da cachoeira das Andorinhas vem sofrendo intervenções há décadas, havendo enorme quantidade de quartzito. De acordo com uma ação para recuperação, haveria interesse de aproveitamento econômico na aludida escória do quartzito?". Pergunta de Débora Linger, da Faculdade Promove: "Gostaria de obter maiores informações sobre aterros poluídos de nascentes hidrográficas. Se não for possível a explanação no Plenário, peço-lhe o 'e-mail', para contato posterior."

O Sr. Edésio Teixeira de Carvalho - Com relação à cachoeira das Andorinhas, parece que há possibilidade de aproveitamento do rejeito, que é cavaco das pedreiras. Esse é um excelente material para a preparação de estradas rurais e até de piso de ruas periféricas. Em tese, é um material perfeitamente adequado. Na estradinha do meu sítio, falta esse material. A questão da distância para transporte pode ser uma condicionante.

A pergunta é sobre o soterramento de voçoroca. Houve dois casos de soterramento controlado em Contagem, com resultado excepcional, porque tiveram de ser rompidos paradigmas ambientais e de engenharia geotécnica. Existe plena possibilidade. O "e-mail" é edeziotc@acesso.com.br.

O Sr. Presidente - Pergunta de Ana Lúcia Batista, da Associação Comunitária do Bairro Jardim Canadá, para o Dr. Miguel Ribon: "Sabendo que a nascente do rio das Velhas está sendo ameaçada pela proximidade com extrações minerais, o que o município responsável pela área está fazendo para o controle da situação?". Informo à Ana Lúcia que essa questão vem preocupando sobremaneira a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais desta Casa, da qual sou Vice-Presidente. Já foi aprovada a instalação da CPI das Minerações, em virtude de um grave acidente ocorrido em um dos afluentes do rio das Velhas, na região da Mineração Rio Verde. Deveremos iniciar os trabalhos da CPI ainda este mês, oportunidade que teremos para aprofundar nessas questões e contar com a participação de todos vocês. Há outra pergunta, encaminhada ao Dr. Miguel Ribon: "Qual é o processo correto para se criar a APA municipal?".

O Sr. Miguel Ribon Júnior - No caso da pergunta do Edmar, basta entrar em contato com qualquer escritório local do IEF. No Município de Curvelo, há um escritório que pode informar sobre a criação de APA.

Retomarei a pergunta do Samuel, que gostaria de saber até quando assistiremos a centenas de caminhões trafegando. São necessários a fiscalização em pontos estratégicos e o desenvolvimento de programas de incentivo para pequenos proprietários rurais, tanto de plantio de plantas exóticas quanto de plantas nativas.

O Sr. Presidente - Pergunta do CODEMA de Inimutaba, encaminhada à Mesa: "É possível criar uma lei para que o proprietário seja obrigado a plantar, pelo menos, 10% de sua propriedade com espécies nativas da região?".

O Sr. Miguel Ribon Júnior - Com certeza. A respeito da pergunta da Ana Lúcia, da Associação Comunitária do Bairro Jardim Canadá, posso até olhar depois, com a gerência da unidade do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, sobre o que o município está fazendo efetivamente para controlar a situação.

Se é possível criar uma lei para que o proprietário seja obrigado a plantar, pelo menos, 10%? É viável, por lei municipal ou da Assembléia.

O Sr. Presidente - Nosso gabinete está à disposição para colher essas informações e colocar em tramitação um projeto dessa natureza. Aguardamos contato do Sr. Antônio Martins Ferreira.

O Sr. Miguel Ribon Júnior - Por meio de emendas, está sendo votada a lei florestal.

O Sr. Presidente - Exatamente. Acho que o momento é muito oportuno. Penúltima pergunta, encaminhada ao Dr. Luiz Castanheira. Hélio Garcia de Moraes indaga se existe algum incentivo ao pequeno proprietário para a conservação de matas nativas ou em formação, exceto a isenção do ITR, que é insignificante.

O Sr. Luiz Artur Castanheira - Existem os lucros que a pessoa pode ter em conservar as áreas que são necessárias à boa qualidade ambiental da propriedade. Sabemos que as matas nativas conservam grande quantidade de predadores de insetos, que são pragas que vão atacar as plantações.

Os incentivos, primeiro, vão diminuir as perdas com pragas agrícolas, que poderão afetar a propriedade, se não há nenhuma mata na propriedade que sirva de refúgio às espécies predadoras daquelas pragas. Equilíbrio ambiental não significa simplesmente abandonar a agricultura, fazer só a conservação. Têm de ser colocadas em prática as técnicas de conservação nas propriedades, que são bastante conhecidas. Uma delas é a conservação de faixas de vegetação nativa, isso já é um lucro que o proprietário esquece que existe. É um

armazenamento de um estoque de aliados para conservação da agricultura, mas o proprietário muitas vezes se esquece disso.

A conservação da água é um lucro de que o proprietário rural muitas vezes se esquece, na hora que faz o desmatamento. Ele pensa só no imediato, mas tem de pensar em outras coisas.

A questão do incentivo para o ITR, realmente, é irrisório, mas, além disso, no caso das reservas particulares, patrimônio natural que o Ribon já citou aqui, há a prioridade para análise de financiamento dentro de instituições financeiras. Prioridades e análises, não quer dizer que será dado financiamento, mas já se tem uma referência a mais para a análise. Além disso, podem-se usar essas áreas de conservação para um turismo rural mais harmonioso.

O Sr. Ênio Rezende de Souza - Bom-dia. Ênio Rezende de Souza, representante da EMATER. Queria aproveitar a oportunidade para reforçar aquilo que o ciclo de debates está propondo: a importância do plano de gestão de bacias hidrográficas como instrumento norteador da criação e da implantação de unidades de conservação, de APAs e de outras unidades de conservação. Até então há uma dissociação da criação e da implantação de unidades de conservação, com a unidade de planejamento, que é a bacia hidrográfica.

Gostaria de trazer nosso depoimento para que a bacia hidrográfica seja a unidade de gestão e planejamento como um todo, até para a criação e a implantação de unidades de conservação.

Esse plano diretor, a exemplo do que disse o Prof. Apolo, além de permitir identificar áreas críticas e potenciais para a recuperação ambiental e a proteção ambiental, também indicará as áreas potencialmente aptas para as produções agrícola, mineral e outras. É importante que esse instrumento criado por lei, tanto federal como estadual, seja realmente utilizado: o Plano de Gestão de Bacias Hidrográficas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação do Dr. Ênio. Caminhamos para o final do primeiro bloco. Mais uma vez, agradecemos a presença de todos.

Composição da Mesa para o Segundo Painel

O Sr. Presidente (Deputado José Milton) - A Presidência convida a tomar assento à mesa para o segundo painel as Exmas. Sras. Regina Maria de Fátima Camargos, especialista em áreas naturais e pesquisadora da FEAM; e Rosa Maria Ferreira, consultora em Educação Ambiental; e o Exmo. Sr. Apolo Heringer Lisboa, coordenador do Projeto Manuelzão.

Palavras da Sra. Regina Maria de Fátima Camargos

Bom-dia a todos. Agradeço o convite para falar sobre as unidades de conservação da bacia do Velhas. É uma oportunidade que temos de apresentar o trabalho que a FEAM está desenvolvendo, o cadastramento dinâmico das áreas de restrição ambiental da bacia do rio das Velhas.

Esse estudo da FEAM analisou os fragmentos vegetais da bacia em termos de conectividade e tamanho, analisou também o risco geológico, as diretrizes hidrológicas e as principais pressões de uso sobre a bacia, principalmente enfocando os empreendimentos licenciados pela FEAM.

Nosso objetivo foi fornecer uma base de dados georeferenciada, analisada, para o uso da sociedade civil e da FEAM, que, à medida que subsidia os licenciamentos, facilita a análise integrada de cada empreendimento que é licenciado na FEAM e também fornece informações e dados para todas as instâncias participativas da sociedade civil.

Acreditamos que existem vários interesses e expectativas de uso, e, portanto, qualquer trabalho de planejamento, e gestão de uma decisão colegiada trabalhará com interesses diferentes. As informações facilitam que os atores estejam mais preparados para discutir e para tomar as melhores decisões.

Nesse trabalho, analisamos as unidades de conservação, aquelas que estão no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as categorias que estão no SNUC.

Há também as APEs, áreas reservadas, que não são unidades de conservação.

- Procede-se à apresentação de transparências.

A Sra. Regina Maria de Fátima Camargos - O nº 1 traz a APA Serra do Cabral, que pega uma das vertentes da serra do Cabral. É uma APA municipal recente.

O nº 2 também é uma APA municipal, APA Valo Fundo. O nº 3, APA Federal Morro da Pedreira, que está à direita, na serra do Espinhaço, no entorno do Parque do Cipó, que está em azul, hachurado de preto. Em volta desse preto, é a APA Morro da Pedreira.

O nº 5 é a APA Carste de Lagoa Santa, lateral ao morro da Pedreira. Embaixo, a APA Sul, com várias unidades inseridas. Uma parcela da APA Sul é aquela que está dentro da bacia, e a APA Cachoeira das Andorinhas, que é a mais inferior e pega as nascentes.

Vou pedir para mudar a transparência para vermos o detalhe da APA Sul. Essa parte preta é a APA Sul; o nº 17 é a APA Municipal Mingu; o nº 15 é o Parque das Mangabeiras; o nº 16, o Jambreiro, uma reserva particular; o nº 14, a APA do Cercadinho; os nºs 10 e 11 são áreas de proteção especial, áreas de proteção de mananciais da COPASA, no Barreiro e na Mutuca, e foram absorvidas pelo Parque Estadual Serra do Rola-Moça. Embaixo há uma área de proteção especial de mananciais, Fechos, que foi absorvida por uma estação ecológica estadual. O nº 8 é a APA Cachoeira das Andorinhas.

Como essas APAs não são unidades de conservação, são criadas em vista de legislação do planejamento urbano, não têm objetivos de manejo nem definição de uso. São áreas especiais para vários usos, por isso não foram absorvidas pelo sistema nacional de unidades de conservação. A COPASA as tem transformado em outras unidades. No caso, foram transformadas no parque e numa estação ecológica.

Esse mapa está sob a análise do uso do solo da bacia. Vê-se o tipo do uso do solo, dentro de cada unidade de conservação. Outro objetivo do estudo da fragmentação, do risco geológico e dos fatores dos corredores foi definir áreas que poderiam ser transformadas em unidades de conservação ou simplesmente ser analisadas com maior critério nos licenciamentos dos empreendimentos. Isso é o que chamamos de área de restrição ambiental.

Vamos discutir também as principais pressões de uso sobre as unidades, o que não quer dizer que sejam pressões negativas, são apenas usos econômicos, muitas vezes previstos, que devem ser negociados, monitorados e licenciados.

Um dos principais problemas das APAS da bacia Morro da Pedreira, Carste Lagoa Santa e da APA Sul é a ocupação por condomínios. Esses condomínios são induzidos pela valorização dos terrenos em vista dos recursos naturais, cachoeiras e proximidades de parques. Eles têm crescido muito. Normalmente são implantados em área rural e são irregulares, porque em área rural não se permite parcelamento urbano. São implantados sem o licenciamento, sem a aprovação do município, que não pode aprovar parcelamento em área rural, e sem o licenciamento ambiental.

Apesar de percebermos que existe cobertura vegetal de fundo de quintal, áreas preservadas que mantêm a sua qualidade ambiental deixam de atender às condicionantes ambientais de um parcelamento urbano comum. Não ficam previstas, não ficam garantidas, nesses condomínios, as áreas públicas, as áreas previstas para equipamentos urbanos, para praças e parques. No momento em que são isolados, tudo bem, mas daqui a 15 anos, quando estiverem ocupando o espaço como um todo, vamos sentir essas deficiências de manutenção das nascentes, do esgoto sanitário e do tratamento de lixo. Essa é uma grande pressão nas APAS, e foi o que demarcamos em nosso trabalho.

Uma das grandes justificativas das instituições que trabalham com o tema, as Prefeituras, a FEAM, o IEF, o IBAMA, órgãos gestores dessas unidades, é que não existe um zoneamento ambiental que defina critérios para a área. Esse é o argumento para protelar-se uma ação. Na verdade, pelo nosso estudo, percebe-se que existem muitos instrumentos legais que poderiam auxiliar o monitoramento desse tipo de ocupação.

Eles estão direcionados para várias instituições: SEPLAN, FEAM, órgãos gestores e municípios. Percebe-se que existe necessidade de articulação entre essas instituições para trabalharem juntas, não somente para fazer o zoneamento, mas também para conseguir integrar ações. É o que propomos em nosso trabalho.

Isso ocorre com os loteamentos e outros empreendimentos econômicos. A questão minerária passa pelo mesmo problema: o controle da exploração florestal, a questão agrícola, os resíduos sólidos e a oferta de água, que aumentam em consequência do número de estabelecimentos turísticos nessas regiões. Tudo isso exerce pressão sobre as APAS.

A localização das APAS do rio das Velhas pega regiões diferenciadas dos pontos de vista biofísico e socioeconômico. Temos a serra do Cabral com uma atividade agropecuária, principalmente silvicultura. É uma região de grandes florestas de eucaliptos. Temos a segunda APA municipal agrícola, o morro da Pedreira, que também sofre pressão pelos loteamentos e pela valorização turística. Em Carste de Lagoa Santa há uma atividade minerária significativa com a agravante da sensibilidade trazida pelo relevo cárstico principalmente sobre o lençol freático. A APA Sul também sofre essa pressão minerária muito grande e ocupação por condomínios. E a APA Andorinha, que ainda tem um solo principalmente ocupado por cobertura vegetal em bom estado de conservação.

Essas APAS da bacia do Velhas têm a vantagem de oferecer um espelho das atividades econômicas de toda a bacia. E têm essa característica de funcionar como exemplos de gestão ambiental que podem ocorrer na bacia como um todo. Como o Paulo Maciel falou, são áreas mais sensíveis e têm essa característica, são áreas-pilotos.

Para sintetizar, queria fazer duas observações. Sobre o zoneamento em si, assim como sobre os planos de manejo, o que percebemos normalmente são grandes estudos que contemplam análises de vários especialistas. São bem-feitos, mas são estudos que contam muito pouco com a integração da comunidade.

Pela nossa experiência como ex-Diretora de Zoneamento e ex-Gerente da APA Sul, o que temos a dizer é que não dá para inventar sínteses que são ilusórias. Temos que realçar as diferenças, para que elas tenham seu espaço de negociação. Em termos de zoneamento, é isso que gostaria de sugerir, tanto no trabalho do Comitê do Velhas como um todo como nos vários zoneamentos das APAS.

Só queria acrescentar que o cadastramento dinâmico estará disponível brevemente e também apresentará as áreas sensíveis, de restrição ambiental, que são referências para a criação de outras unidades de conservação. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Rosa Maria Ferreira

Bom dia a todos. Gostaria, primeiramente, de falar do Manuelzão, porque trabalhamos juntos, nesse processo de educação ambiental, durante aproximadamente seis anos, com alunos de uma escola que ficava dentro da unidade da CEMIG na região de Três Marias. Essa parceria foi muito rica, porque, como morador mais velho daquela região, ele é que nos mostrava os sítios mais distantes e dizia sempre: "Rosa, vocês, que andam de carro e de avião, não conhecem o Brasil. Nós, que andamos a pé e a cavalo, é que conhecemos esta terra".

Ele começou nos sensibilizando, dentro desse contexto de educação ambiental em que nos inseríamos. Realizei esse trabalho junto com ele e com outros empregados da CEMIG, durante seis anos, naquela região. Ele e a D. Didi, sua esposa, também estiveram presentes, mostrando-nos os sítios. Quando conhecemos bem um local e passamos a amá-lo, costumamos dizer que temos um sentimento de "topofilia" com aquele local. Quando desconhecemos, não ligamos muito para o que estamos vendo.

Quando nos referimos ao Projeto Manuelzão na bacia do Velhas, queremos dizer que existe toda uma história, e o Prof. Apolo tem uma razão muito sólida para ter escolhido esse título para a despoluição e para o projeto do Velhas. Como todos sabemos, o Velhas é o maior poluente do São Francisco, o rio da unidade nacional de que falamos tanto por aí. Riobaldo, no "Grande Sertão: Veredas", dizia que o rio dos amores dele era o Uruçuia. O meu é o São Francisco mesmo. Se não queremos um São Francisco desgastado, diminuído, temos de trabalhar primeiro aquele que está mais perto de nós, no nosso caso, o Velhas.

No final da nossa fala, mostraremos o filme da ação do Manuelzão com as crianças de Três Marias. O que é educação ambiental? É um processo longo, contínuo, no qual substituímos muitos valores e, internalizando-os, obrigamo-nos a fazer algumas coisas e a deixar de fazer outras. Poluir um rio, tirar a sua vegetação ciliar são coisas que devemos deixar de fazer. Replantar essas matas, tratar o esgoto são coisas que devemos fazer e incentivar os governantes a fazer. Posso não ter condições de fazer o saneamento básico de uma bacia, mas posso incentivar os meus alunos a colher mudas da vegetação e replantar nas margens ciliares.

A educação ambiental é um processo que não pegou de início no Brasil. Em Estocolmo, em 1972, a Recomendação 96, ao final da conferência, era que se fizesse a educação ambiental em todos os âmbitos, mas que se começasse pelo processo normal, formal, dentro da escola, porque era um sistema institucionalizado presente em quaisquer países, por menos desenvolvidos que fossem.

O Brasil vivia, naquela época, uma ditadura militar muito forte, e o processo não pegou nesta terra, demorou. Em 1977, ocorreu a I Conferência Internacional em Tbilisi, Geórgia, antiga União Soviética. Dali foram retirados objetivos, conceitos, princípios básicos, metodologias, tudo que se pode dizer da educação ambiental. E o Brasil ainda não havia feito nada naquele período. Em 1987, em Moscou,

muito menos. Mas, em 1990, tivemos uma pessoa no MEC, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, chamada Nely Gonçalves, que desencadeou esse processo no Brasil. E tive a honra, em 1997, na cidade de Tessalônica, na Grécia, quando aconteceu o III Congresso Internacional de Educação Ambiental, de saber que o Brasil era o país que tinha o maior número de metodologias em educação ambiental do mundo.

O que é isso? Somos um país ligado a futebol, carnaval, a desordens políticas de todas as facções, que convivemos com muitos desmandos na nossa política. O que é política? É a forma de governar ideal. Nem sempre temos isso no Brasil. Mas temos pessoas que lutam pela educação do povo, pela despoluição de rios, para que esta terra seja melhor. E esse é um processo de educação ambiental. É você se educar continuamente, onde quer que esteja, e fazer o melhor pela terra sua e dos que virão. Isso é sustentabilidade. Foi muito bom ouvir, em 1997, que em 7 anos andamos por 27.

Gostaria de passar as imagens do nosso trabalho e dizer que o processo de educação ambiental sensibiliza, lembra a consciência que devemos ter, a lucidez de espírito que devemos ter dentro de nós para mudar um processo, faz com que busquemos mais conhecimento, que pratiquemos atividades, que tenhamos competência de saber o que deve e o que não deve ser feito e ainda estimula-nos a continuar esse processo vida afora, porque não adianta nada começar um processo e deixá-lo pela metade. Demos apenas mostras de incompetência, de desânimo, e o Brasil precisa sair desse berço esplêndido, dessa dormência. Precisa cobrar cidadania.

E cidadania se faz com a observância dos direitos e dos deveres. Não adianta falar que sou cidadã se sou conivente com as ações que estão por aí. Então, não sou cidadã, mas apenas uma espectadora, alguém conivente com as falcatruas que ocorrem no meu País e que não faz nada para mudá-las. E não tenho de ser uma chata na forma de cobrar essas ações. Se eu me somar à pessoa que se propôs a desenvolver a ação, estarei sendo mais competente do que, talvez, pela forma de eu me dirigir a essa pessoa.

Vamos agora ver o vídeo do Manuelzão, essa última interferência que fizemos, esse último trabalho que realizamos juntos. E ele gostava de uma música, que sempre pedia aos nossos alunos que cantassem para ele: "Meu Primeiro Amor". O meu primeiro amor, na verdade, além da minha família, é esta terra. É por isso que me aposentei há três anos, voltei para a sala de aula e continuo no processo de educação ambiental do jeito formal e também do informal.

Queria lembrar a vocês que nenhum processo ambiental tem seqüência se não tiver o processo de educação ambiental antecedendo cada uma de suas ações. Vocês verão, ao longo da vida, que a educação ambiental sensibiliza, conscientiza, informa, faz com que o ser internalize valores e os pratique.

Essas são imagens de Andrequicé, quando das visitas dos nossos alunos ao Manuelzão. Esse é o grande amigo do peito, que deve estar tangendo boiadas em outras dimensões. Nessa oportunidade, em 1996, produzimos um manual com atividades práticas interdisciplinares em educação ambiental que ressaltava 150 atividades práticas e teóricas em educação ambiental para o ensino fundamental. O Manuelzão foi um dos co-autores porque nos orientou e nos mostrou os sítios que deveriam ser estudados e, principalmente, amados.

- Procede-se à exibição de vídeo.

A Sra. Rosa Maria Ferreira - Terminamos esse projeto juntamente com o Manuelzão, em 1996, início de 1997, época de seu falecimento.

Tínhamos um outro assunto para abordar, mas o tempo está ficando meio curto. Gostaria de terminar minha fala lendo uma crônica sua sobre a vida. Foi escrita à sua maneira. Eu apenas a reeditei. Na área de educação ambiental, não somos apenas multiplicadores. Reeditamos muitas dessas falas através de nossas vivências. Como bióloga especializada em educação ambiental, refiz sua fala sobre a vida, e vamos, assim, finalizar nossa apresentação. (- Lê:)

"A vida surge na sua plenitude através de uma centelha, um elétron, um átomo ou uma molécula. Na sua divindade está sua virtude. A vida regurgita invisível e bela na gota de água sobre a folha ou, ainda, no aminoácido na tela da mente que a idealiza como escolha. A vida expande-se na alma daquele ser que sente em si a verdade e, contendo-a, mantém a calma porque sabe-se em um segundo ante a eternidade. A vida transcende todos os limites da humana imaginação terrena, paira acima da dor e não admite ser apenas uma lacuna ou uma ilusão. A vida é a suprema expressão divina do ser que sabe-se pequeno e grandioso porque, mesmo sentindo-se uma chama pequenina, é, no seguinte momento, o sol mais luminoso. A vida é esperança de outra etapa após esse estágio, essa aprendizagem passageira que se acumula, realçando-nos uma capa que pode servir-nos na hora derradeira. A vida é a transcendência da morte, porque não se esvai com a verdade, mas dita-nos, segundo a escolha, uma sorte, que é a de persistirmos por toda a eternidade. Matéria densa ou energia transformada, nos infinitos ciclos que ela nos concedeu, podemos ser apenas luzes de uma bonita alvorada ou a flor que murcha e volta para Deus".

Portanto, essas eram as mensagens que ele nos repassava em sua fala simples, mas repleta de sabedoria, porque nem sempre instrução é sinal de saber. Às vezes, a sabedoria de uma pessoa que desconhece as letras calca muito mais fundo no coração de qualquer ser humano. E a educação ambiental prioriza muito isso: ouvir aquela memória viva para dar continuidade a outros processos de dignificação da raça humana. Penso que todo rio trata a imagem de seu povo. Ele surge e vai refletindo a imagem do povo. Quando falei isso pela primeira vez, o pessoal disse: "Você pegou pesado". Mas acho que aquele que se descuidou de seu rio não merece muito respeito.

Nossos respeitos ao Prof. Apolo, que está tentando fazer voltar a vida ao rio das Velhas e, conseqüentemente, melhorar a bacia do São Francisco. E isso é um processo de educação ambiental. Um bom dia para todos e muito obrigada.

Palavras do Sr. Apolo Heringer Lisboa

Tenho uma boa notícia. Vou gastar apenas 5 minutos e pretendo quebrar um pouco o ritmo da reunião para permitir que as perguntas sejam feitas. Muita gente pergunta a causa do nome do projeto. Convivi com o Manuelzão durante os últimos três anos de sua vida. Quando faleceu, faltava um mês para ele completar 93 anos. Aquelas imagens ali são do último ano de sua vida. Ele era natural de Dom Silvério. Na época, o lugar chamava-se Saúde. Seu pai era vaqueiro, ou tropeiro, porque mexia com vaca, burro, cavalo, essas coisas. Era ele quem cozinhava para a tropa, desde pequeno. Depois, conheceu uma moça que era sua prima e deve ter sido seu primeiro amor. Na época, ele já estava com casamento marcado, mas encafifou com essa moça. No interior, muitas vezes os homens preferem se casar com suas primas do que com as primas dos outros. O Manuelzão, então, apaixonado, marcou o casamento, mas o pai da moça, certo dia, caiu na bobagem de chamá-lo - ele não gostava desse tipo de advertência, era muito altivo - e dizer: "Manuelzão, pare de andar a cavalo fazendo farras de madrugada, carregando rapariga na garupa. Isso está pegando muito mal para a nossa família". Então, ele disse: "Senhor fulano, então, fique com sua filha, que eu vou ficar com a minha liberdade". O pai disse: "Mas isso não é possível. O casamento já está marcado, já tive despesas". E ele disse: "Você teve suas despesas, e eu, as minhas. Fique com o seu prejuízo, e eu fico com o meu". E o cara ficou desarvorado, ou seja, sem árvore para protegê-lo do sol. O Manuelzão tomou o seu caminho e disse à menina que havia terminado o namoro por interferência do futuro sogro.

Ele sempre dizia que "feliz foi Adão, que não teve sogra". Se bem que, segundo ele, todas as suas mulheres tinham sido excelentes, assim como suas sogras. Então, o Manuelzão foi para Abre-Campo, na região de Manhauçu, para continuar mexendo com tropa em uma fazenda. Depois de alguns meses, recebeu uma cartinha com um convite de casamento da prima. Ela foi cutucar o Manuelzão, que estava quieto em seu

exílio afetivo. Tem gente que faz esse tipo de coisas com os outros. Ele, movido pelo orgulho, foi ao casamento. Vestiu sua melhor roupa de domingo e, chegando a Dom Silvério, a moça chegou perto dele e disse: "Manuelzão, eu gosto é docê. Se ocê quiser, nós foge agora. Vou ficar com ocê para o resto da vida". O Manuelzão, cortando o barato da moça, respondeu: "Não fica bem, você namorou o rapaz que o seu pai queria porque ele tem dinheiro. Eu não tenho. Agora, você vai casar é com ele". Depois foi para a igreja, acompanhou a pobrezinha subindo para o sacrifício no altar e, logo em seguida, tomou o rumo de São Paulo, que já atraía pessoas de todo o Brasil, sobretudo de Minas Gerais. Na época, ele tinha 28 anos.

Chegando perto de Barbacena, em Carandaí, um fazendeiro, o Boca Preta - que já o conhecia pelas suas histórias -, pediu a ele que, antes de continuar a sua viagem para São Paulo, levasse uma boiada a Pirapora. Aí Manuelzão foi e nunca mais saiu do sertão, nunca mais voltou a São Paulo, a não ser com 91 anos, para participar do programa do Jô Soares.

Ele foi para a Bahia, para Goiás e, numa dessas viagens, passou em Salinas, que é a terra do meu pai e onde vivi a minha infância. O Manuelzão me contava casos de 1932 com detalhes: que comprou tantos metros de pano, gastou tanto, pagou, conversou com fulano de tal. A sua cabeça era um disquete. A memória do Manuelzão era incrível, lembra Homero e outros antigos contadores de casos.

O Guimarães Rosa veio da Itália para terminar o seu livro "Grande Sertão: Veredas", fazer outras histórias, mas muitas vezes esquecia os nomes de aves, de peixes, de árvores. Então, o Chico Moreira, que é primo do Guimarães Rosa, daqui de Araçá, Sete Lagoas, disse para ele procurar o Manuelzão, um excelente contador de histórias que tomava conta da sua fazenda. Aí ele foi para a fazenda, ficar dez dias. Coincidiu com o período em que o Manuelzão realizava uma grande festa, que está contada no livro "Manuelzão e Miguilim". Manuelzão saiu de casa aos 28 anos, já estava com 40 e nunca mais tinha visto a sua mãe querida. Tem gente que não gosta muito da mãe, eu adoro a minha e recomendo a todos que tenham o maior carinho com a sua. Ele recebeu um recado para que fosse visitá-la. Como não queria voltar a Dom Silvério, mandou avisá-la que estava indo para Jequitinhonha levar uma tropa e que era para ela passar lá em determinada época. Ela mandou uma carta para ele no Jequitinhonha dizendo que o esperava em Nova Era. Na volta, passou por Nova Era, pegou a sua mãe, D. Rosa Amélia, e a levou para a Fazenda Silga, na beira do São Francisco. Matou as saudades de sua velha querida.

Depois de um ano, sua mãe morreu, de repente. Ele lembrou que ela ficava rezando no alto de uma pequena montanha de onde se via o rio São Francisco cheio de água e resolveu enterrá-la ali. Depois, construiu, juntamente com o Miguilim, seu ajudante, uma capelinha de 2 metros, 3 metros.

O Miguilim foi para a fazenda com 96 anos. Antes, morava na beira do rio São Francisco. Quando tinha uns 20 anos, matou o filho de um fazendeiro lá em Coração de Jesus. Ele foi comprar fósforo, o filho do fazendeiro estava em cima do cavalo, armado, e disse para o dono do bar: "Bota cachaça para esse crioulo". O Miguilim disse que não queria, que tomaria quando quisesse. O cara, então, deu uma chicotada nele. Aí, ele foi a sua casa, pegou a garrucha e matou o filho do fazendeiro. Passou toda a sua vida na beira do rio São Francisco comendo mandioca, raiz não sei de quê e peixe. O Manuelzão, que estava tomando conta das terras do Chico Moreira, chamou o Miguilim para morar lá com ele. Ele só ficava contando história, sabia atirar muito bem e defendia a fazenda quando o Manuelzão viajava.

Quando Guimarães Rosa foi lá, era a época da festa. Ele viu o Manuelzão recebendo todas as pessoas da redondeza, que iam vestidas com as melhores roupas.

A sacração da capela foi uma outra história. Quando da sua construção, Manuelzão pediu ao Bispo de Felixlândia para sagrar a capela e ele disse: "Sr. Manoel, não posso fazer isso porque, no cânone da Igreja, para sagrar a capela é preciso que seja patrimônio da Igreja, e o senhor não tem terra, não tem propriedade". Manuelzão respondeu que realmente não tinha, mas que ele não precisava ir, e disse: "Eu não estava aqui quando Deus fez o mundo, mas fiz a capela de terra, de pau, de pedra e água, coisa que Deus fez, então, ela já é sagrada. O senhor não precisa ir". Voltou para a sua terra, e um padre de Pirapora ficou sabendo da história, indignou-se, foi lá e rezou a missa. Manuelzão ficou radiante, fez a grande festa, e Guimarães Rosa ficou impressionado com a sua liderança.

Manuelzão só voltou a Dom Silvério quando tinha 91 anos, para receber um título. Aí, soube que a ex-futura esposa, sua prima, com aproximadamente 88 anos, tinha se separado do marido e quis visitá-la. Chegando lá, conversou com ela e falou: "Pois é, se tivéssemos casado, quem sabe estávamos juntos até hoje?".

Esse era o Manuelzão. O seu nome no projeto foi uma boa idéia porque ele representa a linguagem do sertanejo que está na literatura do Guimarães Rosa, representa o sertão com peixe, o sertão em que o cerrado não era só 30%, o sertão sem esse monte de eucalipto, sem essa destruição estúpida que produz lucro por 100, 200 anos, mas que depois vai acabar com a mata atlântica, com o cerrado.

Essa visão economicista, de curto prazo, que sempre predominou no Brasil, inviabiliza o futuro do planeta. Sempre fomos colonizados, vinham aqui para roubar o nosso negócio. Isso continua, só que nós é que mandamos. Está pior do que na época da Colônia, os nossos líderes são subservientes. O Manuelzão era altivo, autêntico e tinha a cara do povo brasileiro. Quando tinha 70 anos e ia operar de uma úlcera, perguntaram-lhe se não estava com medo de morrer e ele respondeu que não tinha medo da morte porque sabia que ia morrer um dia, que tinha medo do amor falso, que mata sem Deus querer. É desse amor falso que devemos desconfiar e tomar cuidado na reconstrução do nosso País. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Informamos ao plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores, as questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Presidente - Pergunta de Andréa Scalón, da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, dirigida à Profa. Regina: "Enfocando a questão das favelas, qual a sua avaliação em relação à necessidade de se respeitarem as leis ambientais contrapondo-se ao planejamento das favelas e o custo social e financeiro das remoções?".

A Sra. Regina Maria de Fátima Camargos - As favelas são ocupações espontâneas e geram os mesmos problemas dos condomínios na medida em que não cuidam seriamente da proteção desde o início. Mas já se foi o tempo em que o problema ambiental era visto apenas como perda de biodiversidade, como proteção de animais. Hoje o problema ambiental é um problema social. Então, não vou discutir se o melhor é a remoção ou a manutenção das favelas, mas é perfeitamente possível trabalhar nelas em termos de organização do espaço de forma que se tenha um controle ambiental melhor, contenção de taludes. Por exemplo, na Favela Santa Lúcia, vemos uma arborização de fundo de quintal bem grande, há uma contenção. No meu entender, não são duas coisas incompatíveis, embora não seja nenhuma especialista em planejamento urbano.

O Sr. Presidente - Temos uma pergunta dirigida à Mesa, a qual repassamos ao Prof. Apolo: "Quais ações efetivas devem ser executadas para obtermos os resultados desejados a partir do equilíbrio homem-cidade?".

O Sr. Apolo Heringer Lisboa - Estamos preocupados em trabalhar a questão urbana e rural com uma continuidade dentro do pensamento de bacia hidrográfica. Por exemplo, quando se construiu Belo Horizonte pensou-se num local, não se pensou-se na bacia do rio das Velhas. A ocupação da região foi feita dentro da idéia de se jogarem os esgotos nos rios. A cidade cresceu, foi-se desenvolvendo e, hoje, com essa política, temos a destruição de um rio. A ocupação do solo foi feita sem cuidados. No caso de Belo Horizonte, os córregos foram considerados como o fundo da casa. A cidade não teve uma preocupação com os seus rios e córregos.

De certa maneira, isso privilegiou a região da serra e das moradias. Tanto é que o matadouro era do lado do rio das Velhas. Pode-se entender que tinham necessidade de ficar livre daquilo, mas a idéia da ocupação do solo era uma visão local. Se se pensasse na bacia do São Francisco e todos os municípios a jusante de Belo Horizonte, na região metropolitana, teríamos outra política.

Quanto à impermeabilização do solo urbano, hoje todos os quintais são cimentados. Temos de fazer uma campanha para que eles tenham terra, com pequenos arbustos e gramas, para coletar água de chuva. Fiquei sabendo que em Santiago do Chile existe uma política intensa para o aproveitamento da água de chuva. O Edésio me falou sobre isso. Lá quase não chove. Já morei lá. Então, quando chove, aproveitam ao máximo essa água. Lá é tudo seco. Há muita água somente nos Andes.

Precisamos mudar a política em relação à impermeabilização urbana. Você hoje tem asfaltamento de ruas pequenas. Tem de haver outros pavimentos que permitam a infiltração da água. Toda a política de coletar água de chuva tem de ser incorporada. Estamos passando a dar valor à água por causa da escassez. A economia surgiu para administrar a escassez. Quando as coisas vão ficando raras, começa a preocupação com o planejamento. Temos de saber defender as coisas antes que cheguem ao ponto da escassez. É uma visão de sustentabilidade em longo prazo. É mais ou menos isso. Acho a pergunta muito ampla, poderia pegar outros aspectos, mas preferi ficar por aqui.

O Sr. Presidente - Prof. Apolo, quebrando um pouco a formalidade, tenho aqui um recado da Daniela, seguramente uma sua admiradora. Vou lê-lo: "Prof. Apolo, você é maravilhoso. Um grande beijo".

O Sr. Apolo Heringer Lisboa - Puxa vida, achei que isso era só para os artistas. Estou muito satisfeito, Daniela. O que tenho feito é simplesmente acreditar no meu sonho, no que penso e lutar para que isso aconteça, mesmo que as pessoas digam que uma andorinha só não faz verão. O Projeto Manuelzão hoje é um bando de andorinhas, um bando de pessoas por todo lado. Estamos organizados, e a beleza desse trabalho é a luta pelo imaginário novo. Quando falamos sobre a volta do peixe ao rio das Velhas, isso é possível, ela vai monitorar a qualidade do meio ambiente. Integramos todos os setores em outra questão meio sem lógica. Dentro da Faculdade de Medicina, onde sou professor, quando colocamos que a volta do peixe é indicador positivo de saúde, não estamos falando que é mortalidade infantil. É a volta do peixe, quebrando totalmente o raciocínio dos especialistas. O Projeto Manuelzão tenta fazer o raciocínio sistêmico, imaginar o mundo como uma coisa só, saúde animal, vegetal, da flora e essa integração. Por isso, esse projeto exerce uma certa atração sobre as pessoas. Ele respeita também a identidade cultural. Trabalhamos com várias ONGs e associações de moradores. Cada uma mantém a sua identidade cultural e organizacional. Só pedimos que nos integrem para trazer o peixe de volta ao rio das Velhas. Voltando o peixe, vai haver mais saúde e uma nova mentalidade civilizatória. Muito obrigado. Quero conhecer a Daniela depois.

O Sr. Presidente - Passo a pergunta do Prefeito de Santana do Riacho, Sr. Rogério Sepúlveda. É a seguinte: "Sr. Apolo, assistindo ao programa de televisão da Câmara dos Deputados sobre a revitalização do rio São Francisco, em nenhum momento o Projeto Manuelzão foi citado. Está faltando articulação com a esfera federal? Existe apoio federal ao Projeto Manuelzão?".

O Sr. Apolo Heringer Lisboa - Em primeiro lugar, ele não é Prefeito de Santana do Riacho. Ele trabalha na Prefeitura, o Prefeito é o Eustáquio. Pelo contrário, estive há 20 dias, em 11 de outubro, no alto da nascente do São Francisco, na serra da Canastra. O Presidente Fernando Henrique compareceu a esse ato. Fui convidado pelo Ministério do Meio Ambiente, e o Projeto Manuelzão foi citado como exemplo de metodologia para trabalhar a questão do meio ambiente, a questão da água. O Ministério do Meio Ambiente liberou-nos uma ajuda para que pudéssemos nos equipar melhor, comprar computadores, fazer processamento, contratar pessoas para a área administrativa, porque estava ficando muito cansativo. Se você não resolve a parte administrativa, ela o engole. Sem ela, você também não faz nada. Não há como fugir da questão administrativa. Acho que a administração é uma das coisas mais importantes, o difícil é achar administrador bom, porque ele tem de trabalhar com paixão. Não pode existir só a técnica. Ele tem de ser tudo isso.

Sempre tivemos muito apoio do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria de Recursos Hídricos, tanto na época do Paulo Romano quanto agora, na do Dr. José Carlos Carvalho. Queríamos ter mais apoio do Ministério da Saúde, que ainda está dentro da perspectiva da doença. Propus mudar o nome do Ministério da Saúde para Ministério de Assistência aos Doentes e que o Governo Fernando Henrique fosse da saúde. Se ele manda o Serra cuidar da doença, e os outros acham que ele está cuidando da saúde, fica difícil. Quem está cuidando da saúde no Brasil? Saúde é uma conquista de um governo como um todo, incluindo a sociedade; é agricultura, é moradia, é transporte, política de emprego, de salários. Em Minas, temos tido apoio de vários órgãos do Governo Estadual e de várias Prefeituras. O Manuelzão procura integrar todos os órgãos. Temos um grande trabalho de mobilização social. Não somos uma ONG, não estamos mais no Governo, porque não conseguimos. Não sei o que fazem as pessoas que chegam ao Governo. Eles têm muita facilidade de chegar ao Governo. Temos um ponto de vista que muitas vezes se choca com certos interesses, mas temos muito apoio do Dr. Paulino Cícero. Muitas vezes, não é o apoio que tanto queríamos. Gostaríamos de ter uma participação maior junto à FEAM para controlar a qualidade de água, o problema das mineradoras, da agricultura, porque esta também polui muito. É uma conquista ainda. Procuramos fazer sugestões, soluções e parcerias, com 10%, 50%, com quem quiser. Batemos diretamente em último caso. Temos conquistado espaço e apoio, tentando oferecer alternativas e saídas para os nossos problemas.

O Sr. Presidente - Pergunta do Vereador Darci de Souza Lima, da Câmara Municipal de Santa Luzia, dirigida à Prof. Regina. É a seguinte: "Dra. Regina, a invasão das mineradoras, degradando o meio ambiente em busca de riquezas como minério, ouro, pedras preciosas, é institucionalizada. O desmatamento para fazer usinas, fazer loteamentos é, até certo ponto, autorizado pelo poder público. A COPASA está entre as maiores poluidoras do Estado, inclusive cobrando dos usuários uma taxa igual à da água. Como a senhora pode ver, a Lei de Uso e Ocupação do Solo não tem sido honestamente aplicada. Todos os dias ela é desrespeitada pelos seus próprios autores. Será que não está na hora de reformulá-la ou, até mesmo, de reformular a própria verba?".

A Sra. Regina Maria de Fátima Camargos - Acho que sempre é hora de reformular as coisas. O processo é dinâmico, devemos estar em cada âmbito do trabalho. Onde há mais exigência de qualidade, a tendência é que esta melhore. Leis de uso do solo de municípios, existem muito poucas nessas regiões. Poucas cidades têm leis de uso do solo. Belo Horizonte já tem. O que monitora esse tipo de empreendimento, mineração, a questão da água, é o processo de licenciamento, que é feito com a participação da sociedade, por meio do COPAM, das câmaras técnicas.

Temos de melhorar o nível dos estudos, dos pareceres técnicos e da representação do COPAM. A FEAM trabalha para o COPAM. O COPAM é que toma decisões. O papel da sociedade é colocar bons representantes no órgão; não que sejam maus, mas que sejam cada vez mais cobrados.

O processo é dinâmico. O que existia há dez anos é diferente do que existe hoje. Não é possível, nem mesmo desejável, que não haja empreendimentos, sejam eles minerários, loteamentos ou tratamento de água. Precisamos de tudo isso, mas as negociações têm de levar em

conta as perdas e os benefícios, de modo a garantir condições ambientais, apesar dos empreendimentos. Temos de estar sempre reformulando, e a sociedade civil, por meio de seus representantes, não pode deixar de participar. Não tem outro jeito.

O Vereador Darcy de Souza Lima - Sou um Vereador preocupado com a proteção ambiental. Desde que fui Prefeito de Ipatinga, abracei a causa e dela não consigo mais abrir mão.

O professor resumiu tudo numa só frase: está faltando amor e seriedade. Quem assistiu ontem ao "Jornal Nacional", da Globo, pôde ver a invasão das companhias mineradoras em áreas de São Paulo. Exploram e depois vão embora, sem olhar para trás.

Fui Diretor da Secretaria de Minas e Energia, na área de mineração. Não sei dizer quantas vezes tive de brigar, negando a entrada de mineradores em Itabira e Nova Era.

A FEAM, a meu ver, é responsável, mas a Dra. Regina jogou a responsabilidade para o COPAM. Precisamos fazer encontros para discutir o tema, caso contrário, ficaremos nos confrontando o resto da vida.

Ao mundo resta encarar com amor e seriedade a questão do meio ambiente, porque estamos matando e morrendo em doses homeopáticas. Ou o fazemos agora ou sucumbiremos todos. Falta entrosamento e entendimento nessa área. Por isso, parabéns esta Casa pelo trabalho que está realizando e todos os que dele estão participando.

A Sra. Regina Maria de Fátima Camargos - Vale registrar que o trabalho de cadastramento dinâmico, que foi financiado pelo IBAMA, contou com a participação do Prof. Edésio.

Concordo com o Vereador. A sociedade civil, os técnicos, cada um de nós, individualmente, precisa ficar cada vez mais exigente, porque o momento é sério. Temos de trabalhar com muito amor nessa história.

Não é que eu esteja jogando a responsabilidade para cima do COPAM. A situação é real. Muitas vezes, os técnicos fazem um parecer contrário ao empreendimento, mas a câmara técnica o aprova e concede licença ao empreendimento. Isso não é fictício. O contrário pode acontecer também. Cada caso é um caso.

O Vereador Darcy de Souza Lima - A COPASA deu um grande passo com a inauguração da ETE em Belo Horizonte e em Ipatinga. Acredito que, a partir disso, vamos chegar ao ponto desejado.

Já estava preocupado com a FEAM, a Dra. Regina falou do COPAM, e agora fico sabendo que também o IBAMA está envolvido na história. É isso que complica a situação no País. Cada um tem uma parcela de culpa, mas não se sentam em torno de uma mesma mesa para conversar. Vejo presentes apenas representantes do FEAM. Ninguém do COPAM nem do IBAMA. Temos de seguir o exemplo do Manuelzão. Como? Transformando em ação o que ele nos ensinou.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação do Vereador Darcy, ex-Prefeito de Ipatinga, homem público com grande experiência política e administrativa, que tem credibilidade e deve, portanto, ser ouvido com atenção.

Pergunta do José Maria à Profa. Rosa Maria: "Que tipo de ações legislativas e executivas podem ser adotadas para facilitar a divulgação da educação ambiental? A participação da Secretaria da Educação tem sido ativa nesse campo?"

A Sra. Rosa Maria Ferreira - Há, na Secretaria da Educação, um setor na Divisão de Renovação Curricular que cuida dos processos de educação ambiental e que tem trabalhado com as Prefeituras.

Temos parceria com o IBAMA, que, muitas vezes, nos convoca para ministrar cursos de multiplicadores para professores de algumas cidades do interior. Essas ações têm várias participações institucionais. As parcerias existem desde a época em que era empregada da CEMIG. Hoje, a Secretaria continua com os cursos, sempre que solicitados. Muitos não sabem que existe essa possibilidade.

O Sr. Apolo Heringer Lisboa - Completo a resposta da Profa. Rosa informando que a Secretaria da Educação tem o Convênio Manuelzão Vai à Escola. Estamos trabalhando nas 1.750 escolas públicas de 1º e 2º graus em toda a bacia. Enviamos 10 jornais para cada escola, fazemos reuniões microrregionais e estamos introduzindo uma cartilha de educação ambiental.

O Secretário Murílio Hingel foi à serra do Cipó para participar do encerramento do encontro das professoras premiadas por serem vitoriosas em projetos de adoção de corpos de água em suas escolas. O Secretário tem dado todo o apoio ao nosso trabalho.

As escolas são as instituições que mais fazem pela educação ambiental. Precisam de mais apoio, porque todos os projetos convergem para elas, e as professoras não estão conseguindo fazer tudo o que deveriam. É preciso aumentar-lhes o salário e dar-lhes mais condição de trabalho. Implementar as bibliotecas escolares e tornar disponíveis pessoas para fazer trabalhos práticos é necessidade imperiosa.

O Sr. Ronald de Carvalho Guerra - Cumprimento ao Deputado José Milton, que esteve na cachoeira das Andorinhas na Semana do Meio Ambiente. Coincidentemente, o assunto de que vamos tratar refere-se à cachoeira das Andorinhas.

Falo em nome do Comitê Manuelzão de Ouro Preto e do grupo técnico que se formou a partir de uma audiência pública ocorrida em março naquela cidade, para discutir os problemas da cachoeira das Andorinhas. Formam o grupo o IFAM, o IEF, a UFOP, a Câmara Técnica do Conselho de Desenvolvimento Ambiental de Ouro Preto, o Projeto Manuelzão, os Amigos do Meio Ambiente de Ouro Preto, a Associação de Proteção Ambiental de Ouro Preto - duas ONGs da cidade - e a Associação do Bairro do Morro São Sebastião.

A cachoeira das Andorinhas encontra-se numa área inserida na APA, que é próxima ao Bairro do Morro São Sebastião, que, ao longo do tempo, vem sofrendo graves problemas ambientais. No início deste ano, a comunidade mobilizou-se, buscando solucionar tais problemas. Tudo começou com um grande abraço em torno da cachoeira, que contou com a participação maciça da população de Ouro Preto.

Um decreto municipal de 1978 já estabelecia a implantação de um parque naquela área, mas o papel ficou acomodado nas prateleiras. As ações não estão sendo realizadas. O local nem pode ser chamado de parque ainda, porque não há nada efetivo. Está em completo abandono.

Com base no decreto, o grupo desenvolveu novo trabalho para redefinir a área do parque, que entendemos que poderá ser municipal ou

estadual, embora a pressão do bairro seja grande.

Voltando ao que disse o Secretário Paulo Maciel, a área não está tão preservada assim. Atualmente, o processo de invasão da cachoeira das Andorinhas foi acelerado. Desde que se notificou que o parque seria definido, muitos estão tentando ganhar um pedaço de terra na área, até mesmo edificando construções. A exploração de quartzito está atingindo proporções exorbitantes. A antiga exploração da Alcanti Bauxita transformou-se em acelerada exploração de cascalho.

A APA sozinha não pode solucionar o problema. É preciso delimitar a área, que não é grande - são apenas 700ha - e envolve a ruína do morro da Queimada, acervo arqueológico de Ouro Preto, que também está sofrendo graves prejuízos.

Passaremos a proposta ao Deputado José Milton, esperando receber a atenção da Assembléia, para unirmos forças e conseguirmos implantar o parque.

Podemos fazê-lo ou através da Prefeitura Municipal ou do Estado ou de uma parceria com a universidade ou de outra forma, pois precisamos rapidamente implantar o Parque da Cachoeira das Andorinhas.

O Sr. Presidente - Esta Presidência agradece a participação importantíssima do Ronald, dizendo que o Projeto Manuelzão tem seus coordenadores regionais. Ele desenvolve um trabalho importante e sério dentro dos objetivos maiores do projeto e está de parabéns. Estivemos naquele evento com os companheiros do projeto, o Apolo, a Cida, o Inácio e outros, e, com certeza, sua participação hoje é importante a fim de que se adotem medidas urgentes para a preservação daquele importante parque natural, que está em uma região riquíssima, no Município de Ouro Preto.

A Ana Cristina Fernandes, representante da Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão das Neves, agradece a contribuição do Projeto Manuelzão, que trabalha junto à educação ambiental de sua cidade: "Somos uma cidade que, junto com o Projeto, sonhamos e estamos construindo, como já foi dito pelos expositores, um ambiente mais saudável para todos. Parabéns".

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores, às demais autoridades e participantes, bem como ao público, por sua honrosa presença, e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 154ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 9/11/2001

Presidência do Deputado Ivo José

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa para o primeiro Painel - Destinação da reunião - Registro de presença - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. João Carlos de Melo - Palavras do Sr. Mário William Esper - Palavras do Sr. Eberhard Aichinger - Palavras do Sr. Wander Borges - Palavras do Sr. Geraldo Marques da Fonseca - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Composição da Mesa para o segundo Painel - Palavras da Sra. Ana Paula Bax - Palavras do Sr. René Vilela - Palavras do Sr. Ivson Rodrigues - Palavras do Sr. Gil César Moreira de Abreu - Palavras do Sr. Albino Batista Gomes - Palavras do Sr. Osvaldo Machado - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Ivo José, Agostinho Patrús, Agostinho Silveira, Anderson Adauto, Antônio Andrade, Bilac Pinto, Hely Tarquínio e Sebastião Navarro Vieira

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa para o Primeiro Painel

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Paulo Maciel, Secretário Municipal do Meio Ambiente, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Dr. Célio de Castro; Apolo Heringer Lisboa, Coordenador do Projeto Manuelzão; João Carlos de Melo, representante do IBRAM; Mário William Esper, Gerente de Normas e Assuntos Estratégicos da Cimento Portland; Eberhard Aichinger, Presidente da Câmara de Indústria e Turismo da FIEMG; Wander Borges, Prefeito Municipal de Sabará; e Geraldo Marques da Fonseca, Prefeito Municipal de Santana do Pirapama.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Ciclo de Debates Proteção Ambiental na Bacia do Rio das Velhas, Situação Atual e Perspectivas, com o tema "Atividades Econômicas nas Áreas de Proteção Ambiental", no primeiro painel, e no segundo, com o tema Estudo de Casos e Implantação de APAs.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário do Vice-Prefeito de Lagoa Santa, Sr. Nelson Cândido; do Secretário de Meio Ambiente de Lagoa Santa; Márcio Mariane; do Secretário Municipal de Caeté, Sr. Almir Vieira Júnior; do Secretário de Agropecuária e Meio

Ambiente de Ouro Preto, Marcelo Fonseca; da Secretária de Meio Ambiente de Sabará, Sra. Carmen Tereza Lopes Alves, do Secretário Municipal de Meio Ambiente de Raposos, Dézio Cafiero, e do Prefeito Nereu Nunes Pereira, do Município de Periquito.

Palavras do Sr. Presidente

É com grande satisfação que estamos tendo a oportunidade de participar, juntamente com o Deputado José Milton, com o Deputado Fábio Avelar, com os convidados, debatedores e todos que aqui comparecem nesta tarde de sexta-feira, entendendo que é um tema de grande relevância. Estamos discutindo a bacia do rio das Velhas dentro de uma preocupação da Assembléia Legislativa, que organizou, durante este ano, o movimento Minas em Defesa das Águas, junto com órgãos governamentais, com a sociedade civil e todos aqueles que estão efetivamente comprometidos com a qualidade de vida, com o meio ambiente, com o desenvolvimento sustentável. É importante discutir o rio das Velhas nesse contexto, debatendo e apontando não só as experiências exitosas que vêm sendo desenvolvidas nos projetos e nos programas, mas também pensando numa dimensão maior do rio São Francisco, pensando no nosso País, no passivo ambiental que temos em nossas mãos. Todos nós, Poder Legislativo, Executivo, Judiciário, sociedade civil estamos diante de uma grande responsabilidade. Este ciclo de debates tem esse sentido. Queremos aqui, ao fazer a abertura do ciclo desta tarde, desejar êxito aos nossos expositores, debatedores e a todos que estão trazendo sua contribuição para que, de fato, a sociedade possa ter, a partir daqui, ações efetivas para alcançarmos o objetivo de resgatar um mínimo de qualidade de vida dos nossos cursos de água, entregando à nossa população um rio que historicamente marcou a vida do povo mineiro.

Palavras do Sr. João Carlos de Melo

Senhoras e senhores, é uma satisfação fazer um comentário sucinto sobre a atividade minerária como um todo. Gostaria de iniciar comentando alguma coisa sobre o início da nossa formação profissional. Quando estagiário da DESB, já algum tempo, um dos temas escolhido, desenvolvido e apresentado pelo meu grupo de trabalho foi "Minas Gerais - Pólo Estratégico de Desenvolvimento". Daquela época até os dias de hoje, muito daquilo que foi previsto se efetivou de forma muito concreta, enfocando de uma forma básica a razão de ser desses fatos. Primeiro, nosso próprio sistema de colonização, passando pela formação cultural do nosso povo, pela formação do espírito de mineiridade de definir uma série de posições antes de avançar um pouco mais e de ter uma consciência bastante específica do que poderia ser feito, das conseqüências, dos fatos e de todo o envolvimento. Posteriormente, há cinco ou seis anos, quando Belo Horizonte foi contemplada com um encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, evidenciou-se, por meio de um trabalho apresentado com bastante profundidade, que a Capital mineira e a Região Metropolitana de Belo Horizonte apresentavam um padrão e uma qualidade de vida com um desenvolvimento bastante equânime, com uma forma bastante evolutiva de uma série de processos em que foi possível implantar boas escolas, bons hospitais, bom sistema viário, bom sistema de comunicação, especificamente em função dessa potencialidade que Minas Gerais retrata. Essa potencialidade nada mais é do que os nossos recursos minerais, os nossos recursos pessoais, os nossos políticos, o nosso povo como um todo, que vem agregando todo esse conhecimento. Na nossa apresentação, vamos tentar evidenciar esses aspectos.

Antes de abordar os aspectos socioeconômicos, gostaria de apresentar algumas transparências em que procuramos enfocar, de uma forma clara, esses comentários.

Nesses "slides" tentamos mostrar a colocação das APAs ao longo da área de influência direta do rio das Velhas.

Estamos vendo Belo Horizonte, e mais ao norte temos a APA de Lagoa Santa, com o desenvolvimento de atividade minerária mais voltada para a construção civil, como cimento, brita, calcário. Ao sul da APA Sul, temos a APA Carst, das Andorinhas, onde há um desenvolvimento muito incipiente, notadamente quartzito, de forma bem artesanal.

Gostaria de falar sobre a colocação da APA Sul em relação à grande drenagem do rio das Velhas em seu nascedouro. Como se avalia qualquer segmento de definição de uma unidade de conservação numa proposta de zoneamento em que se invoca a questão de água, de acordo com o meu ponto de vista e o ponto de vista de quem trabalha no tema, é que a unidade específica deveria ser a bacia hidrográfica, e não apenas uma área definida. Para que houvesse uma avaliação mais específica dessa bacia hidrográfica dever-se-ia pensar em fazer uma avaliação mais detalhada das nascentes do rio das Velhas nesse trecho fora da APA Sul. Toda a avaliação de água nessa área em torno da APA deveria ser ligada ao Comitê de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Velhas, que já está implantado.

Podemos observar que as principais drenagens de Belo Horizonte carregam para o rio das Velhas e as principais drenagens, mais acima da APA Sul, no ribeirão Itabira e no ribeirão Mata Porcos, que também apresentam alguns problemas de controle, carregam para essa área. O que existe em cima é carregado para dentro da área da APA também. Seria necessária uma avaliação mais detalhada do plano de manejo e seria necessário que o plano de unidade fosse considerado, não só área da APA, mas também em todo o entorno da bacia hidrográfica.

Nesse outro "slide" tentamos mostrar a composição fundiária das principais minerações que se encontram na área da APA. A área total das principais mineradoras que se encontram na área da APA envolvem aproximadamente 32%. O somatório de todas essas áreas é pontual, representa 2,7% do total da APA, dos 104.000ha. As áreas destinadas às reservas atingem o percentual de 2,3% da área da APA. Ou seja, em termos de áreas definidas como unidade de conservação, reserva particular de patrimônio natural, assim como aquelas áreas devidamente protegidas, praticamente equivalem, em termos de superfície, a 2,3% para 2,7%. As áreas que hoje estão preservadas pelas mesmas empresas representam 32% do total da APA. Nesse quadro mostramos qual a área utilizada pelas mineradoras em relação à área da APA como um todo. O somatório de todas as áreas, diretamente trabalhadas, como oficinas, áreas de mineração, depósito de estérreo, barragem de contenção, representam 2,7% do total da APA, sendo que áreas em processo de homologação e homologadas representam 2,3%; as áreas totalmente preservadas representam, 32,2%.

Nesse "slide", Minas Gerais apresenta como característica, de uma forma bem precisa, uma elevadíssima participação do seu produto mineral no PIB brasileiro. Minas Gerais representa 32% da produção mineral do País contra 14% do Estado do Pará, que é minério de ferro, e uma série de outros Estados numa proporção um pouco menor. Mas parte significativa do nosso PIB advém desse fato, o que foi comprovado nessa estrutura básica definida pelo ISBPC algum tempo atrás.

Esse "slide" tenta mostrar o que cada município recebe de impostos, que hoje podemos citar de uma forma mais dirigida. De acordo com os últimos dados, praticamente 18% de todo imposto arrecadado recai nos quatro ou cinco municípios principais que se encontram na APA: Nova Lima, Santa Bárbara, Itabirito e Ibitiré.

Quando fazemos uma análise sobre a atividade mineral no Estado, especificamente na APA Sul, não se compara com a seqüência de exportação brasileira na receita de janeiro a agosto de 2000. Podemos notar que a evolução do minério de ferro e os seus agregados retratam 18,4% de tudo que é exportado pelo País. Ou seja, a exportação de minério como um todo representa 5,6%, mais os agregados, aço, automóvel e tudo mais, o somatório de tudo isso representa, aproximadamente, 19% da exportação brasileira, que advém do minério de ferro. A grande província minerária específica em minério de ferro se encontra nesse trecho do Quadrilátero Ferrífero e, de forma muito específica, na área da APA Sul como um todo. Aproximadamente 70% estão dentro da APA Sul.

A estratégia que desenvolvemos possibilitou a formação da malha ferroviária, extremamente expressiva e possibilitou, antes de mais nada, todo um parque siderúrgico agregado a esse tema. Nesse conceito da Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi possível haver um

desenvolvimento muito acentuado. Minas Gerais, como pólo estratégico de desenvolvimento, é o berço de toda essa seqüência de política ambiental. Mais uma vez, toda conotação ambiental advém originariamente do Estado. Existe uma série de discussões, uma série de ajustes no processo. Isso é uma dinâmica a que a própria situação nos leva.

Vou mostrar um vídeo que evidencia essa questão da mineração como um todo, esses aspectos que comentamos de uma forma bastante sucinta, nesta fase. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Mário William Esper

Boa tarde a todos, gostaria de agradecer a oportunidade de estar presente nesta Casa para apresentar alguns dados do nosso setor. O trabalho está um pouco extenso; por isso, vou deixar com os senhores o disquete com os dados e vou pular algumas transparências para cumprir o prazo de 10 minutos.

Para os senhores terem uma idéia do que é o cimento portland, é um pó fino que tem propriedades aglomerantes, aglutinantes ou ligantes e que endurece sob a ação da água. O cimento foi descoberto em 1824 por um inglês chamado Joseph Asped, que, fazendo uma experiência, viu que, calcinando a argila com calcário, obtinha esse pó aglutinante a que ele deu o nome de portland, porque se parecia com a cor da ilha de Portland, na Inglaterra. Por isso, todo cimento feito dessa maneira chama-se portland. A primeira fábrica no Brasil foi aberta em 1926: a Cia. Portland, em São Paulo. O consumo era de 410.000t por ano, e era tudo importado. Em 1939, já eram cinco fábricas, com 5% de importação. Em 1953, 15 fábricas, com consumo de 3.000.000t, sendo que 1.000.000t era importado. Em 2000, temos 66 fábricas, com uma produção de 40.000.000t por ano.

Este "slide" mostra o esquema de fabricação.

Conforme o tipo de cimento, poderão ser acrescentadas, no processo da moagem, matérias-primas conhecidas como escória, (...) e calcário. Nas adições utilizadas nesse processo, a escória é subproduto das grandes siderurgias, o (...) é um subproduto de termoeletrônica.

Queria me deter um pouco mais nesta parte do processo de aproveitamento dessas adições, por razões técnicas, econômicas, ecológicas e estratégicas. Em Minas Gerais, principalmente, há o aproveitamento das escórias granulares de altos-fornos, que tecnicamente melhoram as propriedades do concreto, que é o produto final utilizado no cimento. Por razões econômicas - ela diminui o custo energético - e por razões ecológicas, aproveita-se toda a escória das grandes siderurgias no cimento. Portanto, são matérias com resíduos poluidores que são aproveitados no cimento. E a estratégia, como fundo ecológico, é a preservação de jazidas de calcário.

Neste "slide" estão todos os tipos de cimento produzidos no Brasil, que tem uma gama muito grande de tipos de cimento.

Aqui mostramos alguns indicadores da produção no Brasil. Tendemos a uma estabilização no ano 2000.

O Brasil é o 6º maior produtor mundial de cimento portland, com 40.000.000t. Em compensação, o Brasil consome muito pouco: a média mundial é de 267k por habitante e por ano, e o Brasil está com 240k ou 250k por habitante e por ano. Minas Gerais tem 12 unidades de produção, é o principal Estado produtor do Brasil e responde por 25% de toda a produção nacional de cimento, ou seja, por cerca de 9.000.000t.

Agora, vamos ver a inserção da indústria de cimento na bacia do rio das Velhas. Estão aí os dados que todos já conhecem sobre a bacia do rio das Velhas e a sua importância: são mais de 4 milhões de habitantes, abrangendo 51 municípios.

As atividades econômicas estão na bacia do rio das Velhas. A indústria de cimento se insere no setor de produto mineral não metálico.

Os focos de poluição, com maior concentração no trecho da alta Região Metropolitana de Belo Horizonte, com mais de 3 milhões de pessoas, respondem por mais de 86% da bacia. O principal agente de poluição é esgoto não tratado, tanto doméstico quanto industrial. Nos trechos médio e baixo, predominam as atividades agrícola e pecuária.

Aqui temos o principal uso do solo, que é a pastagem, com 45%; e a mineração tem 0,16% de participação. Dentro da bacia, existem quatro fábricas de cimento, a (...), a SOEICOM, a Marco Correia e a (...). No ano 2000, a produção de cimento é de 4.800.000t. Essas quatro fábricas geram acima de 2.500 empregos, diretos e indiretos, e contribuem com impostos no valor de mais de 200 milhões por ano.

Todas as atividades têm licença ambiental. Nessas quatro fábricas, há a preservação de jazidas que tenham matas virgens ou caverna e identificação de fósseis de mais de 150 anos de produção, que estão preservados. O reaproveitamento da água é acima de 99%. Toda a água é reaproveitada, perdendo-se apenas a água de evaporação. Há um monitoramento contínuo de águas superficiais e subterrâneas, há racionamento de energia elétrica. Existe um controle rigoroso de emissão de particulados, por meio de eletrofiltros de última geração e programas de controle ambiental. Essas quatro fábricas têm a Certificação de Qualidade ISO 9000, e temos uma fábrica, a (...), com Certificado de Qualidade Ambiental ISO 14.000. É a primeira fábrica com essa certificação na América Latina.

Como indicadores que têm impacto direto no meio ambiente, na bacia, temos o consumo médio de energia elétrica dessas quatro fábricas, que está em torno de 105kWh por tonelada, enquanto a média internacional, o padrão considerado internacional é de 110kWh por tonelada. O consumo médio de água é em torno de 1,40m³ por tonelada, com mais de 80% de reaproveitamento no processo, com reaproveitamento total acima de 99%. Essas ações levam a este ditado do pessoal da qualidade, de que não é possível continuar fazendo as coisas sempre da mesma maneira e esperar que os resultados sejam diferentes.

E, finalizando, quero dizer que a indústria de cimento, no Brasil, tem inovado em gestão e tecnologia para uma convivência harmônica com a comunidade e o meio ambiente. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Eberhard Aichinger

Boa tarde a todos, senhoras e senhores. Inicialmente, gostaria de agradecer o convite que esta Casa nos faz e agradecer ao Deputado Ivo José por poder participar deste importante evento que versa sobre a bacia do rio das Velhas, uma das importantes bacias do Estado de Minas Gerais. Boa parte dela está inserida no projeto que a Câmara de Indústria e Turismo da FIEMG, por meio da grande visão de seu Presidente, Dr. Stefan Salej, nos permitiu e nos indicou que desenvolvêssemos: o Projeto da Estrada Real.

O objetivo desse projeto é apoiar o Programa de Recuperação e Aproveitamento do Potencial da Estrada Real e suas variantes, transformando-

a em um produto turístico, gerando empregos, contendo a imigração para os grandes centros e melhorando a distribuição de renda ao longo de seu percurso; e desenvolver o turismo sustentável, com preservação do patrimônio histórico e cultural e do meio ambiente. Estamos totalmente inseridos no projeto.

O percurso da Estrada Real possui dois eixos, conhecidos como Caminho Velho e Parati-Ouro Preto e o Caminho Novo, do Rio de Janeiro a Diamantina, constituindo num trajeto de mais de 1.500km. Oferece paisagens deslumbrantes da mata atlântica, com belíssimas montanhas, rios e cavernas, baixa densidade populacional e o maior conjunto de monumentos históricos do País. Proporciona oportunidade de turismo histórico e cultural, ecoturismo, turismo rural, turismo religioso e esotérico, turismo de saúde, esportivo, de negócios e gastronômico. Todo esse turismo é viável ao longo da Estrada Real, porém, se não tivermos o meio ambiente preservado e nossas bacias fluviais bem conservadas, com água limpa, não conseguiremos atrair o turismo.

O Instituto Estrada Real, criado por iniciativa da Câmara de Indústria e Turismo da FIEMG, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, criada por iniciativa dessa Federação, com a finalidade de criar, organizar e gerenciar, juntamente com outras entidades, o produto turístico Estrada Real e suas variantes.

Gostaria de enfatizar que, nesta área do meio ambiente, de preservação, estamos dando os primeiros passos. Estávamos nos dedicando aos projetos de atração do turismo, de como atrair e de que tipo de infra-estrutura deveria estar preparado. Foi quando, efetivamente, ficou claro para nós que a parte do meio ambiente é fundamental para que esse projeto tenha sucesso.

Fomos, pontualmente, como é nosso hábito, procurando definir onde poderíamos contribuir com algumas ações. Vou dar dois ou três exemplos, ressaltando que estamos num trabalho inicial, identificando quais são os atores em cada trabalho, para esse desenvolvimento ter sucesso. Um aspecto é o projeto de brigadas voluntárias de combate a incêndios na Estrada Real. Um ponto que nos chama muito a atenção e preocupa, principalmente nos meses de julho, agosto e setembro, no período das secas, são os grandes incêndios que vemos, destruindo o nosso meio ambiente.

Essa idéia não foi nossa, mas fomos a campo trabalhá-la. Já detectamos que já há atores trabalhando nesse segmento. O objetivo é a prevenção de incêndios e a conservação do patrimônio histórico e natural da Estrada Real. Viabilização de custos para formação de brigadas voluntárias de combate a incêndios nos municípios, ao longo da Estrada Real.

Devemos ressaltar que é fundamental a participação da comunidade. É absolutamente claro para nós e, quero crer, para todos os participantes deste seminário, que, sem o envolvimento da comunidade e sem que entenda que é importante para ela, os projetos não terão encaminhamento e sucesso.

Há a parceria com o Corpo de Bombeiros Voluntários Tiradentes, a mais antiga brigada voluntária de Minas Gerais. E temos o Programa de Voluntários das Gerais, do sistema da FIEMG, já que estamos no ano do voluntariado. O nosso próximo passo é uma reunião, a ser agendada, com o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, para ver como podemos interagir nas nossas ações.

Outro exemplo é a APA da Serra de São José, envolvendo os Municípios de Tiradentes, Prados, Coronel Xavier Chaves, São João del-Rei e Santa Cruz de Minas. A área está na reserva da biosfera da mata Atlântica, declarada pela UNESCO. Tem uma infra-estrutura que é o balneário de Água Santas, com piscinas, lanchonetes, lagos e quadras, diversos atrativos naturais, matas, trilhas, cachoeiras, cavalcadas, flora e fauna e um conjunto paisagístico. A principal atividade econômica é o turismo.

Enxergamos para as APAs, para as reservas florestais, para as RPPNS, enfim, todas as áreas de uso indireto ou direto previstas na legislação, um grande caminho de tornar economicamente viável a sua auto-sustentação, sem dúvida, por meio do turismo.

As ações do Instituto nessa área se apóiam em projeto para a criação de unidades de conservação, APAs e outras similares, incentivando o turismo como forma de promover o desenvolvimento dessas áreas; identificar empresas e áreas públicas que possuam áreas naturais, ao longo da Estrada Real; divulgar informações sobre estudos e projetos desenvolvidos em unidades de conservação; apoiar o desenvolvimento de estudos específicos que orientem ações; incentivar a participação da comunidade nos programas de educação ambiental, especialmente em escola. Esse é outro ponto fundamental. Temos que trabalhar por meio das escolas.

Gostaria de citar o exemplo da reserva natural do rio Doce em Linhares, da Companhia Vale do Rio Doce, que, por meio de ações, da criação de uma infra-estrutura para o turismo - todo ele segundo uma visão de preservação ambiental -, estacionamento, centro de visitantes, cafeteria, loja, área de hospedagem, auditório, viveiro de mudas, pomar e acervo científico, hoje é auto-sustentável; há, aliás, meses em que gera um resultado positivo, ou seja, não é um ônus para a empresa.

Outro exemplo: na execução dos planos diretores, outro dia, deparei, numa das oficinas realizadas pela Secretaria de Turismo, com um Diretor da Fundação João Pinheiro, Dr. Aquiles Maia, que nos apresentou um plano diretor feito para Conceição do Itaipoca, ou seja, em Minas Gerais, temos uma entidade capacitada. Para se ter uma idéia, esse projeto levou seis meses para ser executado. Temos os meios de desenvolver os planos diretores.

Com relação à bacia do rio das Velhas, poderemos estar contribuindo concretamente no desenvolvimento junto com os outros atores desses dois projetos - as brigadas voluntárias de combate a incêndios e o desenvolvimento de planos diretores por meio da alavancagem de recursos junto com a Fundação João Pinheiro. E tornar as APAs e outras áreas auto-sustentáveis. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Wander Borges

Deputado Ivo José, 2º-Vice-Presidente da Assembléia, Deputado Fábio Avelar e demais componentes da Mesa, quero agradecer o convite. Não tenho domínio pleno do assunto, mas vou tentar tecer alguns comentários sobre o que entendo acerca das atividades econômicas nas APAs.

A cidade de Sabará está localizada ao longo dos rios Arrudas e das Velhas, sofrendo uma degradação ambiental muito forte, principalmente pela distribuição dos dejetos das cidades de Belo Horizonte e Contagem, que somam cerca de 2 milhões de pessoas. Trata-se de uma situação extremamente delicada e difícil que está sendo sanada, em primeira instância, pelo Governo do Estado, por meio da estação de tratamento, numa obra que foi inaugurada recentemente, onde se colocaram recursos da ordem de R\$90.000.000,00.

Falar em atividades econômicas, seja no âmbito da APA ou não, requer uma avaliação de como o meio ambiente é afetado pela atividade econômica e vice-versa. Por quê? De onde vem a riqueza, a matéria-prima, a energia? Tudo isso vem da questão ambiental. É no meio ambiente que depositamos os resíduos das atividades produtivas que podem contribuir significativamente para o bem-estar da população.

Como vamos criar desenvolvimento sustentável? Precisa ser centrado em três eixos básicos. Primeiro, na equidade social; segundo, no

equilíbrio econômico; terceiro, no crescimento econômico. De onde haverá de vir a matéria-prima para se fabricar um veículo zero quilômetro, para a tecnologia de ponta na Medicina, para a informática, etc.? Enfim, o que deve ser avaliado nessa questão econômica entre APA, meio ambiente e atividade produtiva de resultado e de benefício para a população?

Nesse contexto das águas, temos que ver o passivo ambiental. Por quê? Os países e as cidades não param de crescer, e, com isso, a cada dia que passa, necessidades imperiosas de sobrevivência estão sobre cada cidadão. Conseqüentemente, somos obrigados a buscar no meio ambiente essa matéria-prima, seja a energia elétrica, seja outra coisa qualquer, para desenvolver aquilo que é o anseio da sociedade. Precisamos corrigir o conceito do passivo ambiental, porque a pessoa não vai deixar de cortar a madeira para fazer a sua residência, o seu telhado. Então, aonde vai buscar essa madeira?

É necessário corrigir, anos e anos, os erros que vêm causando a degradação do meio ambiente. Só assim se poderá compatibilizar a questão do desenvolvimento sustentável. Esse, talvez, seja o grande desafio, porque há necessidade de um certo equilíbrio. Primeiro, ante aqueles que querem, a qualquer custo, buscar o ganho fácil do capital, do lucro. Por outro lado, não podemos radicalizar, senão paramos tudo e, conseqüentemente, a vida. Isso não é interessante. É preciso haver equilíbrio entre essas atividades.

Nessas condições, o que se pode permitir? Primeiro, a ampliação e a manutenção da qualidade de vida para a redução das desigualdades sociais; segundo, a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais, de maneira a incentivar ou inibir atividades econômicas em razão de políticas e resultados ambientais requeridos; terceiro, as ações de mitigação no processo ambiental não podem ser desenvolvidas fora da esfera da questão ambiental, ou seja, os projetos que vão ser desenvolvidos; em qualquer cidade, na hora da ação mitigadora, vira-se para o sujeito e se diz: "Tudo bem, pode fazer isso, mas nos dê uma escola ou um posto de saúde". Não, temos que corrigir isso. Isso deve ser feito da seguinte forma: "Você vai fazer esse empreendimento, mas a sua ação tem que ser desenvolvida segundo a política ambiental". Só assim se estará tentando corrigir o passivo ambiental.

Deve haver uma gestão mais integrada e participativa das comunidades envolvidas, mas, sobretudo, com um nível de entendimento pleno das atividades. Esse entendimento não pode ser mero palanque circunstancial de pessoas que ora defendem o grupo "x", ora defendem o grupo "y", ora querem simplesmente tirar proveito meramente emocional, de forma a se postar na platéia e absorver o seu grupo para um lado ou outro.

Outra coisa é o conhecimento e a informação sobre a gestão da APA, para aumentar a consciência da população. Há, ainda, a questão de crescer sem destruir.

As cidades desenvolvidas ou as pequenas, que não têm como se expandir, precisam da matéria-prima, que, às vezes, vem de cidades do interior de Minas. A cidade do interior, por sua vez, precisa daquele tipo de empreendimento para sua sobrevivência. Se isso lhe é cortado, automaticamente não se tem, na cidade principal, pronto atendimento. Precisamos levar tudo isso para uma função de equilíbrio. O desafio maior é entender que não somente a questão econômica e social devem ser levadas em consideração. Precisamos ter o foco na proteção ambiental, que é a própria proteção da vida.

O primeiro passo a ser dado, nessa compatibilização de anseios, seja de produção, seja de preservação, seja de atendimento ao consumidor final, nas suas variadas necessidades, é apontar novas estratégias, com propostas que contribuam para a formulação de políticas públicas e ações de desenvolvimento sustentável. Encontrar o equilíbrio da atividade econômica na área delimitada da APA é uma questão que depende da forma como queremos atuar. Neste contexto, estaremos em condições de fazer essa avaliação desde que estejamos equilibrados para tomar decisões que não emperrem o desenvolvimento econômico na busca de novas tecnologias e dêem condições de plena vida ao homem, mas preservem a função essencial da vida: a questão ambiental. Obrigado.

Informamos aos interessados em formular perguntas que podem providenciar sua intervenção.

Palavras do Sr. Geraldo Marques da Fonseca

Agradeço aos Deputados Fábio Avelar, Ivo José, à Mesa organizadora dos debates e às demais autoridades. Vamos, juntos, defender o meio ambiente, aquilo de bom que resta do nosso município. Nossa cidade encontra-se em situação crítica. Temos 2.710km² de extensão, 60km de beira de serra, ao lado do rio Cipó. Fazemos limite com três municípios: São José das Canhoelras, Congonhas do Norte e Jaboticatubas. Estamos entre um rio vivo e um rio morto. O vivo é o rio Cipó, onde existem peixes, águas limpas. E o rio das Velhas é o morto, com as águas poluídas. Quando criança, podíamos nadar no rio das Velhas, que ainda tinha peixes. Hoje, nele só encontramos poluição. De que adianta nosso trabalho, fazendo estação de esgoto, se a poluição tomou conta das grandes cidades? Temos de nos unir para conservar o que nos resta da natureza. Criamos a lei da APA da Serra, que impede a destruição da serra do rio Cipó. Elaboramos um projeto de lei para proteger o meio ambiente. O Sr. Marco Aurélio poderá dar mais explicações sobre isso.

O Sr. Marco Aurélio - Boa-tarde a todos os presentes. Como Prefeito de Santana de Pirapama, trabalhamos na criação da área de proteção ambiental do município. Este seria, a princípio, o primeiro passo para a preservação da serra. Atualmente, existe um turismo descontrolado na serra, sem uma infra-estrutura de apoio. É meta da Prefeitura desenvolver um turismo ecológico e economicamente sustentável. E, além disso, fixar o homem no campo, já que a região tem sofrido com o êxodo rural. Foi feito um levantamento da fauna, da flora e do ecossistema em geral. Foram identificadas espécies da flora e da fauna, próprias da região, no que diz respeito às epífitas, que se encontram nos topos das árvores, e espécies rupícolas, que se encontram em ambiente rochoso. Este foi o primeiro passo para a criação da unidade de conservação. Vários outros trabalhos estão previstos para o desenvolvimento do turismo.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Iniciaremos a fase de debates, informando que as perguntas poderão ser dirigidas à Mesa por meio do formulário que está sendo distribuído ou oralmente. Solicitamos às pessoas que fizerem uso do microfone que sejam breves, que se identifiquem para efeito de gravação. Está dispensada a formalidade dos cumprimentos, para que possamos agilizar os debates.

Debates

O Sr. Presidente - Passaremos para os debates desta 1ª fase.

O Sr. Ênio Rezende de Souza - Meu boa-tarde a todos. Falarei sobre a importância do setor rural na proteção ambiental da bacia do rio das Velhas. A agricultura não foi citada como uma das atividades que ocorrem no entorno ou dentro de APAs. Destaco a importância vital da agricultura não só para a bacia do rio das Velhas, como também para a sua proteção como um todo, especialmente nas unidades de conservação e nas APAs. Foi dito por um dos palestrantes que 50% do território da bacia hidrográfica é ocupado por pastagens. Se programas de políticas públicas fossem desenvolvidos para a recuperação de parte dessas pastagens existentes na bacia, seria muito importante, inclusive para a infiltração da água das chuvas, o abastecimento das nascentes, os lençóis freáticos e os demais cursos de água. Este é um primeiro

ponto que destacaríamos: 50% do território da bacia é constituído por pastagens, e são necessários programas que as revitalizem e recuperem, para maior proteção ambiental da bacia.

Em segundo lugar, destacaríamos que políticas públicas poderiam ser desenvolvidas para potencializar as atividades alternativas que se dão dentro de APAs e no entorno de unidades de conservação. Citaríamos, por exemplo, a apicultura, com a criação de abelhas e a exploração do mel, o turismo rural, a agricultura orgânica, a silvicultura, o artesanato rural, a indústria caseira de alimentos e o manejo adequado de pastagens e demais atividades agrícolas.

Com isso, não só a questão socioeconômica seria reativada, mas também a proteção ambiental dessas unidades de conservação seria muitíssimo potencializada. Também faria com que os produtores rurais que residem no entorno, dentro de APAs e demais unidades de conservação, por meio de programas de assistência técnica e educação ambiental, se tornassem aliados e parceiros na conservação dessas unidades. Muito obrigado.

A Sra. Patrícia Boson - Parabéns à Assembléia Legislativa. Estou com uma consultora de outro Estado, que está admirada com o empenho desta Casa na discussão dos recursos hídricos. Minas Gerais e esta Casa dão exemplo. Em 1994, se não me engano, esta Casa promoveu uma grande discussão, que fez com que o Estado fosse pioneiro na legislação de gestão de recursos hídricos. Mais tarde, em 1997, foi criada a legislação de recursos hídricos federal, e esta Casa, novamente, retomou a lei que já existia para adequá-la à lei federal, e hoje temos a Lei nº 13.199.

Falo isso para considerar que, tratando-se de proteção e gestão de recursos hídricos, existe uma entidade oficial para tratar do assunto, que é o Comitê de Bacias Hidrográficas. Em todo o Estado, deverá haver comitês para tratar da gestão de recursos hídricos. É o comitê o órgão deliberativo e consultivo para tratar de quaisquer assuntos a respeito de recursos hídricos. Temos o Comitê de Bacias do Rio das Velhas, cujo Presidente, Dr. Paulo Maciel, faz parte desta Mesa. Estou falando disso, porque, se uma APA realmente soma na questão da proteção, é o comitê o fórum legítimo. Foi esta Casa que criou os comitês, em nome do povo; então, é o comitê a entidade legítima para administração dos recursos hídricos da bacia do rio das Velhas. Não há outra entidade. É só ele que faz essa administração. Não podemos dizer que é inoperante, porque seria nos acusar, já que a sociedade faz parte dele. Se não está funcionando é, talvez, porque nós, sociedade, não estamos participando da forma como devíamos. Um comitê é formado por 1/3 de usuários, 1/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público. Ele só pára se os 3/3 não quiserem participar. Basta 1/3 querer participar para ele continuar funcionando. Quero apenas chamar a atenção sobre isso.

Outra questão que já foi abordada aqui de uma certa forma é que existem duas grandes atividades que degradam uma bacia hidrográfica: a agricultura e a expansão urbana. Se todas as indústrias mineradoras de uma bacia hidrográfica trabalharem em conformidade com o meio ambiente, de forma 100%, ou se simplesmente fecharem as suas portas e não trabalharem mais, a bacia continuará degradada. A agricultura é responsável por 70% do uso de recursos hídricos, 20% são de uso urbano, doméstico, então, se todas as mineradoras fecharem as suas portas, 90% da bacia continua sendo utilizada, e de forma degradante. Fica parecendo aquela piada do português: "Perde o anel na rua, mas procura dentro de casa, porque é mais fácil de procurar. E o anel continuará perdido". É preciso que numa política de proteção dos recursos hídricos da bacia do rio das Velhas políticas públicas muito claras e efetivas na área da agricultura e da expansão urbana sejam tomadas. Não estou dizendo que vamos esquecer os ganhos já conseguidos com as indústrias e com as mineradoras, mas não adianta o foco da mídia, das denúncias, do comando e de o controle ficar só aí. Se ficar só aí, continuaremos com a bacia degradada. Obrigada.

O Sr. Ronald de Carvalho Guerra - O Presidente do IBRAM colocou uma transparência que tratava de áreas que são preservadas, então, estou tratando da APA da Cachoeira das Andorinhas. Foi citado que a VDL tem uma área de entorno de 4.400ha, mas o dado que tinha é que eram 5.500ha dentro da APA da Cachoeira das Andorinhas, que tem um total de 18.600ha. Quero salientar que não chamaria de área preservada uma área abandonada. Na área preservada são outros critérios que devem ser estabelecidos. Por enquanto, aquilo ali é uma área abandonada.

Outra observação, nesse mesmo sentido, é que essas empresas podem estar direcionando, através de medidas compensatórias ou mitigatórias, ações para essas unidades de conservação, mas, na verdade, nada é feito. No caso dessa região temos outras interferências, como a Cia. Vale do Rio Doce, através da Rede Ferroviária, com um grau de impacto estabelecido na região, mas não se direciona nenhuma ação para a unidade de conservação. Também quero salientar que hoje o ICM ambiental que é repassado para os municípios efetivamente não chega a ser encaminhado para essas unidades de conservação. Então, muitas vezes um recurso que vem de uma grande empresa, vai direcionado para outras regiões, para outras ações. Isso deve ser alterado. Parabenizo o Prefeito Wander pelas suas observações muito objetivas, principalmente nessa questão socioeconômica.

O Sr. Presidente - Temos uma pergunta dirigida ao representante da Prefeitura de Belo Horizonte, formulada pela Sra. Elayne Oliveira: "Por que a Prefeitura de Belo Horizonte, apesar de imbuída de projetos modernos de revitalização de córregos, ainda mantém na sua lei de uso e ocupação do solo itens retrógrados, porque não permite que o povo mantenha calçadas que facilitem a infiltração da água da chuva?".

O Sr. Paulo Maciel - É uma pergunta interessante, mas antes de entrar objetivamente na pergunta temos de fazer uma avaliação sobre município, Estado e Governo Federal com relação à água. Todos sabem que a Constituição de 1988 acabou com as áreas de domínio municipal. Atualmente, pela nova Constituição, essas áreas são do domínio do Estado ou da União. Por outro lado, o que observamos na gestão municipal, principalmente na ambiental, algo relativamente novo é que sempre fomos muito bons em preservar a arborização urbana, cuidar do lixo. Há uma tradição dos municípios quanto à coleta do lixo, existe já tecnologia para isso, mas pouco feito durante esse período com relação à água. Observamos que as nossas legislações municipais nunca levaram muito em consideração a questão dos recursos hídricos. Na reestruturação da Prefeitura de Belo Horizonte, neste ano, criamos uma gerência de recursos hídricos. Sempre me perguntavam por que criar uma gerência de recursos hídricos em Belo Horizonte se aqui não tem água, porque a maioria da água que vem para Belo Horizonte é de outros municípios. Vem daí a maior importância, porque temos de preservar o pouco que temos, e ainda temos de ajudar a olhar o que vem de fora, porque só assim vamos conseguir garantir que os 2.200.000 habitantes desta cidade tenham água no futuro. Há uma mudança de concepção hoje na questão da água dentro de Belo Horizonte. Temos hoje um caminho contrário, onde a tônica é preservar os córregos, dentro das suas condições naturais. Temos o Programa (...), já licitado e em desenvolvimento, que visa a termos opções diferentes das utilizadas no passado, com relação à canalização.

Quanto à pergunta da Elayne, além dela, há mais duas que devem ser avaliadas. É preciso mudanças em nossa legislação. Quanto às calçadas, com sinceridade, não me recordo se é uma questão da nossa lei de uso do solo. Acredito que seja do código de postura, porque a nossa lei de uso do solo já tem essa característica moderna de preservação. É bastante evoluída nesse sentido. Quanto à vassoura hidráulica, ainda vemos na cidade pessoas lavando a rua com água. É questão de outra legislação, porque queremos também fazer essa mudança.

Outro aspecto é o conflito que tivemos no ano retrasado, na época da dengue. O Prof. Apolo conhece bem essa história, pois foi nosso coordenador e era Secretário da Saúde na época da luta contra a dengue. O nosso conflito era: ou limpávamos todos os lotes, ou seja, seriam capinados e com isso teríamos o problema ambiental de erosão e outros, ou deixávamos os lotes com mato e corríamos o risco de ter a proliferação da dengue. Foi um grande desafio. Hoje, defendemos que temos de mudar a legislação da Superintendência de Limpeza Urbana, que é antiga e ainda exige que os lotes sejam capinados. Os lotes devem estar, no máximo, roçados, não necessariamente capinados. Esse é um processo em que precisamos trabalhar para mudar e modernizar as legislações. Obrigado.

O Sr. Presidente - Temos agora uma questão enviada pelo Sr. Dézio Cafiero Filho, dirigida ao Dr. Eberarrb: "O que temos de concreto hoje, com relação à Estrada Real como circuito turístico? O que se faz necessário para colocá-lo em prática e qual a previsão para que isso se torne

realidade?".

O Sr. Eberarb Alchinger - Caro Edésio, a política implantada pela Secretaria de Turismo, por meio do Secretário Manoel Costa, foi de criar diversos circuitos turísticos. O Projeto Estrada Real está trabalhando em consonância com esses circuitos turísticos. Por exemplo, o seu município, Raposos, está inserido no Circuito do Ouro. As nossas ações estão sendo trabalhadas em conjunto com a entidade que foi criada pelo Circuito do Ouro, que é a Agência do Desenvolvimento do Circuito do Ouro. Com isso, somamos esforços e evitamos o retrabalho.

Com relação à segunda pergunta, o que se faz necessário para colocá-lo em prática, isso depende única e exclusivamente da agilidade e das ações dessa agência de desenvolvimento que foi criada nos circuitos.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. A próxima pergunta é dirigida ao Sr. João Carlos de Melo, do IBRAM, formulada pela Sra. Elaine Oliveira: "Embora a ocupação da APA pelas mineradoras seja de pouco mais de 2%, conforme enunciado, o senhor não acha que o que preocupa sobremaneira a população são as áreas abandonadas, sem nenhuma recuperação, e os acidentes, cujas vítimas, fauna, flora e cursos de água, não mereceram o respeito das mineradoras, para que pudessem retornar à vida com a limpeza da área afetada?".

O Sr. João Carlos de Melo - Muito obrigado pela pergunta. Sra. Elaine, gostaria de lembrar-lhe dois aspectos pertinentes à situação como um todo. Efetivamente, comentamos que 2,73% da área utilizada pela mineração refere-se à área total da APA. As empresas representam um total de 37,16% da área dos 164.000ha, ou seja, desses 37,16%, apenas 2,73% do total dos 164.000ha, efetivamente, estão sob o processo de utilização da mineração, como o depósito de (...), a barragem de contenção de sedimentos, o (...) de lavra e tudo o mais. Tais áreas, pelo próprio processo, pela metodologia, pela seqüência da legislação e pelo comprometimento, estão em processo de reabilitação também, ou seja, a seqüência de lavra é concomitante com a reabilitação, em qualquer aspecto. Logicamente, trata-se de um arremedo da natureza, ou seja, copia-se de forma a se chegar mais perto daquele resultado.

Quando se fala com relação às áreas abandonadas, a própria Constituição é muito clara ao dizer que todas as áreas degradadas por mineração têm de ser recuperadas. Em uma seqüência, há uma série de outras atividades econômicas em processo. No caso específico da Região Metropolitana de Belo Horizonte, há uma série de outras atividades em processo. Existem ações, por via jurídica, por via da FEAM e de outros órgãos, para que tais áreas sejam recuperadas. Esse assunto é bastante específico da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O nosso Secretário do Meio Ambiente poderia dar uma contribuição nesse segmento, uma vez que tal área está afeta diretamente ao COMAM, que é o COPAM em nível municipal, que atua em Belo Horizonte.

Quanto à questão relativa às áreas abandonadas sem nenhuma recuperação e aos acidentes, cujas vítimas são a fauna, a flora e os cursos de água que não merecem o respeito delas, atualmente, essa questão de respeito e de proteção ambiental é inerente à própria política e à própria definição dessas metas. Temos de levar em conta a questão ambiental. Toda a seqüência de desenvolvimento de todo esse processo, em nosso Estado, que foi pioneiro, é muito recente. A legislação ambiental foi implantada praticamente em 1986. A sua efetivação ocorreu a partir dos anos 90. As minerações anteriores a esse fato possuem um passivo ambiental. Essa situação crítica deve ser resolvida sob um aspecto a ser definido com os sucessores, com o próprio município ou com algum interessado em vislumbrar uma forma mais direta nessas áreas. A partir do licenciamento corretivo e das licenças específicas, vislumbra-se a recuperação dessas áreas. Ocorre nesse segmento também uma fiscalização muito rigorosa, no dia-a-dia do procedimento.

O Sr. Presidente - Obrigado. A seguir, assistiremos a um vídeo produzido pelo IBRAM. Antes, passaremos a palavra ao Sr. Eberarb Alchinger, para informá-los sobre o material.

O Sr. Eberarb Alchinger - Estamos distribuindo um folheto institucional sobre o Projeto Estrada Real. Solicitamos aos que desejarem maiores informações que utilizem o nosso "e-mail" e que visitem o nosso "site": www.estrada-real.org.br, no qual há todas as informações, serviços e outros assuntos sobre o projeto. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Assistiremos ao vídeo produzido pelo IBRAM.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Composição da Mesa para o Segundo Painel

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa para o segundo painel a Exma. Sra. Ana Paula Bax, Diretora de Normatização e Gerente da APA Sul; e os Exmos. Srs. René Vilela, Conselheiro da APA Sul; Ivson Rodrigues, Gestor da APA Carste de Lagoa Santa; Marcos Vinícius Poliguano, representando o Sr. Apolo Heringer Lisboa, Coordenador do Projeto Manuelzão; Gil César Moreira de Abreu, representante do Comitê Manuelzão de Lagoa Santa; Albino Batista Gomes, Gerente do Parque Nacional da Serra do Cipó; e Osvaldo Machado, representante do Comitê Hidrográfico da Bacia do Rio das Velhas.

Palavras da Sra. Ana Paula Bax

Sou Ana Paula Bax, Gerente da APA Sul, e vou relatar a nossa experiência sobre a implantação e o funcionamento da APA.

A APA Sul surgiu por demandas de proprietários de residências de fins-de-semana na região de Macacos, São Sebastião de Águas Claras, Nova Lima. Com os estudos técnicos da região, verificou-se que era necessário abranger essa área de proteção para uma adequação técnica e mais bem articulada das condições naturais, para que se protegessem de forma integrada os mananciais. Então, inicialmente, a proposta da APA Sul era proteger os mananciais hídricos presentes na região que abastecem 70% da população de Belo Horizonte e 50% da população da região metropolitana.

Os debates foram ampliados, e foram feitos seminários com o aval do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM. O processo de gestão das APAs é realizado pelos conselhos consultivos, que têm a participação da sociedade civil, dos poderes públicos municipal, estadual e federal. A sociedade civil é representada pelas ONGs e pelo setor produtivo.

No caso da APA Sul, o conselho está funcionando desde a sua criação, em 1994, pelo Decreto nº 35.624, e sua forma de funcionamento, interação e integração com os outros conselhos de licenciamento ambiental se dá por intermédio de manifestações prévias, que é o instrumento legal criado pela Resolução nº 27, da SEMAD, que estabeleceu os procedimentos para o conselho se manifestar em relação aos empreendimentos que estão em fase de obtenção de licença prévia. Eventualmente, por solicitação dos Conselheiros, o conselho também pode se manifestar em relação a outros empreendimentos em outras fases de licenciamento.

A elaboração do plano de manejo de uma APA se inicia com os trabalhos de zoneamento. Estudam-se os aspectos bióticos, abióticos, antrópicos, que seriam as relações humanas no ambiente, e as institucionais legais. Toda a nossa relação com o meio ambiente está regulada

por intermédio de normas ambientais. Para elaborarmos um plano de manejo, precisamos fazer o zoneamento ambiental. Esse plano de manejo vai ser elaborado com a participação da sociedade civil como um todo e do poder público, que vai gerar elementos que subsidiem e orientem os trabalhos do conselho consultivo, para que este não fique sem um embasamento científico quando emite suas manifestações prévias. Assim, o conselho vai ter uma base científica para se posicionar e determinar o que pode ser feito e como serão as ações da APA.

Quanto a esse aspecto do zoneamento ambiental, há uma demanda muito grande da sociedade em relação à Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Coincidentemente, agora está ocorrendo a assinatura de um convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado. O Ministério vai liberar recursos da ordem de quase R\$1.000.000,00 para realizar o zoneamento da APA Sul, o que será feito pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM -, que é uma entidade ligada ao Ministério das Minas e Energia e que elaborou o zoneamento da APA Carste, de Lagoa Santa. Essa foi uma experiência muito positiva em que a sociedade pôde participar de forma intensa, facilitando, assim, a aprovação do zoneamento da APA Carste. Então, a CPRM é uma empresa que tem um lastro, um histórico para fazer zoneamento e foi eleita para elaborar o da APA Sul.

Entre esses convênios que estão sendo assinados hoje na SEMAD, está prevista a liberação de recursos para elaborar o zoneamento da APA Cachoeira das Andorinhas, local onde está a nascente do rio das Velhas. Essa é uma boa notícia. O pessoal de Ouro Preto já estava esperando esse trabalho há mais tempo. Por isso vamos começá-lo logo. O IEF é o órgão que vai coordenar o trabalho de zoneamento da APA Cachoeira das Andorinhas.

Os estudos programados para os zoneamentos ecológico e econômico visam à promoção do desenvolvimento sustentável da região, organizando o espaço em distintos tipos e intensidades de ocupação e uso do solo e dos recursos naturais, através de um conjunto de zonas ambientais com seu corpo normativo. Quer dizer, em cada região, vai haver um uso determinado e uma legislação, garantindo essa adequação, essa normatização do uso. E visa também à proteção das áreas de recarga dos aquíferos e à proteção dos mananciais responsáveis pelo abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte e à organização do desenvolvimento futuro. Quer dizer, vão se estar propondo normas e diretrizes para se organizar o desenvolvimento da região da APA Sul no futuro.

Essa organização vai surgir a partir da análise das locações de cada área específica e da articulação com processos sociais, culturais, econômicos e políticos vigentes e previstos para a APA. Isso busca a redução de incertezas no processo de desenvolvimento e a ampliação da capacidade de formulação de ações adequadas para a solução dos problemas e conflitos.

Portanto, o que se está buscando com o zoneamento da APA Sul é evitar os conflitos, já que é uma área de muitos conflitos, especialmente por causa dos loteamentos e da mineração. É uma forma de negociarmos e de estudarmos o uso dessa área para que todos possam ver, no desenvolvimento sustentável, uma forma de trabalhar e de utilizar, de forma adequada os recursos. Aliás, o que se busca é isso: a utilização de recursos.

Concordo com a afirmação de que não vivemos sem mineral e que todos querem viver em condomínios fechados. Essa é uma demanda muito observada na APA Sul. Como todos querem conforto e segurança, o zoneamento vai estabelecer normas para a criação dos condomínios.

No futuro, estarei à disposição para esclarecimento de qualquer dúvida em relação ao funcionamento do conselho, às perspectivas ou a um maior detalhamento do projeto de zoneamento ambiental que será iniciado ainda este ano. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Renê Vilela

Boa-tarde. Inicialmente, agradeço o convite da Assembléia Legislativa, na pessoa do Deputado Ivo José.

Antes de começar a minha exposição especificamente sobre a APA Sul e o rio das Velhas, os dois temas que gostaria de abordar, quero compartilhar com todos a alegria em ver a Assembléia Legislativa, a Casa do povo, dedicar tempo, espaço, mais atenção e empenho político para que essa demanda da sociedade, como disse a Ana Paula Bax, pela regulamentação da APA Sul ocorra de fato. Gostaria de agradecer, Deputado, o convite e o apoio que esta Casa nos tem dado.

Representamos hoje as entidades civis junto ao Conselho da APA Sul e ao Conselho Estadual de Política Ambiental. Minas Gerais, na década de 80, foi pioneiro na criação de unidades de conservação, inclusive áreas de proteção ambiental, entre elas a APA Sul, a APA São José, na região de Tiradentes e São João del-Rei, e outras. Temos também APAs federais, como a APA Carste, que será abordada, e a APA da Mantiqueira.

Apesar de termos muitas boas idéias, não criamos condições efetivas para que essas boas idéias se convertam em proteção efetiva do patrimônio coletivo da população de Minas Gerais, não somente a atual, como também as tão faladas futuras gerações. Na década de 80, foi criado o sistema de gestão compartilhado das APAs em Minas Gerais, como já foi dito, o que pressupõe a criação de conselho de gestão, com a participação da sociedade civil, do setor produtivo, do Governo do Estado e dos municípios.

A iniciativa da criação da APA Sul não se restringiu a residentes de fim de semana nem a sítiantes de Macacos, como foi mencionado. Na verdade, desde 1990, tinha-se a idéia de criar algumas pequenas APAs: uma na bacia do ribeirão Macacos, outra na bacia do ribeirão Mutuca, também em Nova Lima, onde há um centro de captação de água do Mutuca, que abastece Belo Horizonte, em Fechos, que tem um centro de captação de água implantado por Juscelino, em 1957, que também abastece Belo Horizonte, e a APA do Mingu, em Rio Acima, que é um contribuinte também da estação de Bela Fama, como Mutuca e Macacos. Naquela época, consideradas as conjunturas políticas e a interligação entre essas bacias, havia justificativa, tanto do ponto de vista da importância dos mananciais quanto da biodiversidade daquela região como um todo, para se criar uma APA estadual.

Na década de 90, começou um trabalho de mobilização social e debates, e conseguimos o decreto estadual criando a APA Sul. Felizmente, neste ano, sete anos depois, conseguimos que a atual gestão da Assembléia Legislativa aprovasse um projeto de lei criando a APA Sul na forma da lei. Foi um ganho e uma conquista importante.

A APA Sul tem 1.640km² e abrange 13 municípios da face sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Vai de Barão de Cocais e Caeté até Itabirito, Rio Acima, Sarzedo, Ibitaré, face sul de Belo Horizonte, Nova Lima, Raposos, entre outros municípios. Dali vêm 70% da água que abastece Belo Horizonte, e 45% que abastecem a região metropolitana. O alto rio das Velhas tem mananciais excepcionais, não somente os superficiais, mas também os lençóis freáticos. São mananciais subterrâneos de suma importância para dar sustentação à expansão da região metropolitana. E isso não é somente para a dessedentação, matar a sede e abastecer os domicílios. Estamos falando de milhares de pequenas empresas e microempresas na Região Metropolitana de Belo Horizonte que dependem diretamente do recurso hídrico, além dos demais. Todos eles têm minério.

Sugiro que se inclua a água no vídeo institucional que ele veiculou. A água é um mineral também. Pensamos os recursos minerais ainda com uma visão de mundo dos planejadores do século XIX, como Henri Gorceix, por exemplo, que planejou a siderurgia em Minas Gerais. Para a Universidade Federal de Ouro Preto, a água era recurso residual. E parece que ainda continua sendo para muitos setores. Para nós, não. Para

nós, ela é prioritária. O Governador Hélio Garcia, em seu decreto, reconhece a preservação dos mananciais, os superficiais e os subterrâneos, como a principal justificativa para a criação da APA Sul.

Gostaria de citar dois pontos. Em primeiro lugar, como ONG e cidadão, o nosso papel é fazer uma crítica construtiva. A despeito de todos os esforços da gerente da APA Sul, a Ana Paula Bax, gostaria de fazer um histórico. A instabilidade institucional e política, além da ingerência do setor econômico sobre a gestão pública, tem, lamentavelmente, comprometido a efetivação dessa regulamentação da APA Sul. O tão sonhado zoneamento econômico-ecológico da APA tem sido preterido e postergado, quando não colocado em segundo plano, muitas vezes subjacente a interesses de um setor produtivo específico. A título de exemplo: em 1996, no Governo Eduardo Azeredo, foi assinado um convênio que envolveu a Prefeitura de Belo Horizonte, o IEF, que coordenava a Comissão Gestora da APA Sul, a COPASA e a Minerações Brasileiras Reunidas. A cláusula 6ª do convênio estabelecia o seguinte: "O IEF, como órgão gestor da comissão da APA Sul, assume o compromisso de adequar o zoneamento daquela APA às necessidades de exploração mineral da MBR no Município de Nova Lima, nas minas de Tamandá e Capão Xavier". Capão Xavier nem existe, existe somente o projeto.

Um convênio como esse, em que o Estado assume esse compromisso, é, no mínimo, imoral e viola exatamente os maiores interesses da população. Reconhecemos a presença do minério de ferro e dos outros minerais em nosso cotidiano. A nossa proposta não é ser contrário a isso. O zoneamento exige, em primeiro lugar, um princípio fundamental da gestão das unidades de conservação: transparência da informação. Esse convênio, felizmente, não tramitou pelo conselho da APA Sul, à época. Ele estava engavetado. Movemos uma representação junto ao Ministério Público e, a partir daí, com a mudança da gestão, justiça seja feita, a COPASA nos deu apoio e se recusou a assinar a nova versão do convênio.

Vou dar um outro exemplo. Recentemente, fui eleito integrante do conselho da APA Sul. Nós, das ONGs, nos submetemos a um processo seletivo, em que o debate ocorreu, em que os nossos representantes, não somente eu, foram eleitos. Um outro princípio da gestão das APAs, que é a democratização da gestão, uma gestão compartilhada, neste momento, encontra-se violado. Vou dizer por quê. O Sistema Estadual de Gestão de Unidade de Conservação de APA, mais especificamente estabelece, assim como o regimento do conselho, que os representantes dos municípios e do setor produtivo devem ser escolhidos mediante eleição. É escolha, voto. Os seis representantes dos municípios, com todo o respeito às pessoas que se fazem representar lá hoje, foram empossados sem que fosse dada oportunidade aos municípios de escolher seus representantes. Foi uma nomeação do Secretário do Meio Ambiente. Isso precisa ser aprimorado.

Para concluir, gostaria de dizer que, quando foi proposto o zoneamento da APA Sul, há seis anos, foi proposto um convênio em que o Instituto de Geociências Aplicadas, ligado à Secretaria de Ciência e Tecnologia, seria o responsável pela realização do zoneamento. Temos, agora, a transferência para a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM.

Gostaria que fosse uma mera coincidência o atual Secretário de Meio Ambiente ser ex-Secretário de Minas e Energia, ser ex-Ministro das Minas e Energia e o atual Secretário Adjunto ser ex-funcionário da Vale do Rio Doce, que detém 85% da produção de minério de ferro na APA Sul. Gostaria que outros gestores públicos realmente não tivessem um passado tão recente oriundo do setor mineral. Gostaria, sim, que uma instituição comprometida com a análise da biodiversidade e com a gestão de recursos hídricos, orientada por valores coletivos, realizasse o zoneamento da APA Sul. Estou dizendo isso porque, apesar dos avanços conseguidos, temos um ano antes do calendário eleitoral para viabilizar a regulamentação da APA Sul. A grande maioria dos presentes tem muito que contribuir para que isso se efetive. Muito obrigado, Deputado.

Palavras do Sr. Ivson Rodrigues

Boa tarde. Recebi esse convite do projeto e da Assembléia e gostaria de mostrar o nosso trabalho feito com o IBAMA junto à APA.

A APA foi criada em 1990 pelo Decreto Federal nº 98.881. Tem como objetivo básico a proteção dos sítios arqueológicos, das cavernas, da paleontologia da região do Carste. Essa era uma área anteriormente estudada por Peter Lund.

Existe uma quantidade grande de água que circula na região. Ela é muito importante. A nossa unidade também, por estar na bacia do ribeirão da Mata.

Quando assumimos a APA, foi um desafio. Fui convidado. À época, o IBAMA dispunha de recursos do Banco Mundial, o que foi um grande impulso para nós. O Banco Mundial financiou o zoneamento e o plano de gestão da unidade. A contrapartida do Governo seria a contratação de funcionários. Desde que assumi a unidade, venho lutando sozinho. Hoje, após quase seis anos, consegui um técnico para trabalhar comigo. E possuímos mais quatro pessoas de nível médio.

Temos um plano de gestão elaborado, temos um zoneamento elaborado, mas a aplicação disso tem nos gerado bastante dificuldade. Para não perdermos os recursos, o plano de gestão saiu antes do zoneamento. Este foi elaborado em 1988. Já deveria ter sido feito um novo estudo sobre isso. Vejo a preocupação da APA Sul em fazer zoneamento. Será que essa é a solução? E depois? Vamos deixar um gestor sozinho?

As metas do zoneamento implicaram dez itens. A região foi toda bastante trabalhada com a CPRM; foi uma parceria que conseguimos fazer devido aos estudos de que dispúnhamos. Foi feito um levantamento socioeconômico e geotécnico das águas subterrâneas, da fauna e da flora, o que gerou a proposta que vem a seguir.

Nesse trabalho, as análises temáticas subsidiaram o zoneamento. Foram agrupados os dados técnicos e os aspectos jurídicos.

Essas análises técnicas geraram as análises temáticas e as integradas. Além disso, foi feita a proposta de zoneamento que temos em mãos. Estamos trabalhando com quatro relatórios. A proposta de zoneamento resultou nesse modelo, em que foi definida a formação de quatro zonas: duas de conservação e duas de proteção. A nossa gestão está baseada nesse modelo. Dentro de cada zona, foi feita a proposta de diretrizes e usos, com atividades proibidas, toleradas e permitidas. Nortearmos a demanda de solicitações para a utilização dessa área de acordo com os quadros propostos no trabalho de zoneamento.

Esse quadro também propõe programas, que serão desenvolvidos assim que conseguirmos alocar novos recursos, pois o Banco Mundial não os está mais liberando. Estamos fazendo anuências - a fim de que se proceda a licenciamentos - e fiscalização. Sem os recursos, não estou percebendo resultados efetivos, porque a fiscalização está sendo mais punitiva. Foi feita uma unidade abrangendo os Municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Confins, Jabuticatubas, Vespasiano, Sete Lagoas e Paraopeba. Se verificarmos na região, perceberemos que ninguém sabe sobre o que estamos falando, pois entendem que a função do IBAMA é apenas punitiva. Faltam investimentos. Queremos a proteção da bacia.

Um dos fatores que temos identificado com maior frequência é o avanço da expansão urbana, que está acontecendo no sentido Belo Horizonte-Sete Lagoas e de Sete Lagoas para cá. Isso avança dentro de duas zonas nossas. É um dos fatores que mais nos preocupam, porque tememos que a degradação atinja a bacia do ribeirão. A proteção de mananciais é uma das maiores preocupações da nossa gerência. Tentamos colocar

diretrizes para esse tipo de procedimento, mas é necessária a participação dos municípios. Nunca conseguimos formar o Conselho Gestor, que reuniria cidades e segmentos. Atualmente, estamos gerindo a unidade com os CODEMAS locais, mais especificamente o de Lagoa Santa.

Vou mostrar as dificuldades locais. O zoneamento é muito bonito, está sempre sendo proposto, mas requer recursos e pessoal. O IBAMA, com um mínimo de pessoal, está tentando, por meio de parceria com os municípios, gerir a unidade. Um dos nossos objetivos é a contribuição, pelo menos, em termos de água e pouco impacto na bacia do nosso ribeirão. Obrigado.

Palavras do Sr. Gil César Moreira de Abreu

Cumprimento a Mesa da Assembléia, particularmente à Comissão de Meio Ambiente, pois já tive a oportunidade de acompanhar algumas de suas reuniões. O Deputado José Milton e seus colegas estão de parabéns: no caso específico de Lagoa Santa, houve a interrupção do processo de concessão de uma ampliação da atividade mineradora da SOEICON, em virtude da atuação da Comissão de Meio Ambiente, que, após ser solicitada pelo Projeto Manuelzão, fez uma visita à mineradora na semana seguinte.

Na audiência pública aqui realizada, foi permitida a manifestação da sociedade civil de Lagoa Santa. Aliás, a primeira audiência realizada em Lagoa Santa foi programada para que assistíssemos a um espetáculo semelhante ao que assistíramos antes, com esse audiovisual apresentado.

No entanto, parece que não está acontecendo nada. Hoje estamos discutindo assuntos que, talvez, não deveriam ser discutidos, porque o quadro apresentado pelo IBRAM é uma falácia. Recentemente - todos sabem disso -, conforme um diagnóstico feito pelo Prof. Pratiní de Moraes, na serra do Curral, foram constatadas trinta e poucas mineradoras, e nove delas estão em processo junto à Promotoria Pública. No caso de Lagoa Santa, a atividade foi interrompida por um determinado tempo, graças à atuação da Promotoria. Ontem, o "Estado de Minas" dedicou uma página inteira aos problemas verificados em Nova Lima e à atuação daquele órgão.

É preciso que essa transparência que nos foi apresentada retrate também o outro lado, ou seja, a nossa realidade, que conheço bem, porque fui o primeiro Secretário de Minas e Energia, além de Deputado Federal constituinte. Assim, conseguimos colocar no texto da Constituição o que se chamava inicialmente de Fundo de Exaustão Mineral, reivindicação histórica do nosso Estado, desde os tempos de Israel Pinheiro, Osvaldo da Rocha Diniz e outros. Foi feito um trabalho imenso para se conseguir essa compensação financeira, devido à oposição feita pelas mineradoras e, para surpresa minha, da própria estatal à época, a Companhia Vale do Rio Doce. Conseguimos isso.

Mas qual foi o resultado prático? Foi tudo repetido na Constituição do Estado com mais detalhes. Mas o que foi definido nos chamados poderes complementares, ou seja, a parcela da legislação que estabelecia claramente a participação dos municípios não foi regulamentada. Fiquei sabendo disso há alguns anos, por meio do Pratiní. Foi uma surpresa muito grande. O objetivo era a interface entre os Poderes. Como vamos equipar o município para que possa exercer tal atribuição? Não foi regulamentado. Aproveitando esta oportunidade, faço um apelo à Mesa para que o assunto da regulamentação do que está no texto da Constituição do Estado volte à pauta na próxima legislatura, a fim de que tudo que estamos discutindo seja ampliado e transformado numa legislação específica.

Vou, apenas, complementar o que foi dito pelo René. Digo que conheço as mineradoras, porque peguei um avião da CEMIG e sobrevoei o vale do Paraopeba, a serra do Curral e o vale do Jequitinhonha. O que vi? Aquilo que Carlos Drummond de Andrade, em 1970, chamou de "triste horizonte", referindo-se à serra do Curral, onde foi aberta uma janela, em razão de uma queda daqueles taludes. Em 1992, a mesma mineradora soterrou uma composição, porque caiu mais um pedaço da serra. É incompreensível a passividade do Estado como instituição e dos órgãos afetos diretamente ao setor. Qual é a mineradora que foi multada? Fui a uma reunião da COPAM e fiquei abismado ao ver que quem chegava com os processos era o Otávio, representante de organizações não governamentais. Na discussão do assunto envolvendo a MBR, não houve a participação de nenhum dos presentes. Somente quem se manifestou, quem levou os processos foi a organização não governamental.

Fico estarecido em saber - e já foi comentada a expansão urbana - que o órgão metropolitano, o PLAMBEL, foi extinto. O Ivson se queixou da falta de apoio e de recursos. Os loteamentos estão se expandindo, por exemplo, em direção à APA - de Lagoa Santa. É uma coisa impressionante. E ainda são aprovados e feitos. Só em Ribeirão das Neves, existem 120 loteamentos clandestinos. É indispensável que a Assembléia discuta novamente esse assunto, reorganize o órgão metropolitano. É preciso que a lei, a chamada compensação financeira, volte para o setor. Como são destinados os recursos da COMIG? Vão para construir hotel e estradas. Mas existe apenas um geólogo nesse órgão. Deixei a METAMIG com 40. Qual era o objetivo desses 40? Zonear o Estado. Eram 4 para cada 10 regiões do Estado. A função primeira não pode ser delegada a terceiros. Não se pode terceirizar a fiscalização. Isso vai macular ainda mais a situação que vivemos. Às vezes, a pessoa que fiscaliza também aprova. Já constatei isso. É preciso que haja uma reformulação completa nessas instituições todas, com uma coisa que se fala e não se pratica: o sistema de co-gestão. (- Lê:)

"A gestão da APA Carste será efetivada por processo participativo, por meio de um conselho de co-gestão, constituído pelos órgãos e instituições governamentais e a sociedade civil organizada presente na área e com interesse na sua conservação."

Isso nunca foi feito desde a criação da APA. Como se escreve e não se pratica?

Como quisemos participar, tivemos que apelar para a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia. Isso chega a ser surrealismo. Aquilo que foi dito até parece uma escova de dentes com pasta. Na reunião que fizemos aqui, isso também foi apresentado e dito por um representante da indústria cimenteira. Singularmente, um estudante levantou-se, pediu licença e disse o seguinte: "Fiquei até satisfeito em saber que pasta de dente tem mineral, mas, para escovar, preciso da água. Estou interessado na água do meu município". Quer dizer, foi uma resposta que poderia, talvez, ser dada aqui, hoje. Não vamos chamar de fundamentalista, como já chamaram o René e o Otávio. Eles foram chamados de fundamentalistas pelo Sr. Rubens, Presidente, se não me engano, da FEAM. Por quê? Porque eles querem participar, como também queremos. Não sou contra a atividade minerária e acredito que nenhum de vocês é contra. É óbvio.

Agora, Minas não é mineração. Para se dizer isso, ela tem que se preceder de duas coisas fundamentais: Minas é Minas Gerais, somos mineiros, temos a nossa história, que deve ser respeitada; e, finalmente, a atividade-fim, mineração, por meio de uma política mineral. Perguntei ao Secretário Adjunto de Minas e Energia: "Sr. Secretário, o que é a função da Secretaria de Minas e Energia?" Ele disse: "É de fomento". Fomento é indústria e comércio. Deve-se formular uma política minerária, que não existe. Por quê? Se ela existisse, ela obrigaria que, antes de a atividade se instalar, todos esses problemas discutidos aqui fossem resolvidos.

A questão específica da APA de Lagoa Santa. Qual foi a minha surpresa, quando peguei esse trabalho e vi o mapa e as delimitações da chamada APA? Os senhores estão vendo a projeção onde existia, ao fundo, a chamada Lapa Vermelha, onde está a história do Homem de Lagoa Santa. Alguns falam em 8 mil, em 14 mil anos, da Luzia, da mulher, das descobertas do Lund. A minha surpresa é porque, quando se traçou a linha limítrofe da APA, partindo da MG-10, no trevo de acesso, onde já havia a mineradora, se passou por fora. A lagoa central e a área central de Lagoa Santa ficaram fora da APA. Como é isso? Temos que mudar isso. Apesar de a legislação exigir que aquilo que foi feito a 2km, pelo menos, da divisa deva ser submetido ao IBAMA, isso é uma coisa surrealista, porque onde a mineradora está trabalhando era a APA Carste, já existia essa caverna. Eu, com 8, 9 anos, fui lá. Fez 50 anos que frequento Lagoa Santa. Sei o que está havendo com a lagoa, porque, a olhos vistos, ela está sendo submetida a um processo de assoreamento semelhante ao da Pampulha. Há o risco de se atingir o lençol freático.

Então, para caracterizar bem as tantas coisas que precisam ser feitas... Estou há um ano no Projeto Manuelzão, acompanhando o trabalho das nossas reuniões, do Apolo e dos outros que participam desse conselho diretor. Anteontem, reunimo-nos. Gostaria que pudessem ter sido apresentadas coisas boas que estivessem ocorrendo. Vi um cidadão de Nova Lima que trabalhou na mina de Morro Velho falar durante quase 15 minutos. É uma coisa de um surrealismo total, tanto isso é verdade, que a Promotora Pública resolveu agora entrar no circuito.

Terminando, quero chamar a atenção dos senhores. Está aqui o Márcio, Secretário de Meio Ambiente de Lagoa Santa, o Vice-Prefeito Nelson, que tem participado de todas essas discussões. Está na hora de mudarmos essas divisas, esses limites, para que, evidentemente, seja atingida a lagoa central. Esse conceito de bacia hidrográfica é de adoção conveniente.

Para vocês entenderem a importância do ecossistema de Lagoa Santa, surpresa minha, lerei um pequeno texto. (- Lê:)"Precisamos nos compenetrar de que o Brasil foi o berço da descoberta dessa nova ciência, a ecologia, no século XIX, em Lagoa Santa, com os trabalhos do botânico dinamarquês Eugênio Worning. Seu trabalho em Lagoa Santa, sobre esses ecossistemas, é o mais clássico, o mais antigo e o mais famoso que se conhece. Por meio dele, visualizamos uma vulgarização da paisagem. Nosso planeta está se tornando tão semelhante e sua capacidade é limitada."

É evidente que, por essas razões, pelo Dr. Lund, cuja vida está sendo filmada, há a necessidade de termos, em Lagoa Santa, um museu sobre a nossa história, para vendermos o que nos foi legado pelo passado para as novas gerações. É fundamental saber que isso foi dito por Ruschi, famoso ambientalista do Espírito Santo, que já faleceu. Isso está agora registrado em Lagoa Santa. Muito obrigado à Assembléia pela paciência de vocês. É fundamental que a Assembléia Legislativa não pare nesse trabalho, que ela, em cima desse volume de informações, tente mudar essa estrutura governamental que não administra o setor. Apesar de ex-Secretário, vejo como as portas se fecham. Aliás, com o tempo, aprendemos a olhar as pessoas pela indiferença. Vocês imaginem um cidadão comum. Se não fosse o Projeto Manuelzão, estaríamos falando até hoje. Então, o cidadão comum não tem acesso a esse tipo de informação. É preciso que essa estrutura seja modificada, que não se fale mais em participação como recado político que não atinge a realidade. Falem em participação criando isso que está aqui. Isso tem que existir em um conselho de pós-gestão, não pode ficar no papel. Muito obrigado aos senhores.

Palavras do Sr. Albino Batista Gomes

Boa-tarde. Sou Gerente do Parque Nacional da Serra do Cipó e respondo pela APA Morro da Pedreira. As APAs são unidades de conservação instituídas com o objetivo de proteger valores ambientais significativos, assegurando o bem-estar das populações humanas e melhorias nas condições ecológicas locais. Elas podem ser criadas nas esferas federal, estadual ou municipal. Cada decreto de criação de uma APA tem os seus objetivos específicos. A preocupação com a preservação do meio ambiente não significa impedir o desenvolvimento econômico da região, abrangida pela APA. Nela, objetiva-se, apenas, disciplinar o uso racional dos recursos naturais. Para a implantação desse tipo de unidade de conservação, APA, não são necessárias apropriações de terras. Os proprietários inseridos na APA terão o seu patrimônio respeitado e garantido. Então, cada unidade de conservação, cada APA, tem os seus objetivos definidos no seu decreto de criação. No caso da APA Morro da Pedreira, o objetivo de sua criação foi garantir a proteção do Parque Nacional da Serra do Cipó, o conjunto paisagístico, parte do maciço do Espinhaço, e a proteção e a preservação do morro da Pedreira, sítios arqueológicos, a cobertura vegetal, a fauna, a flora e os mananciais, cuja preservação é de fundamental importância para o equilíbrio ecológico da região.

A realização de quaisquer atividades que causem alterações ambientais dependem da avaliação prévia do IBAMA e de demais órgãos competentes. Na APA Morro da Pedreira ficam proibidas ou restringidas as implantações de atividades industriais potencialmente poluidoras, a realização de obras de terraplanagem, de aberturas de vias, quando essas iniciativas importarem a iniciação das condições ecológicas locais, principalmente nas zonas de vida silvestres, onde a biota será protegida com maior rigor. Basicamente, o objetivo de criação da APA Morro da Pedreira foi proteger o Parque Nacional da Serra do Cipó, criado em 1984, com uma área de 33.800ha, abrangendo terras dos municípios de morro do Pilar, Santana do Riacho, Jabuticubas e Itambé do Mato Dentro. Além desses municípios, a APA abrange ainda Nova União, Taguarucu de Minas, pega terras de Itabira e divide com Conceição do Mato Dentro. A APA Morro da Pedreira ainda não dispõe de seu zoneamento ecológico econômico. O parque nacional tem o seu primeiro instrumento de planejamento iniciado em 1994, o que possibilitou a aplicação dos recursos advindos do Programa Nacional de Meio ambiente, recursos esses financiados pelo Banco Mundial. Por meio de uma participação efetiva da comunidade local, dos segmentos, das instituições de pesquisa, definiu-se um planejamento mínimo para o parque nacional, que vem sendo implantado a partir de 1994, com a demarcação, a topografia, o cercamento do parque e construções de edificações como sede administrativa, assentos de visitantes, laboratório de pesquisa e alojamento para pesquisadores. A história da preservação, da serra do Cipó data de muitos anos. O parque surgiu a partir de 1979 com a criação do parque estadual, que foi transformado em parque nacional em 1984. Há muitos anos, já se pensava e se falava na questão da grande biodiversidade e da necessidade de se preservar esses ambientes da serra. O rio Cipó nasce dentro do Parque Nacional, é formado pelo ribeirão Mascate e pelo ribeirão Bocaina. Temos também os divisores de água de duas grandes bacias hidrográficas, a região conhecida como travessão na divisa dos Municípios de Itambé, Santana do Riacho e Jabuticubas. Basicamente aí é a vertente de duas grandes bacias hidrográficas, a do São Francisco e a do rio Doce.

Basicamente, todas as águas que vertem a oeste vão para o rio Doce e o restante para o rio Cipó. O Parque Nacional e toda a região, nestes últimos anos, também vêm sofrendo de pressão antrópica associada à criação de gado, ao extrativismo vegetal, à expansão de loteamentos e à especulação imobiliária de todas as formas.

Um dos maiores impactos ambientais dentro do Parque Nacional são as grandes queimadas que vêm diminuindo ao longo do tempo através da efetivação de ações concretas como treinamento de pessoal, contratação de brigadas de combate a incêndio florestal e participação da comunidade local. Além de queimar as matas ciliares que protegem os rios, basicamente o rio Cipó, as queimadas também destroem toda uma biodiversidade incalculável. Não é somente o fogo em si, mas o carreamento de sedimentos ao rio, o favorecimento das voçoroca e das grandes erosões.

Aí está o treinamento de pessoal. Temos hoje uma brigada treinada, bastante efetiva, atuando no Parque desde o ano passado.

Contamos com o apoio efetivo da Polícia Militar, da Polícia Florestal, apoio que tem sido fundamental na questão da preservação desse grande patrimônio. São 33.800ha do Parque Nacional e 66.200ha da APA Morro da Pedreira, totalizando 100.000ha em 12 municípios, com um número de 12 funcionários para atuarem de domingo a domingo. Fica impossível gerir e administrar uma área tão grande com tanta dificuldade de acesso. Para se ter uma idéia, para sair do Parque Nacional e ir ao Município de Itabira, são 10 a 12 horas de carro e 20 a 25 horas a cavalo.

Áreas que sofrem queimadas sucessivamente, todos os anos, tendo suas matas ciliares completamente queimadas se transformam em desertos. Por causa da ocupação dessas terras no passado, antes de ser parque nacional, ocorreram grandes erosões e assoreamentos no rio Cipó.

Essa transparência mostra o vale do rio Cipó, que necessita de uma recuperação urgente para garantir a estabilidade do próprio rio e do rio das Velhas. São áreas totalmente decapeadas por causa do uso inadequado dessas terras. Áreas basicamente de preservação permanente em que os cuidados ambientais não foram tomados. Áreas férteis que precisam de programas e incentivos para o pequeno produtor. Não que haver opções porque ele vai produzir nesses vales. Se não houver programas e projetos coerentes, levando em conta as condições locais e de cada morador, fica difícil.

Para concluir, essa transparência mostra a regeneração das matas dentro do Parque Nacional da Serra do Cipó, em áreas já indenizadas pelo IBAMA em poder do Governo Federal. Nota-se uma recuperação constante. Mas não adianta preservar a nascente, e matar o corpo que anda. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Osvaldo Machado

O Sr. Osvaldo Machado - Deputado Ivo José, senhores e senhoras, em primeiro lugar quero agradecer o convite e, em segundo lugar, cumprimentar a Assembléia pela programação deste evento. Em terceiro lugar, quero me declarar aqui uma pessoa, antes de tudo, otimista, tanto é assim, que estou aqui.

Quero fazer uma declaração inicial que pode parecer que a pessoa que vos fala é um anarquista. Prefiro me colocar como um questionador e vou declarar por quê. Não que seja contra a APA, mas não sou a favor. Como ela está? Respeito tudo que foi dito aqui e aplaudo registrando que estamos presenciando a fala e a atitude de pessoas comprometidas com o meio ambiente. Vou tratar de um caso de instalação de APA. Antes, porém, gostaria de declarar uma frase de uma pessoa com quem convivi muito intimamente, grande perda para o nosso Brasil, que é nosso saudoso Betinho. Ele disse o seguinte: "A solidariedade pode ser o caminho para a solução de diversos problemas". Certa vez ouvi outra uma frase, não sei onde nem quando, mas há bastante tempo, que diz o seguinte: "A pessoa humana é um ser gregário". Nunca mais me esqueci dessa frase porque não conhecia a palavra gregário. Fui fazer uma pesquisa e aprendi que a palavra gregário serve para adjetivar os animais que vivem em bandos assim como os pássaros, ou em grupos, como as pessoas. Aprendi também naquela oportunidade que o ser humano guarda uma relação imediata com as demais pessoas do seu grupo, e que em razão dessa vivência, por serem individualmente diferentes, desenvolvem entre si, num processo de analogia, os pontos de semelhança que possibilitam a vivência em grupo e o relacionamento com seu meio ambiente. Esse raciocínio me remete à questão da solidariedade como elo moral que conduz a pessoa no seu viver e, de outro lado, no sentido ético que orienta os interesses do grupo social. Respeito muito as questões técnicas, mas gostaria de trabalhar aqui com o ser humano.

Estive verificando nossa legislação sobre a criação das APAs e lamentavelmente não encontrei uma palavra sequer relativamente ao ser humano. O que se vê é que na criação de uma APA, além da denominação e dos limites geográficos, os principais objetivos devem ser indicados, assim como as proibições e restrições. Proibição e restrição. Tenho a impressão que evidenciamos um problema relativamente sério. Parto aqui da afirmação de que o ser humano mantém uma estreita relação com o ambiente em que vive. Será que essa afirmação é verdadeira? Será que é pelo menos satisfatória? O ser humano está realmente adaptado ao seu ambiente? Quais as influências e as conseqüências da utilização do ambiente pelo ser humano? Qual a relação existente entre o ser humano e uma APA? Poderia formular aqui diversas perguntas nesse mesmo sentido, mas, infelizmente, no geral, temos que declarar que a relação do ser humano com seu meio ambiente não é boa nem satisfatória. Temos que pontuar as exceções. O fato é que aqui reside o ponto inicial da nossa discussão, relativa à implantação de uma APA. Continuo a perguntar: "quais as causas que levaram as pessoas a praticar tantas e tão variadas agressões contra o ambiente em que vivem e ensejar a criação de áreas de proteção ambiental?".

De outro lado, o que poderia ser feito para resolver essa questão? Conversando com uma jornalista, ela me disse que a APA é um mal necessário. É como se fosse um quebra-molas na estrada.

Por que isso? Por que a pessoa não foi trabalhada e está afastada de uma realidade que parece intransponível? Nossas relações de Governo estão distanciadas das relações humanas. Há muitas leis no País. Se fosse por conta delas, este País certamente seria a maior das maravilhas, pois o que mais temos são leis.

O Prof. Edésio lançou recentemente um livro que se chama "Geologia Urbana". Eu pensava que jamais iria ler um livro de Geologia, mas ele cita exemplos importantes. Não entro na Geologia, fico na minha área, e observei que a dificuldade que temos no que se refere à legislação é uma herança de mais de 20 séculos, vem do direito romano. Um tabu quase intransponível é o do direito de propriedade, que atribui ao proprietário o direito de usar, dispor e até de abusar. E como abusaram do nosso ambiente durante estes 20 séculos.

Verifiquem os senhores que nossa legislação data de 1980, tem 20 anos apenas, é recente. O decreto da criação da APA é mais recente ainda. Se sou proprietário, detentor do direito de usar, dispor e abusar, ponho fogo, queimo, poluo. É certo que já houve alterações em nossa legislação, mas tudo isso é muito pouco porque nosso legislador, ao formular as questões da política ambiental, limitou-se, no art. 1º, inciso VII, da lei que determinou a criação da política ambiental das áreas de proteção ambiental, a uma questão simples: compete ao Governo orientar as escolas, ao formularem seus currículos, no ensino da matéria pertinente à ecologia. Isso é muito pouco. Esse distanciamento tem de ser desmantelado. Temos de trabalhar a pessoa e desmantelar esse processo pela educação ambiental.

O Ivson deu um exemplo, ele está em uma APA imensa; estamos na serra do Cipó, em outra APA imensa. Pergunte a alguém lá para que serve e o que é uma APA. Eles só sabem que serve para coibir e para punir. Diante da ignorância, da falta de conhecimento, não temos a consciência. Há hoje um nexos de causalidade entre o conhecimento, a consciência e a atitude. Se não temos conhecimento, não temos consciência e nossa atitude nem sempre será a melhor, principalmente na questão ambiental. Jogo o lixo, poluo, jogo meu esgoto, queimo, faço o que quiser.

Hoje, na serra do Cipó estamos trabalhando para conscientizar nossa juventude. Também trabalhamos com adultos e velhos, mas acreditamos na consciência do futuro, só assim a próxima geração terá condições de enfrentar esses problemas. Seguimos o lema do Manuelzão: na serra do Cipó, todo dia é dia de meio ambiente. E todo território é de proteção ambiental.

Se tenho consciência de que tenho de tráfegar e respeitar, não preciso de quebra-molas. Se tenho consciência de que não posso queimar nem poluir, para que fixar essa lei punitiva, coibidora, constrangedora?

Dou meu aval às APAs, cumprimento os coordenadores que estão trabalhando da melhor forma possível. É importante que haja uma parceria maior, uma co-gestão, como disse o Gil, uma divisão de poderes. É difícil trabalhar com o poder constituído. Se ele não abrir suas portas para a comunidade, continuará a haver várias coisas, e o povo continuará a distância. Hoje, a única participação do povo no Governo é elegê-lo. Feita a eleição, estamos distantes. É necessária essa parceria; é necessário que o Governo comece a entender que, sem o conhecimento, a consciência, não haverá nunca uma atitude. E o Governo continuará a coibir, fazendo proibições e restrições.

Não estou aqui para criticar, mas para dar as mãos ao Governo, para dar esse testemunho e dizer que todo dia é dia de meio ambiente. Todo território é de proteção ambiental. Gostaria que essa lei fosse alterada circunstancialmente por que temos algumas áreas especiais. Então, não seria área de proteção ambiental, mas área especial de proteção ambiental, em todo território nacional, em todo o mundo.

Não sendo assim, é uma falácia, há uma situação indesejável. Este testemunho é dado por uma pessoa otimista, por uma pessoa do povo que quer o desenvolvimento e, antes de tudo, respeita e defende o meio ambiente, quase como um talibã.

O Sr. Presidente - Iniciaremos a nossa fase de debates, informando que as perguntas poderão ser dirigidas à Mesa por meio do formulário que está sendo distribuído, ou oralmente. Solicitamos às pessoas que fizerem uso do microfone que o façam sendo o mais breve possível, que se identifiquem para efeito de gravação. Está dispensada a formalidade dos cumprimentos, para que possamos agilizar os debates.

Debates

O Sr. Deodoro Batista de Souza - Sr. Presidente, minha intenção era cobrar um passivo cronológico, mas parece que a tolerância não é tão grande em relação ao filme institucional da mineradora e tem 90 minutos.

- Procede-se à apresentação de transparências.

Mas, acreditando que uma imagem vale mais que mil palavras, gostaria de fazer uma descrição das fotografias apresentadas pelo Gil César. A primeira fotografia é o cenário da antiga Lavra Vermelha, onde existia a gruta. Este local é a entrada da gruta que tinha aproximadamente 12m de altura. Na apresentação do projeto foi descrita como insignificante caverna, camuflada por muito tempo, porque tinha importância tão grande, como talvez a Lapinha.

Essa foto é o cenário provocado pela extração de carbonato de cálcio. Não queremos ser fundamentalistas, nem radicais, aquele filme institucional não nos impressiona. Sabemos da necessidade do desenvolvimento, do progresso, da extração de produtos minerais, mas nos preocupamos com o passivo ambiental. Será que teremos essa poluição visual? Será que isso ficará assim? Quais são as condicionantes? Será que a SOEICOM respeitará, fará um parque temático, e recomporá a vegetação existente? É essa a minha preocupação.

Imaginem se a SOEICOM chega à exaustão dessa mina e larga o ambiente desse jeito?

O Sr. Presidente - Pergunta de Cristine, dirigida ao Prof. Marcos Vinícius, do Projeto Manuelzão: "A Lei nº 9.433 prevê a cobrança de taxas pelo uso de recursos hídricos sujeitos a outorga a ser cobrada de acordo com o tipo de lançamentos de esgotos e demais resíduos líquidos e gasosos. Em vez de existir uma gestão de recursos hídricos, deveria existir uma gestão ambiental que gerisse os recursos hídricos.

Digo isso, porque acho que não deveria ser permitido o lançamento de qualquer tipo de poluição em qualquer curso d'água. Assim sendo, não seria necessária a cobrança de qualquer taxa. A empresa poluidora deveria usar o dinheiro das taxas para tratar o esgoto que lança no rio.

O Sr. Marcos Vinícius Poliguano - Concordo. Quero aproveitar essa intervenção para dizer que a visão de gestão ambiental tem de ser no sentido mais global. O Edésio diz que não adianta discutir a questão da água, porque a água é terra dependente. Se não levarmos em consideração o que está sendo feito com a apropriação do solo, estaremos lesando os recursos hídricos. As mineradoras são um dos setores que mais extraem do solo, afetando os recursos hídricos. A poluição dos setores industriais e das empresas de saneamento deve ser levada em consideração num planejamento global.

Avalio que o seminário caminhou para o seguinte sentido: as pessoas procuraram, durante as exposições, ser tecnicamente corretas e politicamente fracas. Praticamente, o que está ocorrendo com as áreas de preservação é exatamente o contrário. Existe uma contradição muito grande entre o discurso e a prática. Essa tem sido a posição do projeto. Não estaríamos convocando as pessoas na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais para discutir APAs, se elas realmente fossem preservadas. Tenho a certeza disso. Lamentavelmente, vemos os setores se defendendo, um tentando jogar o abacaxi na mão do outro.

Uma bacia hidrográfica é extremamente heterogênea. É lógico que em determinados pontos os impactos são diferentes. Não há como negar o impacto das mineradoras no alto do rio das Velhas. Por mais que se façam filmes.

Se soubesse que o IBRAM iria mostrar o filme, também traria o meu filme, porque há outra versão da história. Historicamente a bacia do rio das Velhas foi degradada desde os séculos XVII e XVIII. O que ficou de riqueza nos municípios que foram explorados, desde a época do ouro? Podemos perguntar à Vice-Prefeita de Raposos qual a riqueza que a população usufrui.

A Sra. Nancy Souto - Hoje, Raposos tem um índice elevadíssimo de desemprego, de pessoas portadoras de silicose, doentes, sem hospital nem médico capacitados para atendê-las. Elas têm de ser atendidas no Hospital Júlia Kubitschek, no Barreiro, e morrem sem serem assistidas.

Ao longo do tempo as nossas autoridades fecharam os olhos, e as mineradoras não têm feito nada. Quando criança, brincava às margens do rio das Velhas e tinha meus calcanhais rachados de tanta silicose. Os animais morreram, as matas ciliares acabaram e a mineração Morro Velho não fez nada. Existe uma especulação imobiliária muito grande, o metro quadrado é muito mais caro do que muitas regiões de Belo Horizonte.

É um absurdo, mas é realidade. Ninguém consegue emprego. Essa mineradora atraiu muitas pessoas que vieram da zona rural, largaram seus campos e pensaram que teriam trabalho, mas isso durou pouco tempo. Hoje a mineração está inativa, e o povo está sem perspectiva.

O Sr. Marcos Vinícius Poliguano - Há um ditado popular que fecha bem a questão: "Na casa que falta pão, todo o mundo briga, e ninguém tem razão".

O rio das Velhas está morrendo, as águas estão secando e a escassez será para todos.

O Sr. Presidente - A próxima pergunta é dirigida ao Sr. Renê Vilela: "A redução de IPTU como incentivo econômico é um bom caminho para que uma política ambiental urbana seja implementada pela população?"

O Sr. Renê Vilela- É um ótimo caminho. Em Belo Horizonte há o exemplo da reserva ecológica, que é uma similar da reserva particular do patrimônio natural, aplicada à área urbana. Esse é um instrumento extremamente positivo e poderia ser estendido. Aliás, há um vazio na legislação que depende de uma ação pró-ativa dos municípios.

Concordo com a posição do Gil César sobre a necessidade de se regulamentar uma lei proposta na Constituinte. Há também proposta importante de legislação estadual a ser apresentada e regulamentada pela Assembléia Legislativa. Hoje há um vazio entre a passagem da área rural para a urbana. A RPPN garante a isenção do imposto que o INCRA recolhe, mas ainda não temos esse instrumento implantado nos municípios, com exceção de Belo Horizonte.

Quero solidarizar-me com a Vice-Prefeita de Raposos e dizer que novamente, através de um trabalho da sociedade civil, em parceria com a Assembléia Legislativa, foi realizada audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos desta Casa, em Nova Lima, com mais de mil pessoas

silicóticas, inválidas. Na verdade o passivo ambiental inclui esse passivo social.

Tenho confiança de que a mineração terá a sua continuação garantida na medida em que se ajuste aos padrões mínimos de respeito ao ser humano. A questão silicótica é prioritária. Tenho a certeza de que muitos problemas serão resolvidos com o apoio da sociedade civil em trabalho conjunto com esta Casa.

O Sr. Presidente - Nesta Casa há solicitação de CPI sobre a Mineração Morro Velho, e a designação de seus membros se dará na próxima terça-feira, dia 13. Vamos passar agora à intervenção oral do engenheiro Odair Santos Júnior, que representa o Conselho Estadual de Saúde e a Câmara Técnica de Meio Ambiente e Saneamento.

O Sr. Odair Santos Júnior - Em primeiro lugar, apresento meus cumprimentos à Assembléia Legislativa, na pessoa do Presidente da Mesa, Deputado Ivo José, pela realização deste ciclo de debates. Estendo meus cumprimentos a toda a Mesa e particularmente cumprimento o Prof. Apolo Heringer pelo trabalho desempenhado no âmbito do Projeto Manuelzão. Quero crer que este ciclo de debates se constitui em um desdobramento natural daqueles eventos realizados ao longo dos anos 90 nesta Casa, particularmente os seminários legislativos Águas de Minas e Saneamento é Básico.

Há que se reconhecer também o trabalho do Governo de Minas para dotar vários municípios de Minas de estações de tratamento de esgoto, evitando, de certa forma, a poluição de nossos cursos de água. No entanto, imbuído da condição de Conselheiro Estadual de Saúde e de membro da Câmara Técnica de Meio Ambiente, Saneamento e Saúde deste Conselho, trago a este Plenário a nossa preocupação quanto ao desdobramento de um processo de transposição de esgotos, embora tratados, oriundos da estação de tratamento de esgotos de Nova Contagem e Retiro, previstos para serem transpostos para um curso de água no Município de Esmeraldas. Nessa transposição de bacias, esse lançamento de esgotos provocará um aumento de 14, 25 vezes a vazão natural desse curso d'água e, além do mais, ele efetivamente será lançado próximo às nascentes desses cursos de água.

Na condição de cidadão, requeiro, então, à Assembléia Legislativa - e particularmente levo ao conhecimento dos demais - que esse assunto seja debatido amplamente em outro evento nesta Casa. Apresento meus cumprimentos a todos pela realização deste evento. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Agradeço ao Odair Santos Júnior. Temos aqui uma intervenção do Sr. Hélio Emiliano Moreira, da Vibra, ONG ligada à bacia do Arrudas. Ele pede à representante da APA Sul, Ana Paula Bax, que o mantenha informado das próximas ações dessa entidade e que lhe sejam enviadas publicações. Solicita ao René Vilela que comente a lei ambiental que tramita no Congresso e pede opinião do Sr. Albino sobre a estrada ecológica que dá esperança a todo o Estado. Ouviremos primeiramente a representante da APA Sul; em seguida, o Sr. René e depois o Sr. Albino.

A Sra. Ana Paula Bax - Sr. Hélio, encaminharei todo o material e a legislação que temos disponível sobre a APA Sul. Quanto aos eventos da APA Sul, inicialmente são as reuniões do Conselho, em que são debatidos vários assuntos de interesse da área. Com o início dos trabalhos de zoneamento, estaremos intensificando essas reuniões para garantir a transparência e a democratização do processo de zoneamento, ao contrário do que foi dito aqui algumas vezes, de que não daremos transparência a esse processo. A intenção da SEMAD é justamente dar transparência e democracia ao processo de zoneamento da APA Sul, para que ele seja efetivado de uma maneira tranqüila e que realmente se torne factível em termos municipais e estaduais.

O Sr. René Vilela- Sr. Hélio, não sei especificamente a qual lei o senhor está se referindo. Mas queria aproveitar para dizer da importância da sociedade civil acompanhar no Congresso a proposta de lei que transfere para a União o controle pleno sobre as águas subterrâneas. Concorro totalmente com o que disse o nosso amigo Poliguano e só queria dizer que estão sendo rebaixados os níveis dos lençóis em Itabirito, na bacia do Bação, do Carioca, do Ribeirão Macacos, no Mutuca e em muitos outros mananciais. Os principais mananciais subterrâneos do alto Rio das Velhas estão sendo transferidos para as mãos de uma ou duas empresas, que estão explotando essas águas, expondo-as a um processo de contaminação e implantando sistemas artificiais, violando completamente as condições necessárias para a perpetuação desses lençóis.

Este é um assunto extremamente importante e queria aproveitar a presença do Otávio Freitas, nosso representante na Câmara de Atividades Minerárias, e fazer um convite a todos. Na segunda-feira... Foi cancelada. É uma pena porque havia sido convocada uma reunião extraordinária da Câmara de Atividades Minerárias do COPAM para discutir uma nova política para o setor, que é uma luta antiga nossa. Mas tenho esperança de que em breve tenhamos a abertura desse debate e que todos possam contribuir. Obrigado.

O Sr. Hélio Emiliano Moreira - Eu me referia ao fato de o relator ser ruralista e à questão da mata Atlântica. E há a questão abordada agora, dos lençóis freáticos e da CMM, do Sr. Antônio Ermírio de Moraes. Em Paracatu, há o problema do níquel. Saiu até uma reportagem no "Estado de Minas" e na "Folha de S. Paulo". É um problema que esta Casa deveria olhar com atenção, porque é seriíssimo. E gostaríamos de participar dessas audiências públicas.

O Sr. René Vilela- Queria dizer, Sr. Hélio, que esse exemplo do Código Nacional Florestal que o senhor mencionou é muito semelhante ao nosso aqui, quando os interesses coletivos, de uma certa maneira, são colocados em risco pela pressão dos interesses de um setor específico, lamentavelmente numa visão míope, equivocada, porque a riqueza da biotecnologia, seja da floresta amazônica, seja da mata Atlântica, está sendo transferida hoje para grandes empresas multinacionais. E a preservação é essencial também até como alternativa para novas economias, com valor mais agregado que, por exemplo, o minério, que tem, sim, suprimido a mata Atlântica.

O caso de Vazante, Deputado, que foi objeto de audiência pública desta Casa, é dos mais graves relacionados com o rebaixamento de nível d'água que conheci em Minas Gerais. Nesta semana realizamos a primeira reunião das entidades civis de Vazante, Brumadinho, Itabirito, Ibirité, Belo Horizonte, Lagoa Santa, Caeté, Sabará, Nova Lima e mais alguns municípios, para que tenhamos uma abordagem em conjunto das implicações e dos riscos trazidos pelo rebaixamento de nível d'água de lençol freático em Minas Gerais. Há empresas explotando milhões de litros d'água por dia, sem nenhum controle social disso. E mais, com licenças concedidas de maneira flagrantemente irregular. Estamos até contestando a forma dos recursos dentro do COPAM. Precisamos de maior força para mudar isso. Obrigado.

O Sr. Albino Batista Gomes - Sr. Hélio, pode até ser esperança, mas para nós é preocupação constante o asfaltamento da Rodovia MG-10, trecho Cardeal Mota-Conceição do Mato Dentro. E, de ecológica, não vejo nada. Na realidade, isso é uma falácia. O que ocorre é uma verdadeira destruição. É importante que a estrada seja pavimentada, mas os cuidados ambientais têm de ser assegurados, e não há nada que assegure as medidas compensatórias do passivo ambiental já degradado e dos futuros estragos. Não há nada que assegure que ela realmente será uma estrada planejada, cumprida de acordo com aquilo que já foi licenciado e devidamente aprovado. É preocupação nossa, Deputado, que se cumpra rigorosamente aquilo que foi estabelecido nos termos de compromisso. Se forem cumpridos todos aqueles compromissos ali pactuados, acredito que os impactos serão minimizados.

O Sr. Presidente - Tenho uma pergunta dirigida ao Sr. Gil César, formulada pelo Sr. José Maurício, do IBRAM: "O senhor sabe por que o laudo do Pratini de Moraes foi encaminhado ao CETEC?". Ele está se referindo à serra do Curral.

O Sr. Gil César Moreira de Abreu - Não sei por que foi encaminhado ao CETEC. Acredito que foi a própria Promotoria, onde esse laudo está. Até li ontem declaração do Promotor Jarbas Soares, que diz, se não me engano, que o laudo do Prof. Pratini está sendo discutido e que ele está aguardando... Com certeza, ele também consultou o CETEC, e, da mesma maneira que Lagoa Santa, através do Projeto Manuelzão, está procurando uma parceria - e já foi até assinado pela Prefeitura - com o CETEC para as questões relativas às erosões existentes nas encostas da lagoa. Tive oportunidade de trabalhar com o CETEC quando Secretário e tive uma resposta muito boa.

O laudo do Prof. Pratini não é para inglês ver. É muito simples. A mulher dele fotografou isso, e essa exposição esteve - e deveria estar - em muitos outros lugares. Fui visitar a exposição, e ela é um testemunho claríssimo da devastação. Quanto a isso, não há dúvida. Quando começo a falar sobre determinados assuntos, observo um riso em determinado setor. Isso aconteceu na audiência em Lagoa Santa e aconteceu aqui na Assembléia. E dei a resposta no ato. Se estou falando qualquer coisa que contrarie alguém ou que seja uma inverdade, chamo a pessoa para discutir, como fiz em Lagoa Santa. E como já estou vendo que, quando falo, há determinado riso singular de uma representação de uma entidade privada e como conheço essa entidade, não me impressiono nem me assusto. Pelo contrário, é uma maneira de não debater. O riso é uma fuga para aquele que não tem condições de debater os assuntos. Acredito que respondi a quem me fez a pergunta e, mais uma vez, falei demais.

O Sr. Marcelo Fonseca - Senhoras e senhores, boa noite. É com grande alegria que gostaria de louvar a idéia da Assembléia de promover este evento. Queria registrar também que a APA das Andorinhas está novamente esquecida no que tange à colocação no "folder" e a um direcionamento que poderíamos colocar sobre sua implantação. E isso não é privilégio da Assembléia. Já tivemos problemas de esquecimento com a SEMAD, com o IEF, com a Polícia Florestal, mas sabemos que isso vai mudar a partir de agora, com essas participações e novidades que estão acontecendo.

Quero apoiar a Dra. Patrícia, que disse que não são somente as mineradoras que poderiam degradar. Ela falou também da ocupação, do crescimento demográfico, da agricultura e se esqueceu da pecuária. Mas eu gostaria também de convidá-lo, assim como a todos os presentes, para visitar a APA das Andorinhas. Nos últimos quatro anos, tivemos um decréscimo populacional em alguns distritos. Nossa produção agrícola e pecuária também vem diminuindo muito por causa das imposições e restrições colocadas para a APA. Também entendo que outras ações devem ser providenciadas. Como foi dito aqui, a água é um mineral. Cobramos "royalties" de minerais e de extrações minerais, mas nos esquecemos da água que vai nos minerodutos. Chega a 80% a água que sai do nosso Estado e é vendida por algumas empresas em seu destino. Esquecemo-nos, ainda, de tributar a transferência do minério que sai de uma filial para outra. Consta como "simples remessa" nas notas.

Outro detalhe, na anistia ou na isenção de impostos colocada agora: só o Município de Ouro Preto deverá perder cerca de R\$200.000,00, principalmente com Vale do Rio Doce, SAMARCO e SAMITRI. Por isso, solicito a atenção dos membros desta Casa a fim de que cobrem outras ações do Governo, não apenas para que ele contribua com a criação de outras APAs. Não adianta apenas dizer que serão colocados duzentos e poucos mil reais para o zoneamento da APA. Isso não adiantou em outras APAs, e acreditamos que somente isso também não bastará para Ouro Preto. Espero voltar, em breve, para louvar essas ações. Muito obrigado.

O Sr. Ronald de Carvalho Guerra - Eu queria uma informação, para entender melhor. Fiquei um pouco confuso com a fala da Ana Paula Bax a respeito do zoneamento da APA das Andorinhas. Esse zoneamento vai ficar sob a gestão do IEF? Ficou definido isso? Então, não é o mesmo caso da APA Sul?

A Sra. Ana Paula Bax - Não. O projeto de zoneamento da APA das Andorinhas foi encaminhado para o Ministério do Meio Ambiente pelo IEF. Então, será coordenado por ele. O zoneamento da APA Sul é coordenado pela SEMAD por uma determinação da lei que criou a APA Sul recentemente.

O Sr. Ronald de Carvalho Guerra - Outra questão: em que situação está a formação do conselho de gestão da APA?

A Sra. Ana Paula Bax - O conselho da APA já havia sido criado anteriormente. Trata-se de um decreto antigo, se não me engano, de 1986 ou 1987, e tivemos que nos adequar à legislação vigente para que o conselho estivesse de acordo com ela. Essa proposta já está pronta e foi encaminhada ao setor jurídico do IEF, que é o órgão responsável pela gestão das APAs no Estado, para análise. A devolução desse parecer jurídico estava prevista para esta semana, mas houve um pequeno atraso, e ele deverá ser encaminhado à SEMAD no início da próxima semana. Quando chegar esse parecer, se houver necessidade de algum ajuste, ele será providenciado pela SEMAD. Depois será encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado, para parecer.

O Sr. Ronald de Carvalho Guerra - Acho muito importante a gente ter um conselho efetivado e que o zoneamento se dê de uma forma bem participativa, envolvendo todos os grupos representativos.

O Sr. Presidente - Obrigado, Ronald. Temos aqui uma pergunta encaminhada pelo Sr. Célio dos Santos, da UAI - União Ambientalista de Itabirito, que dirige sua pergunta ao Prof. Osvaldo Machado: "O Projeto Manuelzão, para ampliar sua eficácia, deverá ter abrangência até os lençóis aquíferos freáticos que alimentam e mantêm as nascentes formadoras das bacias hidrográficas que formam os córregos, riachos e cursos d'água que formam o rio das Velhas, tão ameaçado de desaparecer pela prática atual de rebaixamento de lençóis freáticos pelas mineradoras. O que acha disso?".

O Sr. Osvaldo Machado - Eu vou pedir licença ao Célio para não responder a essa pergunta. Se o fizesse, iria situar-me no "achismo", coisa que não faço. Sobre o que não entendo, não falo e não respondo. Mas posso pedir ao Edésio, que é geólogo, para responder a essa pergunta.

O Sr. Edésio Teixeira de Carvalho - Olha, se a mineração tiver sido autorizada, as conseqüências virão, não é? O lençol freático, com certeza, vai sofrer o rebaixamento. Esse rebaixamento poderá ser estudado com antecedência. Evidentemente, o processo que permite a liberação da lavra pode estabelecer limites: "Vai-se lavar até tal ponto. Daí para a frente, não, porque não toleramos o rebaixamento abaixo de determinado nível". O que ocorre com a mineração a céu aberto é que, às vezes, o rebaixamento é, de fato, temporário e poderá haver recuperação posterior à exaustão e ao processo de abandono.

Quanto à situação de Itabirito, já participei, juntamente como o Renê Vilela, de uma reunião na UAI, mas eu não tinha os dados. Não tendo os dados, eu não podia falar concretamente sobre o problema do rebaixamento.

O Sr. Presidente - Obrigado, Prof. Edésio. Temos uma informação encaminhada à Mesa pelo representante do IBRAM, Sr. João Carlos de Melo. Ele disse que alguém teria dito aqui que os dados levantados pelo IBRAM - tabelas e quadros - são uma falácia. Mas ele está dizendo que os dados se encontram à disposição da Assembléia Legislativa para qualquer avaliação e averiguação. Ele deixou um disquete e outro material para futuras averiguações. Como não temos outras questões apresentadas nem pedidos de intervenção, consultamos os debatedores se alguém quer fazer mais algum comentário antes de encerrarmos.

O Sr. Renê Vilela - Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria apenas de compartilhar mais um pouco com todos. Boa parte dos presentes já são nossos parceiros. Encontramo-nos sempre e temos trabalhado em conjunto. Outros, ainda não. Por isso, quero convidar a todos os que quiserem

contribuir a trabalhar juntos e nos aproximarmos uns dos outros, a fim de trocar informações estratégicas essenciais e definir nosso futuro e a sustentabilidade de nossa vida. Hoje, há um movimento crescente nesse sentido, não somente aqui. Já estivemos em Itabirito, em Itabira e em muitos outros municípios. É espantoso. Parece que as populações adormeceram em um vácuo em que a participação direta nesses debates era vedada de alguma maneira. Hoje, não. Hoje, o cidadão de Pompéu e de todos os municípios por onde temos passado participam. Parece que foi cometida uma violência contra as pessoas. Muitas vezes elas têm suas casas trincadas, seus pulmões obstruídos, sua água desaparece e sua dignidade é violada. Parece que agora tudo isso resolveu aflorar. Esse movimento é maravilhoso porque busca a ética na atuação da solidariedade, da confiança. Junto-me ao Osvaldo porque eu também sou muito otimista. Se não fosse assim, não me envolveria em tantas questões áridas, em tantos embates que muitas vezes exigem de nós perseverança, que é construída em conjunto. Quero propor a todos que nos encontremos mais. O Projeto Manuelzão é uma experiência maravilhosa e tem propiciado o diálogo entre posições divergentes. Em nossa sociedade é muito difícil assentarmos com visões diferentes e tentarmos discutir. Há pontos que são indiscutíveis, mas temos de usar todas as nossas possibilidades para viabilizar aquilo em que acreditamos ser justo e mais coerente. É uma questão, acima de tudo, ética, não é técnica nem política. Para pessoas com posições diferentes se assentarem à mesa, é necessário que haja predisposição, integridade e idoneidade. Elas têm de dizer a que vieram e aonde querem chegar sem omitir informações. Deputado, para nós este espaço é muito bom porque quanto mais luz, maior transparência em tudo o que defendemos, mais força teremos. Muito obrigado. Parabéns pelo evento.

O Sr. Marcos Vinícius Poliguano - Em nome da coordenação do Projeto Manuelzão, quero agradecer à toda a comissão organizadora da Casa na pessoa do Deputado Ivo José. Na verdade, há três meses estamos trabalhando na organização deste evento. Acho que cumprimos mais uma vez o papel de promover o debate, pois só assim será possível o entendimento. Vivemos numa mesma sociedade, dentro de uma mesma realidade, e, sem dúvida, a superação dos problemas e da dificuldade só se dará se todos encontrarmos um caminho. Esta é a mensagem que o Projeto trás. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Manifestamos a nossa satisfação em participar, mais uma vez, de um ciclo de debates dentro do movimento Minas em Defesa das Águas, hoje tratando da bacia do rio das Velhas. Esperamos que os participantes tenham conseguido atingir a expectativa que tinham com relação a este seminário. Certamente o debate não se esgota aqui. Como disseram alguns debatedores, o contraditório e a transparência são muito importantes. A Assembléia Legislativa está aí como um instrumento que esperamos seja utilizado cada vez mais pela nossa sociedade, pelas organizações, para que possamos evoluir e recuperar o passivo, o déficit ambiental, que a sociedade está a nos cobrar. Que todos nós, cada um no seu espaço, na sua instituição, na sua representação, contribuamos para avançar mais rapidamente nesse sentido.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece aos ilustres expositores, às demais autoridades, aos participantes e ao público em geral a honrosa presença e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 12, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 212ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 18/12/2001

Presidência dos Deputados Antônio Júlio e Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Suspensão e reabertura da reunião - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Miguel Martini; discurso do Deputado João Leite; aprovação; verificação de votação; rejeição do requerimento - Questões de ordem - Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.967; requerimento do Deputado Gil Pereira; discurso do Deputado Miguel Martini; questão de ordem; discurso do Deputado Amílcar Martins; questões de ordem; anulação do recebimento do requerimento; votação do veto ao art. 22, §§ 10, 11 e 11-A e aos arts. 213, §§ 1º e 2º, e 215, incisos I a IV, todos da Lei nº 6.763, de 1975, introduzidos pelo art. 1º da proposição e ao art. 17, salvo destaques; chamada de votação secreta; rejeição; votação do veto ao § 4º do art. 7º; ao art. 15; ao art. 22 e seus §§ 1º e 2º; ao art. 23 e incisos e §§ 1º e 2º; ao art. 24 e ao art. 30, salvo destaques; chamada de votação secreta; rejeição; votação do veto ao art. 9º e seu parágrafo único; discursos dos Deputados Miguel Martini e João Leite; questão de ordem; chamada de votação secreta; manutenção do veto; votação do veto ao art. 16; chamada de votação secreta; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; questões de ordem - Palavras do Sr. Presidente - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Aduato - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Haueisen - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Carlos Pimenta, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 40 minutos, para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião a Proposta de Emenda à Constituição nº 60/2001, em virtude da sua apreciação na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini solicitando inversão da pauta da presente reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 162/99 seja apreciado em último lugar. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminho favoravelmente ao requerimento do Deputado Miguel Martini. Esse projeto é de autoria do Deputado Ronaldo Canabrava, Prefeito de Sete Lagoas. Desde 1999, o projeto tramita na Assembléia Legislativa. Tive oportunidade, na discussão de ontem, de falar sobre isso. Esse projeto foi apresentado com 4 artigos e receberá, no momento em que entrar em votação, um substitutivo com 15 artigos. A nossa posição, Sr. Presidente, é que essa matéria é complexa, e deve merecer, por parte dos Deputados, uma apreciação cuidadosa. Esse projeto, que trata de débitos do IPVA, deverá abrigar esse substitutivo, que traz anistia de pagamento do IPVA de 1997, 1998 e 1999, de multas de 1997, 1998, 1999, parcelamento de débitos do IPVA e a isenção de pagamentos do IPVA de proprietários de furgão, van ou perua com 15 ou mais anos de fabricação.

Então, foi promovida uma mudança nesse projeto, que já tramitou com dificuldades na Assembléia. Ele foi apresentado em 1999 e até hoje não foi aprovado. Já era um projeto polêmico e agora é mais, porque recebeu uma nova formatação dos Deputados. Por isso, creio que é necessária a sua volta às comissões. Sei que já existe uma solicitação do Líder do PT, Deputado Adelmo Carneiro Leão, de que seja apreciado pela Comissão de Justiça. Concorde com ele, até porque precisamos conhecer a legalidade e a constitucionalidade dessa nova versão do projeto. Respeitamos a proposta, mas precisamos ter mais tempo para apreciá-la no espaço competente, que são as comissões que devem emitir parecer sobre essas matérias.

Deparamo-nos com uma mudança muito grande nesse projeto. Ele tinha 4 artigos e recebeu um substitutivo com outros 15. Então, não é possível deliberarmos em Plenário sobre todas essas mudanças. O Regimento é sábio ao exigir que o Presidente, por ofício ou a requerimento, retorne a matéria para análise das comissões. E é isso que queremos: que as comissões apreciem essas mudanças. Precisamos representar o povo de Minas Gerais com muita força, com muito cuidado. Para isso, é necessário que as comissões apreciem as mudanças propostas. Não se trata de uma simples mudança no projeto, e pretendemos lutar para ganhar tempo. Mais ainda, pretendemos que os Líderes e demais Deputados busquem o entendimento ao final dos trabalhos deste ano, para aprovarmos uma pauta mínima que abrigue projetos que não tragam polêmica para o Plenário. Os projetos que demandam tempo maior para o entendimento não deveriam ser votados agora, como o Projeto nº 162/99. Seriam incluídos apenas os que já receberam o apoio do Plenário para sua votação. Teremos a votação do orçamento, e, depois, os trabalhos da Assembléia serão encerrados.

Portanto, proponho que os Deputados e seus Líderes busquem o entendimento para elaborarmos uma pauta mínima com os projetos acordados para a votação. Vamos deixar os que estão impedindo a votação. O Projeto de Lei nº 162/99 é um desses. Existe outro, sobre o qual não tínhamos dificuldades. Mas, devido a mudanças propostas, surgiram obstáculos. Trata-se daquele que estará abrigando 14 novas taxas.

Não estamos de acordo e lutaremos contra a criação de novas taxas, como a de licenciamento de veículos. Não há entendimento quanto a esses projetos. Vários partidos já se manifestaram contra a anistia de IPVA, de multas e criação de novas taxas. Não há sentido colocarmos na pauta projetos que impedirão a votação.

Faço proposta para nos reunirmos, buscarmos entendimento, colocando na pauta projetos já consagrados pelo Plenário da Assembléia. Sei, por exemplo, do trabalho exaustivo do Deputado Mauro Lobo em relação ao orçamento. Ele, como Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e relator da matéria, fez um belíssimo trabalho, buscando entendimento amplo entre os Poderes, entre os Deputados. Assim, não teremos problemas na votação do Orçamento do Estado.

O Projeto de Lei nº 1.512/2001, que muitas pessoas estão acompanhando nesta manhã, já conta com o entendimento dos Deputados para sua aprovação.

Vamos buscar entendimento e colocar na pauta projetos que não trarão polêmica e vamos aprová-los sem problemas. Os que criam taxas, não queremos votar ou votaremos contra. Também quanto aos projetos que anistiam os débitos de IPVA e multas, não há consenso. Nosso encaminhamento, portanto, é pela aprovação do requerimento do Deputado Miguel Martini. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado João Leite - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à chamada de verificação de votação.

O Sr. Presidente - Votaram "não" 31 Deputados. Votaram "sim" 8 Deputados. Está, portanto, rejeitado o requerimento do Deputado Miguel Martini.

Questões de Ordem

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Um dos investimentos caros que esta Assembléia fez foi com a instalação do painel eletrônico, com o objetivo de permitir ao cidadão mineiro acompanhar o trabalho dos Deputados. Para surpresa de muitos de nós, o painel encontra-se desligado neste momento. Gostaria de saber que problema impede seu funcionamento e que medidas a Presidência tomou para que volte a funcionar a tempo de registrar; ao final desta sessão legislativa, os votos dos Deputados.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Adelmo Carneiro Leão que todo sistema eletrônico dá pane. O painel do Plenário sofreu pane, e esperamos regularizar a situação ainda hoje, na parte da manhã.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, contei os Deputados em Plenário, e não são mais que 35; além disso, alguns Deputados chegaram depois do processo de votação. Como há contagem, fica difícil saber se não houve confusão por parte da assessoria. Precisaria ter segurança de que 39 Deputados estão presentes para votar.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Miguel Martini que a contagem foi feita corretamente, sendo que alguns Deputados, mesmo em Plenário, abstiveram-se de votar.

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.967, que altera dispositivos da Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do Veto ao art. 22, §§ 10, 11 e 11-A; aos arts. 213, §§ 1º e 2º e 215, incisos I a VI, todos da Lei nº 6.763/75, introduzidos pelo art. 1º da proposição; ao art. 9º e parágrafo único; aos arts. 16 a 18; e pela rejeição do veto ao § 4º do art. 7º; aos arts. 15 e 20; ao art. 22 e §§ 1º e 2º; ao art. 23, incisos e §§ 1º e 2º, e aos arts. 24, 25 e 30.

Foram deferidos os requerimentos de votação destacada do veto ao art. 9º e seu parágrafo único e aos arts. 16 a 18 e 20 a 25.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Gil Pereira, em que solicita que os vetos aos arts. 16 a 18, destacados, sejam apreciados englobadamente. Em votação, o requerimento.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui para encaminhar o requerimento do Deputado Gil Pereira, que solicita que os vetos aos arts. 16 a 18, destacados, sejam apreciados englobadamente. Solicitamos que os Deputados da Oposição, que são os Deputados da base governista, encaminhem o requerimento, mas não se mantenham em Plenário durante o processo de votação, porque percebemos que são eles que estão dando quórum para votação. E achamos que o painel é fundamental neste processo de votação. O Governo vetou a anistia de maneira envergonhada, porque denunciámos, no debate da Comissão, que feria princípios constitucionais e legais. Apesar disso, a base governista o aprovou. Basta ler as razões do veto para perceber que o Governador alega inconstitucionalidade em quase tudo. Mas o Governo quer a anistia. Então, orientou sua base para derrubar os vetos, porque poderia alegar que não foi o Governador, foi o Poder Legislativo. Nesse momento, cada Deputado é responsável pelo Poder Legislativo, que, encarregado de criar as leis, não pode descumpri-las.

É uma forma de este Governo, mais uma vez, achincalhar o Poder Legislativo. No ano passado, quando o Governo queria aquela "narcotaxa", a opinião pública se mobilizou, e aí ele disse que ia vetá-la. Só que já havia pedido à base governista para aprová-la. Então, tiveram de rasgar o Regimento Interno para poder resolver o problema que o próprio Governador criou com o Poder Legislativo.

Agora, mais uma vez, para os holofotes, o Governador, sorrateiramente, orienta a sua base para derrubar todos os vetos. Quero dizer que o PSB vai lutar pela manutenção de todos os vetos que foram opostos a esse projeto de anistia.

Sugiro aos Deputados que encaminhem esse requerimento ou esvaziem o Plenário, não participando da votação. Acredito que daqui a 5 minutos, meia hora, o painel já esteja consertado. Assim, poderemos votar.

O nosso encaminhamento é contrário a esse requerimento. Queremos que todos os requerimentos sejam votados separadamente, um por um. No caso, já foi iniciado o processo de votação do primeiro veto de ontem, mas todos os outros são passíveis de encaminhamento, razão pela qual pedimos que sejam encaminhados.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Estamos em processo de votação, Sr. Presidente. Precisamos de 39 Deputados em Plenário e temos somente 25. Então, peço a V. Exa. que faça a recomposição de quórum ou encerre, de plano, a reunião, uma vez que não há Deputados suficientes para a votação desse requerimento. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que há quórum para votação. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Amílcar Martins.

O Deputado Amílcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao longo dos últimos três anos o povo de Minas Gerais e os seus representantes da Assembléia Legislativa têm sido alvo de uma campanha orquestrada de desmoralização, de desrespeito, de falta de apreço. Hoje, com serenidade, trago uma palavra de convocação à honradez de cada Deputado que me ouve, à soberania desta Casa e de convocação à nossa independência em relação ao Poder Executivo, que não tem um gesto de respeito e de apreço pela Assembléia legislativa.

Ontem, todos nós lemos uma reportagem na revista "Veja", em que o Vice-Governador Newton Cardoso é acusado de reunir, de forma ilícita, uma fortuna. Nesse sentido, a revista foi muito generosa, não fez justiça a ele, porque fala em uma fortuna de R\$150.000.000,00, quando, na verdade, o povo de Minas Gerais sabe que ela é várias vezes esse valor.

Mas eu dizia que o Vice-Governador declara, na revista "Veja" que está nas bancas esta semana, que não temeu ser cassado no processo de "impeachment", quando Governador, porque "a maioria dos Deputados da Assembléia Legislativa estava no canhoto do meu talão de cheque". Quais Deputados de hoje já estavam nesta Casa então? Porque ele lançou uma suspeição, fez uma acusação à honradez de cada um desses Deputados e, mais do que isso, desta instituição. Os Deputados que foram contrários ao "impeachment" do Governador Newton Cardoso àquela época foram acusados por ele, na revista "Veja" que está nas bancas hoje, de terem sido comprados por ele: "estavam no meu talão de cheques". Foi o que disse o próprio Newton Cardoso.

Isso não me surpreende, vindo de um homem que explica sua fortuna, também textualmente, na mesma revista, dizendo que falsificava lança-perfume. Está lá, para quem quiser ler; para que o povo brasileiro e mineiro leia. Ele disse isso: que falsificava lança-perfume. Essa é a origem de sua fortuna, o começo. Essa é a atitude de um homem que não respeita a opinião pública, de um debochado, que ofende a todos nós e à

nossa consciência. Ora, alguma coisa tem de ser feita. E o principal avalista dos atos, do comportamento, da honradez e da moral do Vice-Governador é o atual Governador, Itamar Franco, que, por inúmeras vezes, tem repetido que Newton Cardoso é um homem honrado, correto e probo. Esse é o Governador que não respondeu à opinião pública quando a esposa do Vice-Governador, Maria Lúcia Cardoso, foi acusada, e confessou que o fez, de ter usado recursos públicos do SERVAS para beneficiar parentes; para pagar exames de saúde e mensalidades de universidade e de escola para seus sobrinhos. E o Governador Itamar Franco tem a desfaçatez de não se manifestar sobre isso, e, ao fazê-lo, está passando um atestado de que é co-responsável por gestos de corrupção deste Governo; assina em branco todos os atos de seu Vice-Governador. Aliás, essa é a dobrada preferencial que quer fazer: de um lado, Newton Cardoso; de outro, Orestes Quércia. Onde vamos parar, meu Deus? Newton Cardoso e Orestes Quércia! Essa é a fortaleza moral do Governador Itamar Franco, que não tem honradez, que não tem coragem de vir a público para dizer uma palavra contra e que não se manifestou sobre o episódio do SERVAS. É a terceira vez que faço esta cobrança da tribuna, e cobrarei quantas vezes forem necessárias: Governador Itamar Franco, V. Exa. deve uma explicação à opinião pública de Minas Gerais; V. Exa tem de dizer se avaliza o Vice-Governador, como está fazendo, ou se o condena; se avaliza ou se condena a origem de sua fortuna. Porque sua omissão é um aval implícito, tácito, e o povo mineiro tem de saber disso; tem de saber quem o governa. Hoje, como eu já disse, é o trio parada dura - Itamar, Newton e Quércia - que toma conta das coisas em nosso Estado.

Digo isso porque mais uma agressão a este parlamento está sendo cometida. Esta Casa está ferida de morte, porque foi um ato traiçoeiro, desrespeitoso. Acordo foi feito com a Presidência desta Casa, com a Mesa desta Casa. Falo de Deputados que não são do meu partido; eu, que me manifestei em todos os momentos, nesta tribuna, contra a anistia fiscal e contra qualquer coisa que dissesse respeito a ela.

Minha posição é inequívoca, é límpida, é cristalina. Fui contra, votei contra. Os Deputados tiveram diferentes compreensões, e o Poder Executivo acertou com a Mesa Diretora da Assembléia que iria respeitar a manifestação desses Deputados para passar uma rasteira, para trair. Porque a traição é a palavra da moda desse Governo. Traiu esta Casa, e esta Casa tem de ter hombridade, tem de ter honradez, tem de ter independência, tem de ter coragem cívica para dizer: "Basta, Governador, não somos seus funcionários". Não devemos obediência ao Governador Itamar Franco, ao Governador que desrespeita a cada momento a Assembléia Legislativa.

É preciso dizer "não" com coragem a um Governador que todo o tempo demonstra a sua ambigüidade. Vejo aqui a solicitação das microempresas, com as quais já nos comprometemos. Agora, depois da primeira votação em 1º turno, parece que tudo se modificou. Vamos dizer: "não, Governador, defendemos as microempresas do nosso Estado". Não temos que dever obediência ao Governador. Não somos seus lacaios, não somos seus capachos. A Assembléia Legislativa tem de mostrar altivez, independência, soberania. É nesse sentido que faço um apelo a todos os Deputados. Vamos dar demonstração de unidade, de defesa da instituição e vamos derrubar os vetos do Governador. Vamos mostrar a ele que a Assembléia Legislativa não está a seu serviço, não é subalterna, não pode ser subjugada pelo tacão de uma vontade férrea que quer nos subjugar. Vamos dizer "não" a esse Governo corrupto, a um Governador que se acovarda diante de manifestações de um Vice-Governador cujo passado não o recomenda. E os mineiros sabem disso.

Então, vamos dizer ao Governador Itamar Franco, ao Vice Governador Newton Cardoso que a Assembléia Legislativa é soberana nas suas decisões e saberá se manifestar de maneira coesa. Saberemos defender esta instituição como representantes legítimos do povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

Questões de Ordem

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, nosso Líder, Deputado Adelmo Carneiro Leão, já se pronunciou em relação ao painel. Volto a insistir nesse problema que é sério. O Deputado Adelmo lembrou o preço que esse painel custou e a sua importância para dar transparência e visibilidade às votações desta Casa.

V. Exa., Presidente, já estava aqui quando esse painel foi instalado e se lembra dos meses e meses que ele ficou na parede sem funcionar. Naquela oportunidade entendemos que era interesse de alguns, não sei de quem ou de quantos, não deixar o painel funcionar para que houvesse uma votação meio duvidosa e resultados que nem sempre eram claros. Não quero duvidar de que esse seja o caso de V. Exa.

Mas quero deixar o nosso protesto por esse painel ficar sem funcionar, sem permitir transparência. E nem enfeita porque nem tão bonito é, sobretudo quando está apagado.

Naquela época em que quase todo dia vínhamos ao microfone pedir o funcionamento do painel, lembrávamo-nos da história antiga. O Senador romano Marco Pórcio Catão, que fazia guerra permanente aos cartagineses, sempre terminava sua fala, qualquer que fosse o assunto, dizendo: "Acho também que Cartago deve ser destruída". Quero fazer um apelo a todos os oradores que ocuparem o microfone e que concordam com a nossa reivindicação para que, qualquer que seja o tema abordado, que tenha o final da nossa fala os dizeres: "Acho também que esse painel tem de funcionar".

Temos conversado com o líder que está trabalhando nessa questão, entramos em contato com o PSDB, e nós, PT e PSDB, vamos fazer obstrução enquanto o painel não funcionar. Acho que o painel tem de funcionar para dar visibilidade, transparência e segurança, que temos de ter na Casa em relação aos votos que vamos proferir. Muito obrigada.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, tenho duas questões de ordem. A primeira diz respeito ao encaminhamento de votação desse requerimento. Dois Deputados já fizeram o encaminhamento da votação do requerimento, os Deputados Miguel Martini e Amílcar Martins. Eu estava inscrito para encaminhar quando fui avisado de que houve um erro e que não poderia fazê-lo.

Primeiramente, a questão de ordem é para que V. Exa. me conceda a palavra para que eu faça o encaminhamento desse requerimento, que foi até apresentado anteriormente pelo Deputado Gil Pereira, no prazo regimental. E não estou entendendo por que não posso fazer o encaminhamento já que dois Deputados o fizeram. Queria solicitar a V. Exa. tempo para anunciar o porquê da votação que faremos.

A segunda questão de ordem é que quero fazer eco à manifestação da Deputada Maria José Haueisen. Não há condições de continuarmos trabalhando sem o painel. Se ele está com algum problema, vamos interromper a reunião para que os técnicos reavaliem a questão. Mas é estranho que o painel esteja com problema porque há Deputados que estão nas comissões e a sua presença está registrada lá, só não se registra aqui. Não estou entendendo o defeito técnico do painel, funciona nas comissões, mas não em Plenário. É preciso uma explicação técnica adequada. Fico na desconfiança de que o painel está simplesmente desligado em Plenário, que só não está funcionando porque não querem que funcione. Contei e está registrado no painel que sete Deputados estão em comissões. Por que não se registra a presença em Plenário? Queria uma explicação técnica razoável da razão pela qual isso está acontecendo.

Pediria a V. Exa. que, primeiro, eu fizesse o encaminhamento e, depois, que suspendesse a reunião para verificarmos qual o problema real do painel.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, estamos assistindo de certa forma a um debate relativo ao painel eletrônico. Gostaria de colocar uma posição um pouco diferente do que está sendo dito aqui. Na verdade, o painel eletrônico dá rapidez às votações, mas não é nenhum sinônimo de garantia. E quero citar como exemplo a eleição nos Estados Unidos. A votação pelo voto eletrônico, por assim dizer,

mecânico, não teve nenhuma garantia e foi decidida na contagem manual.

O meu entendimento é que nada substitui a urna, onde se apura um por um dos votos e pode-se impugnar, reclamar e recorrer dos votos. O voto legítimo é o da cumbuca, da urna. Esse, sim, é autêntico; o painel confere rapidez. Não acho, então, pelo fato de o painel não estar funcionando, que isso estaria causando insegurança na votação, vai causar apenas demora.

Questionar o voto que é dado na urna é até uma colocação que vai em sentido contrário à reivindicação da Oposição no Congresso Nacional, que está exigindo - e foi aprovado pelo Senado - que as urnas eletrônicas das eleições desse ano tenham acoplado a elas uma impressora para que o voto impresso saia, para que possa haver a recontagem, se necessária. Por quê? Porque a urna eletrônica não dá segurança, como nessas últimas eleições. Se alguém quisesse fazer a recontagem, não haveria cédulas para serem contadas. Então, esse questionamento de se trazer insegurança porque o painel não estaria funcionando não cabe neste momento. Acho que essa é uma colocação injusta com relação ao Plenário, injusta com relação aos escrutinadores e à Mesa. Ela está colocando todos sob suspeita, e não é por aí. Entendemos, sim, que o painel dá rapidez, agilidade, mas, na questão de lisura, nada substitui, no nosso entendimento, a urna e o voto pessoal por meio do papel, da cédula de votação, que é autêntica e representativa da vontade do eleitor. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Quero, de certa maneira, fazer coro com o Deputado Antônio Carlos Andrada, mas há dois discursos contraditórios. Por um lado, vejo todos os Deputados que se aproximam de nós dizendo para votarmos rápido, pois há muita coisa e todos estão cansados, há muitos projetos na pauta, etc. Por outro lado, o painel, que dá celeridade, que faz com que as coisas fluam com mais rapidez, está com defeito. Alguns defendem a idéia de que não se vote com o painel. Gastou-se dinheiro para ter esse painel e, considerando que ele dá mais visibilidade, mais celeridade e até mais segurança... Quando a assessoria conta lá de cima 1, 2, 3, ela pode se confundir. Um Deputado muda de lugar e dá confusão. Com o painel isso não acontece, há um resultado mais preciso.

Em segundo lugar, há a celeridade. Vejam: já não poderemos encaminhar esse primeiro, mas, em todos os outros, poderemos. Imaginem votarmos cada um deles na votação manual, ou não sei qual nome que estão dando para isso, ou seja, na votação na caixinha. Há a verificação, iremos contestar, e há o resultado; iremos para o segundo, há novamente todo o encaminhamento. Já com o painel há uma celeridade muito maior, muito mais rápida. Então, a minha proposta é que sejam suspensos os trabalhos. Do contrário, obstruiremos até que o painel seja consertado, porque, assim, rapidamente poderemos votar. Queremos nos posicionar contrários. O Governo quer, realmente, que esses vetos sejam derrubados, mas achamos que isso é prejudicial ao povo mineiro. Aliás, parece que esse Governo está sempre agindo contra o povo. Quando é para votar a favor, ele pede para votar contra; quando é para votar contra, ele pede para votar a favor.

Então, é isso o que queremos, não estamos falando em desconfiança. Estamos falando em maior exatidão e maior celeridade do processo, uma vez que temos tantas matérias para votar, e esses vetos serão votados um a um. Isso demorará um tempo absurdo. Mais do que isso, na própria verificação de votação, o processo eletrônico - e isso está no Regimento - dá uma segurança dos números, uma exatidão muito maior. O resto é retroceder. Se conseguimos o avanço do painel, por que retroceder agora? Então, acho que essa empresa que faz o conserto, a manutenção tem perfeitamente condições de, em 20 minutos, em 30 minutos... Quem sabe até suspendemos a reunião da manhã? Depois, na parte da tarde, com o painel funcionando, poderemos mais rapidamente votar tudo isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Quereria, rapidamente, dizer ao Deputado Antônio Carlos Andrada que consideramos que o painel, como instrumento de votação, tem algumas características diferentes da urna, da cumbuca. Primeiro, é a transparência estar associada à visibilidade. Isso não é só para nós, mas para todos os que, com o painel, possam acompanhar a votação e a presença dos parlamentares nesta Casa.

O segundo - e a cumbuca não resolve - é a questão do voto dos parlamentares. Como pretendemos identificar o voto em todos os momentos de todas as votações, a cumbuca não permite isso. Aliás, o voto feito na caixinha, na urna, é secreto. Queremos fazer com que os votos abertos sejam de conhecimento público, que as pessoas nos avaliem pelo voto, e a única maneira de se fazer isso é por meio do painel. Por isso mesmo, insistimos com a funcionalidade do painel como condição "sine qua non" para que possamos votar as proposições encaminhadas.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Não posso, Sr. Presidente, concordar com a colocação do Deputado Adelmo Carneiro Leão, porque me parece que ele está defendendo uma posição contrária à transparência. O voto, que é secreto nessa urna, é secreto no painel também. O cidadão mineiro, que não tem conhecimento do voto do Deputado por meio da urna, não terá conhecimento do voto também no painel. Ele é secreto no painel também. O que é secreto aqui é secreto lá. O que é aberto aqui é aberto lá. Não há essa confusão. Se o painel emite uma relação de quem votou, com o nome e o voto de cada parlamentar, também, no Plenário, basta que a votação seja nominal para haver uma lista na mesa, que poderá ser fornecida a quem de direito. A transparência pode ocorrer no painel e no Plenário. Concordamos com a questão relativa à rapidez. O painel eletrônico dá o resultado imediatamente. Na chamada nominal, é chamado um por um, o que é corriqueiro aqui na Casa. Somos a favor da transparência, mas entendemos que o voto no Plenário não tem nada contrário à transparência, é apenas mais moroso.

O Deputado Alberto Bejani - Só gostaria de dizer, Sr. Presidente, que todo final de ano acontece a mesma coisa. Sempre há alguns Deputados que relutam em ir para casa. Isso nos dá a entender que devem ter um verdadeiro canhão dentro de casa. Por isso, não querem sair daqui. Não é possível acontecer isso todo final de ano. Estou louco para viajar, para ficar perto da minha família. Há alguns que relutam em fazer isso. Pelo amor de Deus, vamos votar isso logo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência torna sem efeito o recebimento do requerimento, por ter sido apresentado fora do momento regimental.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto ao art. 22, §§ 10, 11 e 11-a, e aos arts. 213, §§ 1º e 2º, e 215, incisos I a VI, todos da Lei nº 6.763, de 1975, introduzidos pelo art. 1º da proposição, e art. 17, com parecer pela manutenção, salvo destaques. A Presidência vai submeter a matéria ao processo de escrutínio secreto, nos termos do inciso II do art. 263 do Regimento Interno. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada de votação. A Presidência convida para atuarem como escrutinadores os Deputados Antônio Carlos Andrada e Dilzon Melo.

O Sr. Secretário (Deputado Álvaro Antônio) - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Álvaro Antônio - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Aduato - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Moraes - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Mauro Lobo - Pastor George - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Responderam à chamada de votação 55 Deputados. A Presidência solicita aos escrutinadores que abram a urna e façam a conferência das sobrecartas.

- Procede-se à conferência das sobrecartas.

O Sr. Presidente - Votaram 55 Deputados. Foram encontradas 55 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 7 Deputados. Votaram "não" 48 Deputados. Está, portanto, rejeitado o veto ao art. 22, §§ 10, 11 e 11-A, aos arts. 213, §§ 1º e 2º, e 215, incisos I a VI, todos da Lei nº 6.763/75, introduzidos pelo art. 1º da proposição; art. 9º e seu parágrafo único; e aos arts. 16 a 18 da Proposição de Lei nº 14.967, salvo destaques.

Em votação, o veto ao § 4º do art. 7º, ao art. 15, ao art. 22 e seus §§ 1º e 2º; ao art. 23 e incisos e §§ 1º e 2º; ao art. 24; ao art. 30, com parecer pela rejeição, salvo destaques. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto e solicita aos escrutinadores que permaneçam na Mesa dos trabalhos. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada de votação secreta.

O Sr. Secretário (Deputado Álvaro Antônio) - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio, Alberto Pinto Coelho, Olinto Godinho, Mauri Torres, Álvaro Antônio, Agostinho Patrús, Agostinho Silveira, Aílton Vilela, Alberto Bejani, Ambrósio Pinto, Amílcar Martins, Anderson Adatao, Antônio Carlos Andrada, Antônio Genaro, Arlen Santiago, Bené Guedes, Bilac Pinto, Cabo Morais, Carlos Pimenta, Chico Rafael, Cristiano Canêdo, Dalmo Ribeiro Silva, Dilzon Melo, Dimas Rodrigues, Djalma Diniz, Doutor Viana, Durval Ângelo, Eduardo Hermeto, Elaine Matozinhos, Elbe Brandão, Fábio Avelar, Geraldo Rezende, Gil Pereira, Glycon Terra Pinto, Irani Barbosa, Ivair Nogueira, João Batista de Oliveira, João Paulo, Jorge Eduardo de Oliveira, José Braga, José Henrique, Kemil Kumaira, Luiz Fernando Faria, Luiz Menezes, Luiz Tadeu Leite, Márcio Cunha, Márcio Kangussu, Mauro Lobo, Pastor George, Pinduca Ferreira, Rêmoló Aloise, Rogério Correia, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Sebastião Costa, Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram 55 Deputados. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à conferência das sobrecartas.

- Procede-se à conferência das sobrecartas.

O Sr. Presidente - Votaram 55 Deputados. Foram encontradas 55 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 4 Deputados; votaram "não" 49 Deputados; houve um voto nulo e outro em branco, totalizando 55 Deputados. Está, portanto, rejeitado o veto ao § 4º do art. 7º; ao art. 15; ao art. 22 e seus §§ 1º e 2º; ao art. 23 e incisos e §§ 1º e 2º, ao art. 24 e ao art. 30 da Proposição de Lei nº 14.967.

Em votação, o veto ao art. 9º e a seu parágrafo único, destacado, com parecer pela manutenção. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - O art. 9º diz assim: "Fica concedido aos contribuintes que pagam em dia suas obrigações fiscais e mensalmente durante o ano de 2002 o desconto de 5% sobre o valor do ICMS devido, de qualquer natureza, quando de seu pagamento. Parágrafo único - Para efeito da aplicação deste artigo, serão considerados contribuintes que pagam em dia suas obrigações fiscais aqueles que permanecerem em dia com suas obrigações fiscais durante o ano de 2002, não se tenham beneficiado de anistia fiscal nos últimos exercícios fiscais e estavam em dia com suas obrigações fiscais até 31 de agosto de 2001".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, felizmente, o povo de Minas vai se ver livre desse Governo daqui a um ano. O atual Governador e seu Vice estarão fora do processo político de Minas, felizmente. Mas coitada da próxima equipe do Governo. Temo que o próximo governante de Minas não terá recursos para conduzir as políticas públicas no Estado.

Já dissemos aqui o que o Governo queria, e, na primeira votação, conseguiu 48 votos, ou seja, sua base derrubou o veto, como foi acertado. Quando há acertos com o Governo, seu Líder nem aparece. Na segunda votação, houve mais de 40 votos a favor do Governo.

O contribuinte que nos estiver assistindo vai ficar se perguntando: "Para que vou pagar imposto? Se não pagar, daqui a pouco vem a anistia, a terceira deste Governo. A quarta já está aí, a do IPVA". Quatro anistias em um governo. Aquele que paga em dia, que faz questão de fazer todos os lançamentos, vai pensar: "Para que pagar?". Vamos ficar de anistia em anistia, até que o Governo fique sem recursos para minimamente assistir ao povo em suas políticas públicas.

Até ontem, antes de essa anistia chegar aqui, pagar era um dever de todos. Agora, só se paga se se der estímulo; do contrário, não se paga. O Governo está dizendo que isso tudo é uma grande brincadeira e nós, Poder Legislativo, temos responsabilidade para com o povo de Minas. Retirar impostos significa dizer que o Governo não precisa de dinheiro. Fazer anistia significa dizer que o Governo não precisa desses recursos; tanto assim é, que vai perdoar. Os ricos não precisam do Estado. Quem precisa do Estado são os mais carentes. É claro que o Governo Federal é responsável por isso, porque não faz a reforma tributária, mas quero saber quem será capaz de governar essa "colcha de retalhos" em que se transformou nosso Estado.

Quem vai querer pagar imposto em Minas?

O absurdo maior vamos discutir logo mais: quem não pagou o IPVA está anistiado. Até as multas por infração, por embriaguez, seja lá pelo que for, serão perdoadas, mas o bom pagador, aquele que cumpre com suas obrigações de cidadão, vai pagar R\$30,00 a mais. É assim: se tem alguém que paga, então, que pague mais; a quem não paga, perdoamos. Ora, não vou compactuar com isso. O PSD não vai compactuar com isso. Quem quiser compactuar que o faça.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminharei pela derrubada do art. 9º.

É entendimento da Liderança do PSB e de outros partidos, com os quais conversamos - o PT, por exemplo -, que, no momento de votações importantes, precisamos que o painel eletrônico funcione neste Plenário.

Durante o processo de votação manual, o Deputado João Paulo foi convocado a dizer se havia votado ou não. Confirmou que tinha votado, mas, antes, a Presidência já havia anunciado o número de 54 votantes. Vejam como a situação é complicada.

A Assembléia Legislativa investiu num painel eletrônico com o objetivo de dar segurança e transparência ao nosso trabalho. Se não dá, temos de solicitar uma perícia para analisá-lo.

Não consigo entender por que uma pane que aconteceu ontem não foi sanada até hoje. O estranho é que o relógio do painel está funcionando, assim como o quadro de presença dos Deputados em comissões. Não estamos vendo técnicos trabalhando para consertá-lo; não estamos vendo esforço para resolver o problema.

Outra dificuldade que o Plenário enfrenta é o fato de o ar-condicionado também não estar funcionando e não existir nenhuma janela para abrir, para dar condições de trabalho aos Deputados, à imprensa, aos funcionários e aos cidadãos que nos acompanham das galerias. Estamos desde as 9 horas da manhã no Plenário, Deputados e assessoria da Mesa, engravatados, suando, sem poder tirar o paletó, sem ter sequer uma janela para abrir, votando, num processo lento de contagem, sem podermos nos valer do painel eletrônico, que tão caro ficou para esta Casa. O que está acontecendo com a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais?

Até este momento, não votei, porque não concordo. A Assembléia Legislativa deve dar uma lição de transparência, de democracia. E o painel representa a garantia de democracia, representa a garantia de que a Oposição saberá quantos Deputados votaram na primeira vez. Isso nos foi retirado quando retornamos à votação tradicional. Lamento que estejamos vivendo isso nesta manhã, sem poder respirar direito, porque há quatro dias o ar do Plenário não é renovado. O painel deve ser reparado, e o ar-condicionado deve ser ligado. Não é possível convivermos com isso.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, solicito o encerramento da reunião, por falta de quórum e de condições para continuarmos os trabalhos. Obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao ilustre Deputado João Leite que tivemos um problema no painel e no sistema de ar-condicionado, que está sendo reparado neste momento. A qualquer momento, ainda no decorrer desta reunião, o painel e o ar-condicionado estarão funcionando. Já determinamos ao 1º-Secretário, Deputado Mauri Torres, que cuide disso pessoalmente. A Presidência verifica, de plano, que há quorum para votação.

O Deputado João Leite - Meu requerimento era para que se encerrasse a reunião. Vamos aguardar que sejam reparados tanto o ar-condicionado, para o bem da saúde dos Deputados, das Deputadas, dos assessores e dos representantes da imprensa, quanto o painel.

O Sr. Presidente - A Presidência entende a situação, mas é necessário que se compreenda que estamos no final do ano e há várias matérias a serem votadas. Para a reunião das 14 horas, a pauta já está bastante cheia. Precisamos votar. Esta Presidência verifica que os Deputados encontram-se fora do Plenário. Faremos a chamada e a verificação.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, acato a decisão de V. Exa., mas a responsabilidade em relação à saúde dos parlamentares é de V. Exa. Tentei ponderar, por julgar que faria bem para todos. Obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto ao art. 9º e seu parágrafo único, destacado, com parecer pela manutenção. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada para votação.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio, Alberto Pinto Coelho, Olinto Godinho, Mauri Torres, Álvaro Antônio, Agostinho Patrús, Agostinho Silveira, Aílton Vilela, Alberto Bejani, Ambrósio Pinto, Amílcar Martins, Antônio Carlos Andrada, Arlen Santiago, Bilac Pinto, Cabo Morais, Carlos Pimenta, Chico Rafael, Cristiano Canêdo, Dalmo Ribeiro Silva, Dilzon Melo, Dimas Rodrigues, Djalma Diniz, Elaine Matozinhos, Elbe Brandão, Fábio Avelar, Geraldo Rezende, Gil Pereira, Glycon Terra Pinto, Hely Tarquínio, Irani Barbosa, Ivair Nogueira, João Paulo, Jorge Eduardo de Oliveira, José Braga, Kemil Kumaira, Luiz Fernando Faria, Luiz Tadeu Leite, Márcio Cunha, Márcio Kangussu, Pastor George, Sebastião Costa.

O Sr. Presidente - Votaram 41 Deputados. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à conferência das sobrecartas.

- Procede-se à conferência das sobrecartas.

O Sr. Presidente - Votaram 41 Deputados. Foram encontradas 41 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 26 Deputados, votaram "não" 14 Deputados, houve 1 voto nulo. Está, portanto, mantido o veto ao art. 9º e seu parágrafo único da Proposição de Lei nº 14.967.

Em votação, o veto ao art. 16, destacado, com parecer pela manutenção. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada para votação.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Votaram apenas 37 Deputados. Não há quórum para votação. A Presidência torna sem efeito a votação.

Questões de Ordem

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Uma vez que foi efetivada a votação e não se atingiu o quórum, solicito a V. Exa. que encerre, de plano, a reunião, justamente pelo resultado apurado pela Mesa.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Vários Deputados adentraram no Plenário após a votação; gostaria que V. Exa. fizesse recomposição de quórum para a próxima votação.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 162/99, uma vez que ele permaneceu na ordem do dia, para discussão, por seis reuniões. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da reunião, foram apresentados ao projeto um substitutivo do Deputado Rêmoló Aloise, que recebeu nº 1, e cinco emendas: a do Deputado Alberto Bejani recebeu o nº 1, as do Deputado Gil Pereira receberam os nºs 2 e 5, a do Deputado João Paulo recebeu o nº 4; por conterem matéria nova, essas emendas vêm acompanhadas de acordo de Líderes; a do Deputado Márcio Kangussu recebeu o nº 3. Nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, o substitutivo e as emendas serão votados independentemente de parecer.

- São as seguintes as emendas apresentadas:

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 162/99

Dispõe sobre o pagamento relativo a débitos decorrentes da propriedade de veículo automotor.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam remetidos os créditos tributários relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - bem como as multas sobre o principal e os juros de mora cujos fatos geradores tenham ocorrido nos exercícios de 1997, 1998 e 1999.

Parágrafo único - Os veículos apreendidos e mantidos nos depósitos públicos ou privados, sob a responsabilidade do Estado, por falta de pagamento do IPVA, cujos fatos geradores tenham ocorrido nos exercícios de 1997, 1998 e 1999, serão liberados pelos órgãos competentes mediante o pagamento, a título da taxa de estadia de veículo apreendido, regulamentada no item 5.8 da Tabela D a que se refere o art. 115 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, com as modificações posteriores, no valor único de R\$10,00 (dez reais), independentemente do número de dias de apreensão.

Art. 2º - Ficam remetidos os créditos tributários relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - bem como as multas sobre o principal e os juros de mora incidentes sobre a propriedade de veículos caracterizados como ambulância, inclusive as UTIs móveis, cujos fatos geradores tenham ocorrido nos exercícios de 1997 a 2001.

Parágrafo único - Aplica-se o disposto no parágrafo único do art. 1º aos veículos a que se refere este artigo.

Art. 3º - Ficam remetidos os créditos decorrentes da cobrança de multa sobre o principal e os juros de mora relativos ao pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - cujos fatos geradores tenham ocorrido nos exercícios de 2000 e 2001, desde que a quitação integral do principal ocorra até o dia 31 de março de 2002.

Parágrafo único - A não-quitação dos tributos a que se refere o artigo acarretará o cancelamento do benefício e a inscrição em dívida ativa, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data limite, do débito total.

Art. 4º - Ficam remetidas as multas decorrentes das infrações de trânsito cometidas nas vias sob a jurisdição do Estado que tenham ocorrido no exercício de 1997, 1998 e 1999.

Art. 5º - A cobrança das multas decorrentes das infrações de trânsito cometidas nas vias sob a jurisdição do Estado será parcelada em 6 (seis) vezes, desde que a infração tenha sido cometida no exercício de 2000 e, no exercício de 2001, até o dia 31 de novembro.

§ 1º - O valor de cada parcela não será inferior a R\$30,00 (trinta reais).

§ 2º - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até o dia 30 de janeiro de 2002.

§ 3º - O pagamento da primeira parcela possibilitará a emissão do certificado de licenciamento do veículo para o exercício de 2002.

§ 4º - O não-pagamento de qualquer uma das parcelas na data estipulada implica o cancelamento do benefício regulamentado neste artigo e o vencimento das parcelas restantes, que deverão ser pagas em uma única parcela, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da inadimplência.

§ 5º - Não será admitido o parcelamento das multas aplicadas em razão de estar o motorista dirigindo sob a influência de álcool ou de substância entorpecente, conforme dispõe o art. 165 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 6º - A guia para o pagamento do seguro obrigatório - DPVAT - será encaminhada ao contribuinte ou seu pagamento será disponibilizado por meio eletrônico na mesma data em que se encaminhar a guia do IPVA ou se disponibilizar o seu pagamento por meio eletrônico.

Art. 7º - Fica vedada a exigência da comprovação do pagamento do seguro obrigatório que não o do ano do exercício como condição para a

emissão do certificado anual de licenciamento do veículo.

Art. 8º - O inciso V do art. 3º da Lei nº 12.735, de 30 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º -

V - veículo de motorista profissional autônomo, que o utilize para transporte público de passageiros na categoria aluguel - táxi, adquirido com ou sem reserva de domínio."

Art. 9º - Fica acrescido ao art. 3º da Lei nº 12.735, de 30 de dezembro de 1997, o seguinte § 3º:

"Art. 3º -

§ 3º - Ocorrendo a retomada, pelo credor alienante fiduciário, do bem a que se refere o inciso V, este responderá pela quitação dos créditos do IPVA cujo fator gerador tenha ocorrido no exercício em que esta ocorra, observada a proporcionalidade prevista no inciso I do art. 2º.

Art. 10 - Fica acrescido ao art. 3º da Lei nº 12.735, de 30 de dezembro de 1997, alterado pela Lei nº 13.202, de 16 de abril de 1999, o seguinte inciso XVIII:

"Art. 3º -

XVIII - furgão, "vans" ou "peruas", com 15 (quinze) ou mais anos de fabricação;"

Art. 11 - Serão cancelados os processos referentes a créditos de IPVA e de multas de trânsito dos veículos vendidos em leilão promovido por órgãos e entidades da administração pública estadual, direta e indireta.

§ 1º - Os créditos arrecadados em decorrência de multas federais, municipais ou de outros Estados serão mantidos à disposição do órgão autuador em banco de dados, de forma apartada e individualizada, liberando-se o veículo para o arrematante.

§ 2º - O IPVA não incidirá sobre a propriedade dos veículos apreendidos e mantidos nos depósitos do Estado, no período compreendido entre a decisão judicial ou administrativa que a determine e a realização do leilão.

Art. 12 - Os benefícios previstos nos arts. 1º, 3º, 4º e 5º desta lei não se estendem às pessoas físicas ou jurídicas que sejam proprietárias ou detenham a posse, em decorrência de contrato de financiamento firmado com reserva de domínio, de mais de três veículos automotores.

Art. 13 - Os convênios para a fiscalização e a aplicação de multas de trânsito firmados entre o poder público estadual e os municípios estipularão percentual devido ao Estado, que não será inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor das multas arrecadadas.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2001.

Rêmolo Aloise

Justificação: O substitutivo que ora apresentamos visa aprimorar a proposição em alguns de seus aspectos mais importantes. É sabido que os pátios dos depósitos estão abarrotados de veículos apreendidos e que os seus proprietários não têm condições para efetuar a quitação dos encargos incidentes. Essa situação acaba por prejudicar a própria atividade do poder público, que não pode ser exercida plenamente. Assim, são necessários mecanismos que facilitem a solução dos problemas ocorridos no passado, de forma que se possa acertar, para o futuro, a atividade de fiscalização do trânsito. Além do mais, ao se condicionar tal acerto ao pagamento de uma parte das parcelas devidas, estamos providenciando mecanismos para o recebimento de valores viáveis, que, de outra forma, seriam irrecuperáveis para o Estado. Assim, contamos com a aprovação deste substitutivo.

Acordo de Lideranças

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os Deputados que este subscrevem, representando a maioria dos membros do Colégio de Líderes, deliberam seja recebido, no 2º turno, um substitutivo, de autoria do Deputado Rêmolo Aloise, ao Projeto de Lei nº 162/99, contendo matéria nova.

Sala das Reuniões, de dezembro de 2001.

Ivair Nogueira, Líder do BDPB - Pastor George, Líder do PL - Cristiano Canêdo, Líder do PTB - Sebastião Costa, Líder do PFL - Bené Guedes, Vice-Líder do PDT - Alencar da Silveira Júnior, Líder do PDT - Luiz Fernando Faria, Líder do PPB - Luiz Tadeu Leite, Líder da Maioria.

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 162/99

Acrescente-se onde couber:

"Art. -

Parágrafo único - Os veículos apreendidos e recolhidos nos pátios do DETRAN-MG ou nas Delegacias de Polícia por débito de IPVA, relativos aos

anos de 1997, 1998 e 1999, pagamento, a título de "estada de veículo apreendido", prevista no item 5.8 da tabela D da Lei 12.032, de 1995, o valor total e único de R\$10,00 (dez reais).".

Sala das Reuniões, 29 de novembro de 2001.

Alberto Bejani, Vice-Líder do PFL

Justificação: O parcelamento dos débitos referentes ao IPVA não poderá deixar de contemplar também o pagamento da taxa de permanência dos veículos recolhidos aos pátios não só das Delegacias, mas também em outros locais sob a responsabilidade do DETRAN-MG, por atraso de pagamento do IPVA. Geralmente são valores exorbitantes, impossibilitando os motoristas de quitá-los.

Acordo de Lideranças

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os Deputados que este subscrevem, representando a maioria dos membros do Colégio de Líderes, deliberam seja recebida, no 2º turno, uma emenda de autoria do Deputado Alberto Bejani ao Projeto de Lei nº 162/99, contendo matéria nova.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2001.

Ivair Nogueira, Líder do BDPB - Antônio Carlos Andrada, Líder do PSDB - Cristiano Canêdo, Líder do PTB - Sebastião Costa, Líder do PFL - Alencar da Silveira Júnior, Líder do PDT - Luiz Fernando Faria, Líder do PPB - Adelmo Carneiro Leão, Líder do PT - Miguel Martini, Líder do PSB - Ermano Batista, Líder da Minoria.

- A Presidência acolhe o acordo e atribui à emenda o nº 1.

EMENDA Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 162/99

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Ficam remetidas as multas decorrentes de infração de trânsito cometida por motocicleta utilizada para transporte público de passageiros - mototáxi -, nas vias sob jurisdição do Estado, cujos fatos geradores tenham ocorrido nos exercícios de 1997, 1998 e 1999.".

Sala das Reuniões, de dezembro de 2001.

Gil Pereira

Justificação: O transporte público de passageiro, quando realizado por motocicletas, encontra-se disciplinado no Estado pela Lei nº 12.618, de 24/9/97. Trata-se de serviço relevante, de grande utilidade para inúmeras comunidades, como comprova a sua ampla aceitação. Não há também dúvida quanto à sua validade jurídica, pois o questionamento apresentado por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 127285-5 foi julgado improcedente pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em 12/5/2000. Entretanto, por incompreensão ou desconhecimento da situação, agentes públicos têm persistido na prática de penalizar os condutores desses veículos, fato que não encontra amparo legal.

Esta emenda visa, portanto, a corrigir expressamente uma situação de injustiça, razão pela qual solicitamos o apoio dos nossos colegas para a sua aprovação.

EMENDA Nº 5 AO PROJETO DE LEI Nº 162/99

Acrescente-se, onde convier, o seguinte artigo e parágrafos:

"Art. - Serão cancelados os processos referentes a créditos de IPVA e de multas de trânsito dos veículos vendidos em leilão promovido na forma do art. 328 do CTB pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, direta e indireta.

§ 1º - Os créditos arrecadados em decorrência de multas federais, municipais ou de outros Estados serão mantidos à disposição do órgão autuador em banco de dados, de forma apartada e individualizada, liberando-se o veículo para o arrematante.

§ 2º - O IPVA não incidirá sobre a propriedade de veículos apreendidos e mantidos em depósitos do Estado, no período compreendido entre a decisão judicial ou administrativa que a determine e a realização do leilão.".

Sala das Reuniões, 17 de dezembro de 2001.

Gil Pereira

ACORDO DE LIDERANÇAS

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os Deputados que este subscrevem, representando a maioria dos membros do Colégio de Líderes, deliberam sejam recebidas, no 2º turno, duas emendas de autoria do Deputado Gil Pereira ao Projeto de Lei nº 162/99, contendo matéria nova.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2001.

Ivair Nogueira, Líder do BDPB - Pastor George, Líder do PL - Cristiano Canêdo, Líder do PTB - Sebastião Costa, Líder do PFL - Alencar da Silveira Júnior, Líder do PDT - Luiz Fernando Faria, Líder do PPB - Adelmo Carneiro Leão, Líder do PT - Miguel Martini, Líder do PSB - Luiz Tadeu Leite, Líder da Maioria.

EMENDA Nº 3 AO PROJETO DE LEI Nº 162/99

Acrescentem-se onde convier:

"Art. - Ficam isentos de pagamento de IPVA os proprietários de veículos automotores em débitos com o referido imposto, anteriores a 1999.

Parágrafo único - Para regularização dos débitos a que se refere este artigo, fica criado o Certificado de Regularização dos débitos de IPVA, no valor de 10% do débito total.

Art. - O procedimento administrativo para emissão e cobrança de Certificado serão adotados pelo órgão de trânsito competente, na forma da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997."

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2001.

Márcio Kangussu

Justificação: A presente emenda vai possibilitar a regularização de parte expressiva da frota de veículos automotores estadual, que se encontra trafegando em condições irregulares.

Outro aspecto positivo a ser considerado será a oportunidade que o Estado passa a ter de arrecadar uma parcela volumosa de tributos em atraso, para os quais não existe uma possibilidade tangível de pagamento em curto prazo.

A regularização da frota, portanto, atende aos interesses dos proprietários dos veículos, ao Estado e aos municípios, que terão aumentadas a sua arrecadação.

Emenda nº 4 ao projeto de Lei nº 162/99

Acrescente-se onde convier:

"Art. ... - A remissão de débitos tributários e o perdão de multas de trânsito regulamentados por esta lei, salvo os veículos caracterizados como ambulância, somente se aplicam a um único veículo automotor por proprietário.

Parágrafo único - A remissão em apreço beneficiará o contribuinte que for proprietário de um veículo apenas.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2001.

João Paulo

Justificação: A limitação quanto ao número de veículos a serem beneficiados pela remissão de débitos tributários ou pelo perdão de multas de trânsito reforça o caráter social do benefício, que, dessa forma, atingirá apenas os pequenos proprietários que, ocasionalmente, estejam em débito com o fisco. Excluem-se expressamente do disposto no artigo as ambulâncias, por razões óbvias, relacionados com sua própria função social.

ACORDO DE LIDERANÇAS

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os Deputados que este subscrevem, representando a maioria dos membros do Colégio de Líderes, deliberam seja recebida, no 2º turno, uma emenda de autoria do Deputado João Paulo ao Projeto de Lei nº 162/99, a qual contém matéria nova.

Sala das Reuniões, de dezembro de 2001.

Antônio Carlos Andrada, Líder do PSDB - Sebastião Costa, Líder do PFL - Bené Guedes, Vice-Líder do PDT - Alencar da Silveira Júnior, Líder do PDT - Luiz Fernando Faria, Líder do PPB - Adelmo Carneiro Leão, Líder do PT - Ermano Batista, Líder da Minoria.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, V. Exa. anunciou que o substitutivo e as emendas foram recebidos a partir de um Acordo de Lideranças. Gostaria de conhecer as assinaturas, para saber que partidos o assinaram. V. Exa. não anunciou se foi a totalidade das Lideranças que o fez.

Tive a oportunidade de conhecer o projeto que tramita nesta Casa desde 1999 e que é composto de quatro artigos. Tive acesso também ao substitutivo, que tem 15 artigos mais as diversas emendas que V. Exa. anunciou.

Solicito à Presidência que remeta o projeto às comissões de mérito e à Comissão de Justiça, para apreciação. Meu argumento está apoiado em algo que é lógico. Um projeto com tão poucos artigos receber substitutivo e emendas que o modificam tanto merece atenção. Para os Deputados terem segurança para votá-lo, é fundamental que as comissões se manifestem. Com o encerramento da discussão do projeto e com o recebimento, neste momento, de um substitutivo com 15 artigos e várias emendas, não vejo condições de o Plenário se manifestar sem o balizamento das comissões. Isso é democrático e bom para a Assembléia Legislativa.

Temos dúvida quanto à constitucionalidade pelo menos de um artigo do substitutivo, ao qual tivemos acesso. E temos dúvida quanto à legalidade de outro artigo. Não somos técnicos nesse assunto, por isso considero de bom-senso que as comissões avaliem uma mudança tão substancial no projeto. Faço um apelo à Presidência para que a matéria seja enviada à comissão de mérito ou à Comissão de Justiça para avaliação, a fim de que, depois, o Plenário se manifeste em relação a essa matéria, que recebe novos artigos.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao ilustre Deputado João Leite que está cumprindo o Regimento Interno e que encerrou a fase de discussão do Projeto de Lei nº 162, por estar há mais de seis reuniões na comissão. Também há um requerimento protocolado, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, solicitando que esse projeto volte à Comissão de Justiça. Esse requerimento será votado no momento oportuno da votação do projeto.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária, também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 213ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 18/12/2001

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Miguel Martini; discurso do Deputado Miguel Martini; questão de ordem; discursos dos Deputados João Leite e Rogério Correia; questão de ordem; aprovação - Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 162/99; renovação da votação do Substitutivo nº 1; aprovação do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; verificação de votação; ratificação da aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 1; questão de ordem; leitura e votação da Emenda nº 2; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; leitura e votação da Emenda nº 3; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; leitura e votação da Emenda nº 4; discursos dos Deputados João Paulo e Rogério Correia; rejeição; verificação de votação; aprovação; leitura e votação da Emenda nº 5; aprovação; ratificação da rejeição; declarações de voto - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.804/2001; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.512/2001; discursos dos Deputados Edson Rezende, Paulo Piau, Carlos Pimenta e Mauro Lobo; requerimento do Deputado Paulo Piau; discursos dos Deputados João Paulo e Sargento Rodrigues; requerimento do Deputado João Paulo; deferimento; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Hely Tarquínio, Dalmo Ribeiro Silva, Luiz Tadeu Leite, Agostinho Silveira, Alberto Bejani, Bené Guedes, Dimas Rodrigues, Adelmo Carneiro Leão, Alencar da Silveira Júnior e Miguel Martini; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação das Emendas nºs 1 a 8; aprovação; declarações de voto - Questão de ordem - Suspensão e reabertura da reunião - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Moraes - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Pastor George, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião a Proposta de Emenda à Constituição nº 60/2001, apreciada na reunião extraordinária realizada ontem à noite, bem como o veto à Proposição de Lei nº 14.967 e os Projetos de Lei nºs 1.760 e 1.761/2001 e o Projeto de Resolução nº 1.803/2001, apreciados na reunião ordinária realizada hoje, à tarde.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.512/2001 seja apreciado logo após o Projeto de Resolução nº 1.804/2001. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupamos esta tribuna para encaminhar o requerimento que visa exatamente atender ao apelo de todos os senhores e senhoras que estão ocupando as galerias. Ao observar a pauta desta reunião extraordinária, percebemos que o Projeto nº 1.512 estava bem distante. Temos muitos outros projetos para votar antes dele. Como à tarde o Plenário tinha a intenção de agilizar a votação do projeto de lei do Deputado Chico Rafael, estamos apresentando esse requerimento pedindo a inversão da pauta, a fim de que o Projeto nº 1.512 seja apreciado em terceiro lugar. O primeiro projeto já está em processo de votação, e o segundo é um projeto de resolução.

Na verdade, o que queremos é votar o Projeto nº 1.512, mas gostaríamos de sair daqui nesta noite felizes, alegres, satisfeitos. Hoje à tarde, votamos os Projetos de Lei nºs 1.760 e 1.761, que vão restaurar direitos e restaurar a justiça aos servidores públicos do Estado. Daqui a pouco, votaremos o Projeto nº 1.512, que também vem trazer justiça para o pequeno empresário e o microempresário de Minas Gerais. E queríamos sair daqui hoje depois de votar e de derrotar outro projeto de extremo interesse para a sociedade: o projeto do IPVA.

Aí, sairíamos felizes, porque votamos à tarde algo que foi de interesse social, corrigindo mais uma injustiça cometida pelo desastrado Governador Itamar Franco. Poderíamos sair satisfeitos, porque votaremos o Projeto de Lei nº 1.512, que também vem corrigir uma injustiça. Mas daqui a pouco teremos de votar o famigerado Projeto de Lei nº 162, esse monstinho, esse projeto inconstitucional. Tenho a certeza de que todos os Deputados devem estar recebendo "e-mails" dos cidadãos conscientes de Minas Gerais, daqueles que pagaram os seus impostos, cumpriram os seus deveres, e que, se esse projeto do IPVA for aprovado, se sentirão traídos, enganados. Os termos que estão usando são pesados: "Não somos mais otários, porque pagamos o IPVA, estão nos fazendo de bobos".

Desejávamos que este Plenário, nesta noite, proporcionasse somente alegrias, entre elas a aprovação do Projeto de Lei nº 1.512 e a derrota do famigerado Projeto de Lei nº 162, do IPVA. Talvez até conseguíssemos retirar de pauta o projeto da "narcotaxa". É preciso deixar claro: a "narcotaxa" está de volta. Aquela taxa, que conseguimos impedir há dois anos, está para ser apreciada novamente.

Quero chamar a atenção dos microempresários e dos pequenos empresários presentes para o fato de que esse Governo os está ludibriando, porque uma boa parte dos recursos que deveria estar no BDMG, destinada a capital de giro, ao reaparelhamento e à qualificação profissional de seus funcionários, está no caixa único, destinada a outras funções. O Governo recebeu, e não o alocou no BDMG, mas sim no caixa único, desviando os recursos dos seus fins. Os números são extremamente significativos. Temos tudo isso comprovado. Os senhores estão sendo lesados. Esse projeto que havia sido tão bem acolhido e que tantos benefícios trouxe para os microempresários e para os pequenos empresários foi destruído pelo Governador. Agora, novamente, vamos tentar recolocar os fatos nos seus devidos lugares, restaurando os direitos das microempresas e das pequenas empresas.

O projeto das taxas que votaremos também beneficia os senhores e as senhoras, porque estamos isentando do pagamento de taxas as microempresas e as pequenas empresas. Também está na pauta. É nesse projeto que desejavam pegar "carona" e colocar a "narcotaxa", mas conseguimos tirá-la, para que não fosse prejudicado.

Faço um alerta: os Deputados que votarem o IPVA correrão o risco de novamente terem de rasgar o Regimento Interno, como ocorreu em 1999.

Achavam que iam agradar ao Governador, mas quando ele percebeu que a "narcotaxa" era impopular, deu declarações dizendo que iria vetar. E V. Exas. estão correndo o risco de que aconteça a mesma coisa; estão correndo o risco de ver o Governador vetar esse projeto, o que faria muito bem. A inversão de pauta tem o sentido de agilizar a votação do Projeto de Lei nº 1.512. Os Deputados querem perdoar multas a quem possui até três carros. Quem tem garagem para colocar três carros é só quem tem muito dinheiro. E eles serão perdoados no que se refere ao IPVA e às multas. Isso é algo vergonhoso. Peço que o Plenário se manifeste favoravelmente ao requerimento. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo dramático aos colegas Deputados que estão num processo de obstrução em relação ao projeto que concede algumas anistias do IPVA. Como essa obstrução não vai mudar o comportamento da Casa, solicito que eles evitem esse processo de obstrução em respeito às pessoas que se encontram nas galerias e que estão aguardando a votação do Projeto de Lei nº 1.512. É motivo de satisfação ter as galerias lotadas, mas esse pessoal está aqui desde as 14 horas, e é preciso termos consideração com eles. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, quero lamentar o posicionamento do Deputado Chico Rafael. S. Exa., no ano passado, ao final dos trabalhos, esteve democraticamente obstruindo a votação do orçamento. O Deputado mostrou que não concordava, e todos nós aguardamos os seus encaminhamentos. E agora vem o Deputado fazer esse apelo dramático. Apelo dramático fazemos nós que, democraticamente, pedimos o bom-senso da Assembléia Legislativa para derrotar tal projeto. Queremos que esse projeto que perdoa multas esteja em pauta, queríamos que ele retornasse às comissões. Mas, já que está aqui, a nossa expectativa é que ele seja derrotado. Ocupamos a tribuna para argumentar, para parlamentar. Aqueles que não têm paciência para ouvir os outros, não têm paciência para parlamentar, não têm condições de acompanhar os trabalhos desta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, lamento esse encaminhamento. Não pretendíamos encaminhar o requerimento do Deputado Miguel Martini, mas lamentamos o Deputado ir ao microfone para falar sobre algo sobre o qual está equivocado. Ninguém está aqui desde as 9 horas da manhã para satisfazer nenhum segmento. Nossa intenção é satisfazer o Regimento Interno da Assembléia, a Constituição do Estado, a sociedade de Minas Gerais. Se existe um projeto que interessa a um segmento da sociedade de Minas Gerais, queremos votá-lo.

Muitas pessoas nas galerias aguardam a votação do projeto dos bingos, antes do qual há vários outros. E há esse projeto, especificamente, do qual discordamos. Ano passado, o Deputado Chico Rafael usou esse instrumento da oposição, e agora vem jogar a galeria contra os Deputados que usaram a tribuna democraticamente, assim como ele. Somos oposição, e não aceitamos esse projeto, que fere o Regimento Interno da Assembléia Legislativa e a Constituição do Estado. As palavras do Deputado Chico Rafael não nos intimidam, porque nosso objetivo é o de guardar a Constituição e o Regimento Interno. Não atenderemos ao pedido do Deputado Chico Rafael nem ao de qualquer outro Deputado, votando contra a sociedade. Nenhum voto para qualquer outro projeto faz com que mudemos nossa posição. Assim caminha a democracia. Concluo dizendo que votaremos contra esse projeto, que fere a Constituição e o Regimento Interno desta Casa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, esse requerimento é importante para o Micro Geraes, que todos estamos ansiosos por votar. Na pauta da noite, além do projeto de isenção do IPVA, que tem recebido nossa crítica e que já foi discutido à tarde, na frente do Projeto Micro Geraes, há mais oito projetos em discussão. O Projeto Micro Geraes seria o nono a ser votado. Como os oito demais estão em fase de discussão, isso permite 1 hora a cada Deputado que quiser discutir. Evidentemente, se isso prevalecer, esse projeto não será votado.

É de se perguntar por que ele foi colocado em nono lugar, e não em segundo. O requerimento feito agora, cuja aprovação estamos defendendo, é de que o projeto do Micro Geraes seja votado em segundo lugar e não em nono. Como o Deputado João Leite, eu gostaria de encaminhar favoravelmente a esse requerimento para que o projeto seja votado em segundo lugar, e assim possamos aprová-lo rapidamente.

Na pauta consta um projeto que cria a taxa de licenciamento de veículo de R\$31,00, à qual vamos, evidentemente, fazer obstrução. Depois de aprovar isenção de IPVA, querer aprovar criação da taxa, é evidente que faremos obstrução. Para que façamos uma obstrução sem prejudicar o projeto do Micro Geraes, é necessário que ele fique em 2º lugar. Essa votação é muito importante porque se os Deputados derrotarem esse requerimento do Deputado Miguel Martini que traz o Micro Geraes para 2º lugar, como fizeram com o requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que pediu para o IPVA ir para a Comissão de Justiça, o processo será demorado e haverá obstrução. A única forma de garantir a votação imediata é os Deputados votarem favoravelmente ao requerimento que traz o Micro Geraes para o 2º lugar, o que deveriam ter feito com o requerimento do Adelmo Carneiro Leão, que remetia o IPVA para a Comissão de Justiça. Se tivessem remetido o projeto para lá, não teríamos feito obstrução. Somos contra esse projeto maluco do IPVA que anistia inclusive multa de trânsito. Um guarda de trânsito aplica uma multa por embriaguez, por excesso de velocidade, por acidente, por uma morte no trânsito, e o Deputado tira a multa na votação de um projeto. Votar isso realmente é um escândalo. Estou me colocando contrário a isso. Basta ler o art. 4º do projeto. Se a multa foi de 1997, 1998 ou 1999, o motorista está isento de pagá-la, porque os Deputados assim votaram. Gostaria que as galerias compreendessem o motivo. Para que o projeto do Micro Geraes seja votado hoje, solicitamos aos Deputados que votem favoravelmente ao requerimento para que ele venha para 2º lugar. Se ele continuar em 9º lugar, não será votado hoje, porque faremos obstrução para não deixar que criem a taxa. Fica aqui mais uma vez demonstrado quem quer prejudicar o Micro Geraes. Querem colocar projetos antipopulares na frente no Micro Geraes para que as galerias achem que nós é que estamos errados, nos pressionando a votar o projeto errado. Isso não faremos. Vamos colocá-lo em 2º lugar para que ele seja votado e para que comecemos a fazer a obstrução da taxa de licenciamento. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento porque o Deputado Chico Rafael induziu todo o Plenário ao equívoco. Primeiro, dizer que eu, Deputado Miguel Martini, em momento algum vou me sentir pressionado pelas galerias. Sinto-me sempre pressionado ou não pela minha consciência e nunca pelas galerias. Nós pedimos, num requerimento, para agilizar essa votação. Não tem sentido a fala do Deputado. Basta que eu vá à Mesa e retire o requerimento. Ele será o 8º para ser votado. Temos todos os projetos para ficarmos três semanas obstruindo. Não é verdade o que ele quer fazer. Estamos dispostos a votar, mas não vou abrir mão dos direitos que tenho e que dita minha consciência. O que queremos na verdade, é derrotar o IPVA, que é um monstro que vai prejudicar Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 162/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que dispõe sobre o parcelamento de débitos com o IPVA. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. No decorrer da discussão, foram apresentados ao projeto um substitutivo do Deputado Rêmoló Aloise, que recebeu o nº 1; e cinco emendas, sendo uma do Deputado Alberto Bejani, que recebeu o nº 1; duas do Deputado Gil Pereira, que receberam os nºs 2 e 5; uma do Deputado Márcio Kangussu, que recebeu o nº 3, e uma do Deputado João Paulo, que recebeu o nº 4. Nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, o substitutivo e as emendas serão votados independentemente de parecer. Foi deferido o requerimento de votação destacada para a Emenda nº 4. A Presidência vai renovar a votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas e destaque. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas e destaques. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 29 Deputados; votaram "não" 19 Deputados; houve 1 voto em branco. Portanto, está ratificada a aprovação do Substitutivo nº 1, salvo emenda e destaque. Com a aprovação do substitutivo, fica prejudicada a Emenda nº 1.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, solicito a leitura das Emendas nºs 2 a 5.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Miguel Martini que as emendas serão lidas no momento oportuno. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 2.

- A Emenda nº 2, lida pelo Sr. Secretário, foi publicada nesta edição.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 2. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente. Solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 35 Deputados, votaram "não" 2 Deputados; houve 2 votos em branco. Está, portanto, ratificada a aprovação da Emenda nº 2. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 3.

- A Emenda nº 3, lida pelo Sr. Secretário, foi publicada nesta edição.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 3. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente. Solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 2 Deputados, votaram "não" 43 Deputados, houve 1 voto em branco. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 3. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 4.

- A Emenda nº 4, lida pelo Sr. Secretário, foi publicada nesta edição.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Paulo.

O Deputado João Paulo* - Minha proposta resgata a conotação social que precisa estar presente na iniciativa da Assembléia Legislativa de conceder essa remissão. Vejam que minha emenda é inequívoca, o benefício só será alcançado por quem for proprietário de um único veículo, sobre o qual não houver pago o IPVA e, eventualmente, as multas. O que aprovamos até agora beneficia indistintamente pessoas que não têm nenhuma necessidade do benefício, nenhuma carência, beneficia indistintamente a população. Pelo que foi aprovado, estaremos levando esse benefício a muita gente rica, a muitas empresas que não necessitam e não estão nem pedindo esse favor que estamos concedendo a elas. Portanto, minha proposta resgata a conotação social e, pelo que entendi, é quase unanimidade no Plenário. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar favoravelmente à emenda do Deputado João Paulo, que minimiza o problema que existe, com a aprovação do projeto. Infelizmente, essa isenção, tanto dos juros quanto de multas, tanto do IPVA quanto de trânsito, foi aprovada pela maioria dos Deputados. De fato, isso não ajuda em nada, e já tive oportunidade de dizer que duvido do potencial de arrecadação desse projeto de lei, acho que é um tremendo mau exemplo, principalmente quando se isenta o pagamento inclusive das multas de trânsito de 1997, 1998 e 1999. Foi incluído aí serviço de mototáxi, que muitas vezes não é nem regulamentado e entra nessa isenção de multas e de IPVA. Portanto, acho que foi uma decisão, infelizmente, da maioria, mas, a meu ver, equivocada.

A emenda apresentada pelo Deputado João Paulo minimiza esse problema, porque ela permite, pelo menos, que seja isento de qualquer um dos benefícios que já foram aprovados aqueles que possuem apenas um veículo, e não, como está no projeto, que quem possuir quantos veículos sejam, terá direito a três deles, que escolherá para ter direito à isenção de multa, juros, etc. Nesse caso, pelo menos se beneficiaria as pessoas que têm apenas um único veículo, que poderia requerer o direito, o que já minimiza o problema.

Do ponto de vista financeiro, não acredito que nenhum deles fará realmente efeito prático algum sobre o dinheiro do Estado ou sobre o que o Estado arrecadará com isso. Então, sou favorável à emenda do Deputado João Paulo para minimizar os perigos dessa lei que foi aprovada.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 4, destacada. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado João Paulo - Sr. Presidente, Solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Responderam "sim" 29 Deputados; votaram "não" 23 Deputados. Está, portanto, retificado o resultado da votação, ficando, portanto, aprovada a Emenda nº 4. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 5.

- A Emenda nº 5, lida pelo Sr. Secretário, foi publicada nesta edição.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 5. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente. Solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 33 Deputados; votaram "não" 12 Deputados e 1 voto em branco. Está, portanto, ratificada a aprovação da Emenda nº 5. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 162/99 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 2, 4 e 5. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado Miguel Martini - Falo em nome do PSB. Estamos solicitando que a assessoria da Mesa nos forneça a lista de todas as votações dos Deputados. Em segundo lugar, lamentamos o "presente de grego" que vamos dar aos mineiros. Não vou dizer que é um presente de Natal, porque no Natal não se dão coisas como essa. Pelo menos a emenda do Deputado João Paulo minimizou um pouco esse absurdo, mas ainda não o resolve. Acredito que, agora, cabe ação direta de inconstitucionalidade e, certamente, pediremos ao partido para fazer isso.

Votamos contra e lamentamos que, no fim do ano, o Poder Legislativo dê um "presente de grego" como esse aos mineiros. Sentimos muito que tenha faltado sensibilidade. Achamos que na primeira votação iríamos ganhar, mas, pouco a pouco, fomos perdendo. Deixo esse registro e, ao final da votação, pedirei que me seja fornecida a lista de votação. Muito obrigado.

O Deputado Amílcar Martins - Sr. Presidente e Srs. Deputados, vou ser breve. Quero apenas deixar registrado, nos anais da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que os Deputados do PSDB votaram "não" a um projeto indecente e que tanto mal fará ao povo de Minas Gerais. Lamento essa votação. Nós, do PSDB, manifestamo-nos contra a aprovação da anistia do IPVA nesta noite. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.804/2001, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre o apoio às atividades de representação político-parlamentar e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do

Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Resolução nº 1.804/2001 na forma do Substitutivo nº 1. À Mesa da Assembléia.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.512/2001, do Deputado Chico Rafael, que dispõe sobre o programa de fomento ao desenvolvimento das microempresas e das empresas de pequeno porte do Estado de Minas Gerais - Micro Geraes - e estabelece tratamento diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, creditício e de desenvolvimento empresarial a elas aplicável e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do vencido, em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 8, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Edson Rezende.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, esse projeto colocado em pauta para votação não é dos nossos sonhos. Quem está aqui presente precisa saber disso. Diria que esse projeto é meia-sola, porque, na Comissão de Fiscalização Financeira, ontem, houve uma modificação do projeto original. Em vez do imposto de 6% para as importações, esse imposto passou para 3%. Então, os microempresários de Minas Gerais continuarão pagando imposto de importação de 3%.

Além disso, no projeto original, que dava incentivo àqueles que comprassem do Estado isso acaba. Na verdade, esse projeto poderia fazer uma contrapartida, e não fez. Se o Estado vai cobrar 3% para importação dos produtos, poderia dar, pelo menos, 3% em contrapartida, em compensação para aqueles empresários que comprarem das indústrias de Minas Gerais. E não o fez. Não estamos votando o Micro Geraes dos nossos sonhos. Esse projeto minimiza um pouco os problemas, mas ainda vai continuar onerando os microempresários e os pequenos empresários de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, em nome da Bancada do PFL, gostaria de voltar um pouco ao passado para que a Casa tivesse na memória a dívida que temos com os microempresários do Estado. Quero reportar-me a dezembro de 1999. Hoje o jornal "Estado de Minas" traz um relato quanto à narcotaxa, o qual vou ler porque há um destaque. (- Lê:)

"Se o novo tributo for aprovado, o Governo Itamar Franco vai viabilizar o que não conseguiu em 1999, quando propôs a cobrança pela primeira vez na época. Naquela ocasião, a chamada narcotaxa de R\$45,00, cobrada para licenciamento de veículo, chegou a ser aprovada pelos Deputados.

Diante da reação da sociedade, o Governador Itamar Franco ameaçou vetá-la. Deputados tiraram a emenda da narcotaxa do projeto que criava novos tributos, já em fase de redação final, desrespeitando o Regimento Interno da Assembléia." Faço essa referência porque o clima para a votação do Micro Geraes, em 1999, foi exatamente o mesmo existente após a retirada da "narcotaxa" daquele projeto das 130 taxas, algumas novas e algumas em reajuste. Portanto, esse projeto foi aprovado aqui de uma maneira bastante açodada. Temos o dever de recuperar isso. Há dois anos, Minas Gerais sofre com isso.

Farei referência a uma outra matéria que diz que, após a aprovação do Micro Geraes, em 1999, o índice de morte das microempresas no Estado de Minas Gerais aumentou em 20%. Esses dados são do SEBRAE. Portanto, são confiáveis.

Para terem uma noção da importância das microempresas, o número de empregos, no Brasil, é de 36 milhões. Basicamente, 11 milhões são das grandes empresas. Portanto, com relação à empregabilidade, as microempresas têm uma importância muito grande.

Sr. Presidente, gostaríamos que fosse feita uma reflexão, voltando a 1999 e fazendo um mea-culpa pela aprovação desse projeto naquela ocasião, aumentando os impostos das empresas, vindo esses 6% de diferença tributária, quando se importa matéria-prima para as microempresas. Sobretudo, temos de pensar no desenvolvimento. Estou vendo um faixa nas galerias que retrata muito bem a situação: "Sr. Deputado, mais impostos, menos empregos em Minas Gerais". Em Minas, estamos assistindo a uma política arrecadatória por excelência. Enfrentaremos um processo de discussão de novas taxas, talvez da "narcotaxa", e de mais impostos. Com isso, Minas Gerais está deixando de pensar em seu processo de desenvolvimento.

Faço um voto ao Deputado Chico Rafael, que apresentou o projeto àquela época como na melhor das intenções, mas foram inseridas, pelas Lideranças do Governo à época, 31 emendas em seu projeto original. O Deputado Chico Rafael não tem relação com esse monstro que foi criado em 1999. Fico imaginando a angústia por que o Deputado Chico Rafael está passando para que aprovemos esse projeto, não da maneira ideal, mas, pelo menos, dando uma retribuição, a fim de que os nossos microempresários possam sobreviver, trabalhar, produzir e contribuir com o desenvolvimento do Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Esse projeto tramita nesta Casa há dois anos. Tivemos a oportunidade de fazer parte da Comissão Especial criada inicialmente. A partir daí, houve uma verdadeira peregrinação por todas as regiões do Estado. Discordo do Deputado Edson Rezende quando tacha o projeto de "meia-sola". Na verdade, esse projeto foi exaustivamente discutido. É claro que não alcançamos todos os pontos de que gostaríamos, mas ele contou com a participação efetiva da sociedade de todas as regiões. Em meu nome e em nome do PDT, declaro antecipadamente o voto favorável a esse projeto. Cumprimento o Deputado Chico Rafael pela garra, pela presença e pela luta. Estou acompanhando a sua angústia nestes últimos dois dias, tentando colocar o projeto em votação. Parabéns, Assembléia Legislativa, parabéns, microempresários mineiros e parabéns, Deputado Chico Rafael, pelo seu árduo trabalho em todo o Estado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo* - Sr. Presidente, já tivemos a oportunidade de expor nossa posição sobre esse projeto e sua importância para Minas Gerais. Digo isso com muita tranquilidade, uma vez que fui relator na Comissão de Fiscalização Financeira. Mas o que queremos é votar e gostaria de já deixar registrada a minha declaração de voto após a vitória na votação desse projeto.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado João Paulo em que solicita o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 1.512/2001 por cinco dias. Para encaminhar, com a palavra, o Deputado João Paulo.

O Deputado João Paulo* - Sr. Presidente, caros colegas, a cada dia, a vida nos mostra que o parlamento é o efetivo guardião da democracia. Um espetáculo de democracia como este não poderia ocorrer no âmbito do Poder Executivo e muito menos no do Poder Judiciário. Estamos reunidos desde a manhã de hoje sob o testemunho de todos os nossos visitantes. Foi muito bom isso ter ocorrido porque vocês, que presenciaram nosso árduo trabalho, quando ouvirem alguém dizer que o Deputado não faz nada, saberão que isso não é verdade. Trabalhamos muito. Não temos compromisso com a hora. São muitas as noites que viramos aqui.

Mas estou aqui exatamente para registrar a situação de um microempresário que padece de uma amargura muito grande. Tenho votado sistematicamente nesta Casa a favor de propostas que têm o objetivo de minimizar o sofrimento do microempresário e até do médio empresário. Votamos a redução do ICMS do vinho, do ICMS da indústria moveleira e da indústria têxtil. Agora, chega aqui esse projeto dos microempresários, e temos a intenção de votar favoravelmente a ele. Antes, porém, queremos fazer algumas considerações. Por que eu disse que esta Casa é a guardiã da democracia? Porque nossos gabinetes e o Plenário estão abertos para receber todos vocês de braços abertos a qualquer hora do dia, a fim de discutir sobre qualquer assunto, sem nenhuma restrição. Mas não encontramos a mesma postura aí fora quando queremos defender o microempresários. Há poucos dias, recebi em meu gabinete a visita de um microempresário desesperado porque havia sido alvo de uma medida judicial provocada por uma entidade de classe. Removeram aproximadamente 80% de seu estoque numa atuação violenta, injustificada, mal-orientada, equivocada, provocada por uma entidade sindical que tem em sua direção uma pessoa da maior respeitabilidade que nos visita agora e que se encontra ali na porta do Plenário. Procurei essa pessoa para lhe mostrar o sofrimento, a amargura e o desespero desse empresário, que já não poderia pagar o salário de novembro nem o 13º salário aos seus quase 70 funcionários. Essas pessoas representam quase 70 famílias que terão um Natal de privações. Mas esse dirigente classista não teve a complacência que eu esperava.

Vejam V. Exas., meus caros Deputados, que 80% do estoque dessa microempresa foi arrebatado por iniciativa de um dirigente classista, por causa de um financiamento solicitado pela empresa a uma cooperativa dirigida por essa entidade. No entanto, o empresário já havia pago mais de 50% do valor tomado, não empregando nenhum centavo de maneira equivocada nem desonesta. O dinheiro tomado na cooperativa estava todo internalizado na empresa, na abertura de filiais, na montagem de instalações, na formação de estoques generosos, que a empresa possuía até então.

Julgava-me e ainda me julgo amigo desse dirigente classista, a quem procurei, tentando sensibilizá-lo para o tremendo problema social causado por essa traumática medida judicial. Imaginem os senhores das galerias se, por uma dívida contraída, a justiça mandasse retirar das prateleiras da empresa 80% do estoque. Como vocês fariam para pagar os salários, aos fornecedores, os alugueis, a fim de continuar sobrevivendo no mercado? Foi isso o que ocorreu com aquela empresa.

Solicitei o adiamento da votação do projeto do Micro Geraes a fim de conseguir esse espaço e fazer tais considerações, porque em nenhum momento tive nem terei insensibilidade para com as questões sociais que envolvem a atividade exercida por vocês. Sei que são geradores de empregos e de riquezas, além de exercerem uma função social da maior expressão. Espero que esse dirigente sindical, diante das considerações que faço neste momento, negocie e não leve à falência essa empresa, que não tem o que vender, o que comercializar. Não tive diante desse dirigente sindical o espaço que esta Casa sempre concedeu à população para discutir, acolher as pretensões justas de todos os segmentos.

Sr. Presidente, não desejo usar o tempo que ainda me resta. Solicito a V. Exa. que retire o meu pedido de adiamento da votação e da discussão do projeto. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Chico Rafael está de parabéns por haver apresentado o Projeto de Lei nº 1.512. Os microempresários e os pequenos empresários foram muito felizes em tê-lo como autor dessa matéria, pois é um parlamentar atuante, lutador, que certamente está exercendo o seu mandato com muita competência. O nosso encaminhamento é pela aprovação da matéria de autoria desse companheiro, desse lutador incansável. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado João Paulo em que solicita a retirada de tramitação de requerimento de sua autoria em que solicita o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 1.512/2001 por cinco dias. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou elogiar o trabalho realizado por todos - principalmente os parlamentares do PSDB, do PFL e do PSN -, desde o ano passado, além do trabalho feito nas comissões por todos os que peregrinaram por este Estado, a fim de conhecer a situação dos microempresários. Somente assim, puderam vencer a falta de competitividade do Estado de Minas Gerais no que tange ao problema do ICMS. Esse projeto vem corrigir, por meio de um consenso desta Casa, uma injustiça, diminuindo o sofrimento dos microempresários.

Então, ao Deputado Chico Rafael e a todos aqueles que contribuíram para esse consenso final, os nossos parabéns. Esse já é um trabalho consumado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, público presente às galerias, imprensa, devo dizer aos Deputados que, após longos meses de luta, estamos chegando ao fim para resgatar o direito do microempresário. Quando iniciamos esse projeto comandado pelo Deputado Chico Rafael, não medimos esforços, percorremos todo o Estado, e o sentimento era um só: da forma como se encontrava o Micro Geraes, estávamos tendo um massacre nas indústrias, com os mais sérios prejuízos para o Estado. Fico feliz em ver grande parte dos empresários acompanhando a votação desse projeto, fruto do trabalho da CDL, da associação, do sindicato, da FIEMG, de várias organizações, que nunca nos deixaram sozinhos.

Quero agradecer ao relator, Deputado Mauro Lobo, por ter incorporado em seu relatório a Emenda nº 6, de nossa autoria, dando melhores percentuais aplicáveis às condições dos microempresários, para assegurar uma rentabilidade a todos.

Quero parabenizar o Deputado Chico Rafael, e vamos votar para a tranquilidade de todos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Luiz Tadeu Leite.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a votação que hoje iremos realizar talvez venha a entrar para a história, porque esta Casa estará contribuindo para o soerguimento do pequeno empresário do interior de Minas Gerais. Andamos pelo interior e o que vimos de lojas fechadas mostra um quadro triste da economia mineira, que está precisando de incentivo, com a aprovação do Micro Geraes. Temos recebido manifestações das CDLs de Minas Gerais, especialmente de nossa região eleitoral, de Montes Claros, Pirapora, Almenara, Pedra Azul, e isso está ocorrendo porque o lojista saiu detrás do balcão e veio para as ruas reivindicar, veio para esta Casa demonstrar a sua força. É por isso que essa vitória começa a surgir. É com trabalho, com ação, que os pequenos lojistas estão conseguindo essa vitória nesta Casa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Agostinho Silveira.

O Deputado Agostinho Silveira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, que nos honram com sua visita, gostaria de dizer que acompanhamos, através do PL, todo o projeto de iniciativa do Deputado Chico Rafael e tentamos dar a nossa modesta contribuição, principalmente porque tivemos a oportunidade de ouvir as lideranças maiores de pequenos comerciantes que representam a verdadeira geração de empregos e de riquezas de Minas Gerais. Na pessoa do Presidente da CDL, Manoel Bernardes, na pessoa dos representantes da União Varejista, como Lázaro Pontes Rodrigues e outros representantes das CDLs de toda Minas Gerais, tivemos conhecimento do sacrifício, da dificuldade de cada microempresário em Minas Gerais. Neste momento esta Casa, que, às vezes, é ofendida, mostra a Minas Gerais que tem homens públicos e mulheres públicas preocupados com o destino de vocês, que fazem a história desta grande Minas Gerais.

Neste momento, esta Casa, que às vezes recebe cobranças, às vezes é ofendida e desrespeitada, mostra a Minas Gerais que existe sensibilidade e preocupação com o destino do povo e com o de vocês, que de fato fazem a história desta grande Minas Gerais. Em nome do PL, empenho nossa solidariedade e nosso respeito. Vocês têm, de fato, representantes à altura nas pessoas dos líderes maiores da CDL, da União dos Varejistas e de tantos outros que contribuíram para que este momento chegasse. Parabéns a vocês, que lutaram e conseguiram a vitória neste momento.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Alberto Bejani.

O Deputado Alberto Bejani - Estou ouvindo atentamente os discursos dos nobres Deputados. Não é só esta Casa a responsável. A maior responsabilidade do Estado de Minas Gerais está nas mãos do Governador do Estado, que deveria preocupar-se com o Estado, que está morrendo à míngua. O comércio, a indústria, o microempresário e o pequeno empresário estão passando dificuldades. Mas o Governador Itamar Franco está querendo ser Presidente da República, envolvendo política em um ato administrativo. Minas precisa de alguém com sensibilidade, de alguém com coragem para governar com as mãos, e não apenas com palavras e com brigas que não levam a lugar algum. Fica aqui o registro do Deputado Alberto Bejani contra esse Governo que ainda não tomou posse. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Bené Guedes.

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a maior satisfação, acompanhei a luta do Deputado Chico Rafael desde o início. Recebi muitos pedidos vindos da Zona da Mata e, embora não tenha votado no 1º turno, por questão de saúde, estamos aqui, hoje, para aprová-lo com nossos pares, porque o motivo é dos mais justos. Trata-se da sobrevivência dos pequenos empresários, razão por que estamos aqui para responder presença e para aprovar esse projeto de grande relevância, com praticamente a unanimidade dos parlamentares. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Dimas Rodrigues.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores empresários que abrilhantam as galerias, cumprimento nosso nobre colega Deputado Chico Rafael, por seu brilhante projeto. Assim, incentivaremos o povo mineiro a investir nas microempresas e nas pequenas empresas. Nós, do Norte de Minas e do Jequitinhonha, sabemos do sofrimento dos nossos microempresários e pequenos empresários para pagar um imposto tão alto. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Em nome do PT, parabenizo o Deputado Chico Rafael por seu trabalho, empenho e dedicação. De modo muito especial, parabenizo os grandes e valorosos empresários das microempresas e das pequenas empresas. Nós, do PT, estaremos integralmente favoráveis a esse projeto.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, falarei pouco, porque, desde a primeira hora, referi-me à força do pessoal. Não sou João Leite, não. João Leite está acostumado com vaia de 70 mil pessoas no Mineirão, quando tomava os "peruzinhos" dele. Então, Sr. Presidente, vou falar com V. Exa. para colocar o projeto em votação neste exato momento. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar de ter direito a 10 minutos, não vou usá-los, em respeito às galerias. Achei que apenas os Líderes partidários fossem encaminhar orientando suas bancadas, não obstruindo a votação, mas isso não foi feito. Então, queremos dizer que o PSB, também no 2º turno, assim como no 1º, vota favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.512, Micro Geraes.

Apenas uma observação: senhores microempresários e pequenos empresários, verifiquem que o seu dinheiro, que deveria estar no BDMG, está sendo desviado para outros setores do Estado, deixando de beneficiá-los. O GERAMINAS foi criado exatamente para ajudar a microempresa e a pequena empresa. Esse Governo não só atrapalhou com a modificação - temos agora que votar tudo de novo - como também está desviando o recurso de microempresários e pequenos empresários. Toda a Bancada do PSB vota favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.512. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação as Emendas nºs 1 a 8. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.512/2001 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 8. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, queria aproveitar este momento apenas para fazer algumas considerações sobre esse projeto que acaba de ser votado. Com certeza não é o ideal ou aquilo que almejávamos desde o início, mas, com certeza, é um grande avanço em favor da microempresa e da pequena empresa do Estado de Minas Gerais. Com essa votação, a diferença de alíquota, que hoje é de 6%, sobre as compras efetuadas fora do Estado passará a ser de 3%. Conseguimos trazer esse projeto para ser votado em 2º turno, hoje, graças ao esforço de muitos colegas Deputados.

Essa matéria relativa ao Micro Geraes tem sido discutida ao longo desses anos, nesta Casa, por mim e outros colegas. No ano passado, trabalhamos na Comissão Especial do Micro Geraes, composta pelos Deputados Bilac Pinto, Geraldo Rezende, Dalmo Ribeiro Silva e Carlos Pimenta. O resultado do nosso trabalho naquela ocasião originou o projeto que acaba de ser votado.

Não poderia também deixar, Sr. Presidente, de fazer referência ao empenho de V. Exa., que não poupou esforços, reunindo-se conosco diversas vezes, com as entidades sindicais, sempre presente como Presidente da Assembléia. Devemos reconhecimento a V. Exa. pelo seu

empenho para atingirmos o estágio que atingimos hoje.

Não podemos deixar de fazer referência ao esforço do Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, que propôs diversas das mudanças que acabamos de votar. Várias vezes enfrentou a resistência da Secretaria da Fazenda às mudanças que acabam de ser votadas.

Reconheço também o esforço e o trabalho do Deputado Mauro Lobo, na condição de relator da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que estudou o projeto com profundidade, debateu com as entidades e teve a paciência de nos ouvir em todos os momentos em que foi procurado. A matéria que aprovamos é o resultado do seu trabalho e empenho a favor da microempresa e da pequena empresa.

Por fim, Sr. Presidente, quero agradecer a todos os Deputados sensíveis à causa dos microempresários e dos pequenos empresários do Estado de Minas. Tenho a certeza de que hoje, em razão dessa votação e da sensibilidade dos Deputados de Minas, muitos dos nossos pequenos empresários e microempresários voltam para as suas casas com as esperanças e os sonhos renovados para conseguirem sucesso em seus pequenos negócios.

Quero agradecer o apoio de todos nessa empreitada que, com certeza, terá a sanção do Governador Itamar Franco, mesmo porque é da índole do Governador a defesa da microempresa e da pequena empresa, a exemplo de sua declaração no encontro com empresários na Associação Comercial de São Paulo: "Não resta dúvida que é sobre esse segmento que devem recair as prioridades de qualquer ação desenvolvimentista, facilitando a migração de micronegócios e pequenos negócios para a área da formalidade fiscal e desonerando a carga que pesa sobre aqueles que dão empregos". São palavras do Governador Itamar Franco, que - espero - se transformarão em realidade, quando sancionar o projeto. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, estávamos com pressa de votar o projeto, para que os pequenos empresários e os microempresários pudessem voltar o mais rapidamente. Meu abraço aos companheiros que vieram de Curvelo e Felixlândia que tenham um bom retorno, porque a Assembléia Legislativa fez nesta noite um pouco de justiça com os microempresários e os pequenos empresários!

Quero agradecer o trabalho do Deputado Chico Rafael. Agradeço a todos que se empenharam para o sucesso da votação do projeto do Micro Geraes.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, esta foi uma grande noite na Assembléia Legislativa, que demonstrou a sua coesão e a importância que dá a esse segmento do empresariado.

Ouvimos um colega dizer que não era um projeto ideal. Certamente ainda não é, mas está muito longe de ser um projeto "meia-sola". É um projeto muito além disso pelas conquistas. Tivemos a redução significativa de juros de financiamento para a microempresa e a pequena empresa de 12% para 3% ao ano. Isso é significativo. Tivemos a criação do fórum permanente da microempresa e da pequena empresa. Isso é fundamental, porque durante dois anos não discutimos a situação da microempresa e da pequena empresa. Passou batido o compromisso assumido na legislação anterior de que, depois de seis meses, deveria ser avaliado o projeto vigente. Isso não foi realizado, porque não havia um fórum para acompanhar essa situação.

Houve a redução a 50% da taxa que a microempresa paga, quando compra fora do Estado de Minas Gerais. Já é um grande ganho. E mais ainda, houve a eliminação da taxa quando a microempresa fazia compras no Estado, quando havia a taxa do ICMS reduzida. Era uma outra punição para a microempresa. Houve ainda várias conquistas para a microempresa como o aumento da sua faixa, deduções pelo número de funcionários, pelo investimento em tecnologia.

Nesse projeto de lei, o recurso destinado ao FUNDESE não pode ir para nenhuma outra aplicação nem para a conta única do Estado, exatamente para que tenhamos um volume de recursos suficientes para financiar e favorecer as microempresas e as empresas de pequeno porte. Foi uma grande luta do Deputado Chico Rafael e de tantos outros colegas que participaram da discussão.

Registro também a presença do Presidente e do Líder do Governo nas últimas reuniões, tendo o último se posicionado contra a ação ou contra a negativa dos representantes da Secretaria da Fazenda. Portanto, esta é uma grande vitória da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e do microempresário mineiro.

O Deputado Pastor George - Sr. Presidente, como Líder da Bancada do PL e membro da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, declaro nosso voto favorável. Com este grande passo, o microempresário e o pequeno empresário serão beneficiados, podendo sair da difícil situação em que se encontram. Os dez Deputados que compõem nossa bancada votaram favoravelmente à iniciativa do Deputado Chico Rafael.

O Deputado Gil Pereira - Sr. Presidente, hoje o Poder Legislativo deu enorme contribuição para a economia mineira, beneficiando as microempresas, que fazem de Minas um grande Estado, gerando empregos e pagando impostos com muito sacrifício. O projeto do Deputado Chico Rafael merece aplausos, e o parlamento mineiro demonstrou sua maturidade. Agradeço à Liderança do Governo, que, junto com o Presidente da Assembléia, trabalhou com a Secretaria da Fazenda, quebrando resistências em prol de Minas Gerais. Parabéns a todos e a Minas Gerais por seus representantes!

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejo uma faixa muito sugestiva com os dizeres: "Deputados, salvem o Estado de Minas Gerais". Foi o que fiz votando favoravelmente ao projeto, além de ter participado de todo o processo de sua discussão no Estado, acompanhando o Deputado Chico Rafael. É um prazer e uma honra votar, quase no limiar do ano 2002, votar um projeto tão importante para o Estado de Minas. Estamos, na verdade, salvando o microempresário.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, em meu próprio nome e em nome do PFL, deixar aqui externada a posição que tivemos há dois anos atrás, ou mais um pouco do que isso, quando da outra votação do Projeto Micro Geraes, que foi deformado naquela oportunidade. Tivemos uma posição, mantivemos nossa coerência durante esse tempo, e, hoje, para nossa alegria, quero dizer que, desta vez, o projeto foi aprovado com a redação que desejávamos há dois anos.

Parabéns à Assembléia Legislativa e a V. Exa., pela condução dos trabalhos!

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente. Solicito a suspensão dos trabalhos por alguns minutos, para entendimento entre as Lideranças.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado Antônio Carlos Andrada, vai suspender a reunião por 20 minutos, para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das demais matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 19, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária, da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

Ata da 01ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dez horas do dia dezanove de abril de dois mil e um, comparecem na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Wanderley Ávila, Mauri Torres, Ivo José, Olinto Godinho, membros da Mesa da Assembléia; Mauro Lobo, Ivair Nogueira, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e o Deputado Hely Tarquínio, Corregedor. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara abertos os trabalhos, após o que é a ata da reunião anterior lida e aprovada. Isso posto, o Presidente informa que a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestação de contas da aplicação dos recursos liberados por esta Casa a título de Subvenção Social, Auxílios para Despesas de Capital e Transferências a Municípios, nos termos do art. 3º, III, da Lei nº 11.815, de 24/1/95, da Deliberação da Mesa nº 1.556 e demais normas vigentes. Em seguida, os processos são distribuídos aos Deputados Hely Tarquínio, Corregedor; Wanderley Ávila, relator pela Mesa; e Ivair Nogueira, relator pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que, em conjunto, verificando as prestações de contas, cada um por sua vez, emitem pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Associação Espírita Amor Iemanjá, Associação Moradores Açucena, Associação Moradores Conjunto Alvorada, Prefeitura Municipal de Alpinópolis, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas, Prefeitura Municipal de Buritis, Prefeitura Municipal de Campo Florido, Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, Prefeitura Municipal de Curvelo, Prefeitura Municipal de Fervedouro, Prefeitura Municipal de Guanhães, Prefeitura Municipal de Ituiutaba, Prefeitura Municipal de Juiz Fora, Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata, Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste, Prefeitura Municipal de Malacacheta, Prefeitura Municipal de Minas Novas, Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas, Prefeitura Municipal de Palmópolis, Prefeitura Municipal de Perdizes, Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, Prefeitura Municipal de Pratápolis, Prefeitura Municipal de Santa Maria Suaçuí, Prefeitura Municipal de Santa Vitória, Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Rio Abaixo, Prefeitura Municipal de São Francisco de Sales, Prefeitura Municipal de São João da Ponte, Prefeitura Municipal de Serro, Prefeitura Municipal de Virgínia, Sociedade Pro-Habitação Formiga, Sociedade São Vicente Paulo - Tabuleiro. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados, cada um por sua vez. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Mesa e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 19 de abril de 2001.

Antônio Júlio - Wanderley Ávila - Mauri Torres - Ivo José - Olinto Godinho - Mauro Lobo - Ivair Nogueira - Dilzon Melo - Luiz Fernando Faria - Hely Tarquínio.

MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 217ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 20/12/2001

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.796/2001, do Governador do Estado, com as Emendas nºs 1, 13 a 24, 31 a 37, 40 a 45, 48, 49, 50, 52 a 84, 86 a 89, 91, 92, 93, 95, 96, 99 a 101, 130, 132, 134, 135, 137, 139, 141 a 143, 145 a 172, 195 a 229, 231, 241, 248, 252, 263, 264, 272, 278, 282, 287, 288, 301, 302, 304 a 308, 310, 320, 323, 326, 327, 338, 341, 343, 345, 347, 360, 361, 363, 364, 365, 367, 368, 371 a 376, 380 a 393, 395 a 404, 411 a 432, 440, 443, 445 a 447, 449, 451, 452, 454 a 472, 488, 494 a 502, 505, 506, 507, 509, 513, 518, 521, 522, 523, 528, 530, 532, 537, 538, 541, 543, 547 a 578, 580, 584, 585, 588, 596, 598, 599, 610, 616, 618, 619, 622 a 626, 628, 629, 631, 634, 639, 648, 652, 653, 659, 660 a 705, 716, 719, 738, 743 a 748, 750, 758, 759, 760, 768, 769, 770, 869 a 886, 897 a 943, 945 a 956, 962, 963, 965, 972, 973, 1.010, 1.022 a 1.031, 1.033 a 1.050, 1.053 a 1.074, 1.214 a 1.243, 1.400 a 1.433, 1.435, 1.436, 1.438, 1.439, 1.440, 1.444, 1.450, 1.483 a 1.486, 1.489 a 1.504, 1.506, 1.507, 1.558, 1.559, 1.563, 1.564, 1.574, 1.578 a 1.615, 1.617, 1.618, 1.619, 1.621, 1.622, 1.626, 1.627, 1.630, 1.698 a 1.710, 1.712 a 1.716, 1.718, 1.720, 1.722, 1.723, 1.724, 1.726 a 1.729, 1.731, 1.733 a 1.747, 1.749 a 1.761., 1.769 a 1.783, 1.788 a 1.836, 1.838, 1.858, 1.859, 1.861, 1.865, 1.905, 1.906, 1.927, 1.937, 1.957, 1.960, 1.974, 1.975, 1.976, 1.982 a 1.993, 2.006, 2.007, 2.010, 2.015 a 2.049, 2.051 a 2.087, 2.089 a 2.097, 2.099 a 2.150, 2.152 a 2.160, 2.162, 2.163, 2.165, 2.166, 2.167, 2.170 a 2.228, 2.300, 2.302, 2.305, 2.306, 2.308 a 2.311, 2.313, 2.316 a 2.319, 2.324, 2.325, 2.327 a 2.353, 2.384 a 2.394, 2.407 a 2.458, 2.460, 2.461, 2.462, 2.463 a 2.471, 2.472 a 2.490, 2.491, 2.492, 2.494 a 2.517, 2.534, 2.545, 2.546, 2.549, 2.550, 2.552, 2.553, 2.556, 2.563, 2.566, 2.567, 2.570, 2.573 a 2.593, 2.623 a 2.646, 2.648, 2.649, 2.676 a 2.681, 2.683 a 2.688, 2.690 a 2.693, 2.695, 2.696, 2.697, 2.699, 2.701 a 2.716, 2.719, 2.720, 2.721, 2.724, 2.727 a 2.756, 2.770, 2.779 a 2.804, 2.806 a 2.811, 2.812, 2.813, 2.814, 2.815 a 2.841 e com as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nº 4, 6 a 11, 25, 29, 30, 39, 46, 51, 90, 94, 97, 98, 102 a 129, 131, 136, 138, 140, 144, 230, 232, 233, 234, 236, 238, 240, 243, 245, 247, 249, 253, 265, 267, 268, 270, 274, 275, 277, 284, 286, 298, 299, 300, 315, 340, 379, 394, 433 a 439, 441, 442, 444, 448, 450, 453, 473, 474, 477, 478, 480, 489, 491, 492, 493, 503, 504, 508, 510, 515, 516, 517, 519, 520, 524 a 527, 529, 531, 533 a 536, 539, 540, 542, 544, 545, 546, 583, 593, 603, 649, 654, 656, 657, 711, 714, 717, 718, 720, 721, 723, 725, 726, 727, 730, 735, 740, 749, 756, 761, 764, 868, 887 a 896, 944, 957, 961, 964, 969, 970, 971, 974 a 997, 1.032, 1.086, 1.087, 1.088, 1.090, 1.131, 1.132, 1.146, 1.180, 1.181, 1.545 a 1.557, 1.560, 1.561, 1.562, 1.565, 1.573, 1.616, 1.620, 1.623, 1.624, 1.625, 1.628, 1.629, 1.685, 1.711, 1.717, 1.719, 1.721, 1.725, 1.784 a 1.787, 1.860, 1.904, 2.005, 2.008, 2.009, 2.011 a 2.014, 2.050, 2.161, 2.164, 2.168, 2.299, 2.301, 2.303, 2.304, 2.307, 2.312, 2.314, 2.315, 2.320, 2.321, 2.322., 2.326, 2.395 a 2.406, 2.524 a 2.529, 2.535, 2.539, 2.543, 2.544, 2.548, 2.554, 2.558, 2.561, 2.564, 2.565, 2.568, 2.569, 2.594 a 2.622, 2.682, 2.689, 2.694, 2.698, 2.700, 2.717, 2.718, 2.722, 2.723, 2.725, 2.726, 2.771 e 2.805;

Em 1º turno: Projeto de Resolução nº 1.825/2001, da Bancada do PFL, na forma do Substitutivo nº 1;

Em Redação Final: Proposta de Emenda à Constituição nº 60/2001, da Deputada Elaine Matozinhos e outros, e os Projetos de Lei nºs 1.344/2001, do Deputado Alberto Pinto Coelho, e 1.796/2001, do Governador do Estado.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição Nº 60/2001

Comissão de Redação

A Proposta de Emenda à Constituição nº 60/2001, apresentada por 1/3 dos membros da Assembléia Legislativa, tendo como primeira signatária a Deputada Elaine Matozinhos, foi aprovada no 2º turno, com a Emenda nº 1.

Vem agora a proposta a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 60/2001

Acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado dispositivos referentes à extinção do cargo de carcereiro na estrutura da Polícia Civil.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica acrescido ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado o seguinte art. 110:

"Art. 110 – Fica extinto, na estrutura da Polícia Civil, o cargo de Carcereiro, com suas respectivas classes, passando seus ocupantes na data de publicação da emenda que instituiu este artigo a ocupar o cargo de Detetive, mantidas as vagas existentes no quadro de detetives.

§ 1º – Os ocupantes do cargo de Carcereiro a que se refere o "caput" deste artigo ingressarão na classe inicial do cargo de Detetive, independentemente da classe ocupada na carreira de Carcereiro.

§ 2º – Os servidores de que trata este artigo farão jus à progressão na carreira por merecimento e antigüidade.

§ 3º – Até o integral cumprimento da Lei nº 13.720, de 27 de setembro de 2000, cabem aos ocupantes do cargo de Detetive as atribuições previstas no art. 78 da Lei nº 5.406, de 16 de dezembro de 1969.

§ 4º – Fica o Poder Executivo autorizado a promover o ajuste e o equilíbrio do número de cargos na série de classes de Detetive."

Art. 2º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2001.

Djalma Diniz, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Geraldo Rezende.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18 de dezembro de 2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, e a Decisão da Mesa de 28/11/01, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.201, 2.129, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Agostinho Silveira

nomeando Vicente Raymundo do Nascimento para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando Wladimir Rodrigues Dias do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Valdeni Santana Ferreira para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Dra. Cláudia Maria Melo Chaves. Objeto: prestação de serviços especializados de fisioterapia. Licitação: inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 60 (sessenta) meses, a partir de 20/12/2001.

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2001

CONVITE Nº 47/2001

Objeto: contratação de empresa de engenharia para edificação de 4 cabines de agência de notícias (sendo 3 de uso individual, denominadas AN simples - ANS -, e 1 de uso coletivo, denominada AN coletiva - ANC), 1 cabine de "off" e 1 estúdio de gravação, composto por 1 cabine de locução e 1 sala de técnica de áudio, no Palácio da Inconfidência, com o fornecimento de todos os materiais e mão-de-obra necessários. Licitante vencedora: IsoBrasil Ltda.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2001

Convite nº 57/2001

Objeto: contratação de empresa de informática para a prestação de serviços de suporte e atualização de versão ("software subscription"), pelo período de 12 meses, para o sistema de segurança contra acessos externos do fabricante Checkpoint, com número ilimitado de licenças e contendo os seguintes módulos: VPN-1 Enterprise Encryption Center, Securemote Client e Report Module. Licitantes habilitadas: Bis Brasil Internet Service Ltda., True Access Consulting Ltda. e Opennet Teleinformática & Sistemas Ltda.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Ka Engenharia Ltda. Objeto: fornecimento de paredes divisórias, armários/balcões, bancadas e acessórios, incluindo os serviços de montagem, instalação e desmontagem. Objeto deste aditamento: prorrogação do CTO/185/1999. Dotação orçamentária: 4.1.1.0. Vigência: 12 meses.

Dispensa de Licitação nº 243/2001

Em 27/12/2001, os Srs. Presidente e 1º-Secretário ratificaram, conforme determina o art. 26, "caput", da Lei Federal n.º 8.666, de 1993, a Dispensa de Licitação nº 243/2001, com base no art. 24, VIII, do mesmo diploma legal, e autorizaram a despesa no valor de R\$27.940,20 (vinte e sete mil novecentos e quarenta reais e vinte centavos) em favor da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, referente a assinaturas do diário oficial.

EXTRATOS DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

Extratos de Convênio (Lei Nº 12.705, de 23/12/97)

Termos de convênio para transferência de recursos financeiros que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades a seguir discriminadas:

Convênio nº 106/1999 - Valor: R\$17.600,00

Entidade: Prefeitura Municipal Visconde Rio Branco - Visconde Rio Branco

Objeto: instalação de estação repetidora da TV Assembléia.